

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

VIRGINIA DE SOUZA

**FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E VULNERABILIDADES: UMA ABORDAGEM A
PARTIR DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PONTA
GROSSA – PR – 2007/2008**

**PONTA GROSSA
2008**

VIRGINIA DE SOUZA

**FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E VULNERABILIDADES: UMA ABORDAGEM A
PARTIR DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PONTA
GROSSA – PR – 2007/2008**

Material apresentado para exame de defesa,
como requisito para obtenção de título de
mestre no Programa de Mestrado em Ciências
Sociais Aplicadas – Pró Reitoria de Pesquisa e
Pós – Graduação. Universidade Estadual de
Ponta Grossa. Área de concentração: História,
Cultura e Cidadania.

Prof. Dr. José Augusto Leandro

**PONTA GROSSA
2008**

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

S729f Souza, Virginia de
Famílias monoparentais e vulnerabilidades : uma abordagem a partir dos Centros Municipais de Educação Infantil de Ponta Grossa –PR – 2007/2008. / Virginia de Souza. Ponta Grossa, 2008
161f

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas –área de concentração : História, Cultura e Cidadania), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Leandro

1 .Monoparentalidade. 2. Gênero. 3. Família. I. Leandro , José Augusto II. T.

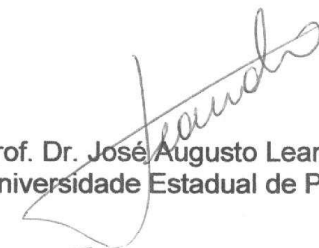
CDD : 306.85

TERMO DE APROVAÇÃO

VIRGINIA DE SOUZA

“FAMILIAS MONOPARENTAIS E VULNERABILIDADES: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE PONTA GROSSA – 2007/2008”.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:


Orientadora: Prof. Dr. José Augusto Leandro
Universidade Estadual de Ponta Grossa


Profª. Drª. Fátima Gonçalves Cavalcante
Universidade Veiga de Almeida - UVA - RJ


Profa. Dra. Solange Ap. Barbosa de Moraes Barros
Universidade Estadual de Ponta Grossa

AGRADECIMENTOS

A Deus: “Na minha angústia clamei ao Senhor, e ele me ouviu” (Salmo 120:1).

À minha família, pelo apoio e incentivo.

Ao professor Dr. José Augusto Leandro, pelas orientações dispensadas ao longo destes anos de pós-graduação. Pelo exemplo de determinação e perseverança.

Às professoras Dr^a. Fátima Gonçalves Cavalcante e Dr^a. Solange Aparecida Barbosa de Moraes Barros, por contribuírem com suas colocações no exame de qualificação e por fazerem parte da banca examinadora.

Às famílias que integraram a dissertação, por compartilhar suas histórias de vida, contribuindo não somente com a produção do conhecimento, mas para meu conhecimento pessoal e profissional.

Ao Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, pelo espaço de aprendizagem.

A CAPES, pelo auxílio financeiro dispensado durante a realização da pesquisa.

RESUMO

Essa dissertação tem como objeto de estudo o cotidiano das famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social atendidas nos Centro Municipais de Educação Infantil da cidade de Ponta Grossa – PR. As famílias pesquisadas, além de encontrarem-se sozinhas em seus lares, possuem aquilo que a literatura aponta como vulnerabilidade social. No decorrer da dissertação, discutem-se os eventos que vulnerabilizam as famílias, analisando os fatores econômicos, local de moradia, fragilização dos vínculos afetivo-relacionais, discriminação por gênero e por deficiência. Verificaram-se quais determinantes dificultam ou facilitam o cotidiano destas famílias com relação à educação, manutenção e proteção dos filhos. A partir dos CMEIs pesquisados, constatou-se a existência de um significativo número de famílias cujos arranjos são monoparentais. Ainda que os arranjos nucleares e extensos prevaleçam, a monoparentalidade vem se destacando como fenômeno social. Conclui-se que, para o espaço do município de Ponta Grossa – PR, os arranjos monoparentais chefiados por mulheres predominam. A renda familiar masculina prevalece superior à feminina, porém as mulheres apresentam maior escolaridade com relação aos homens. A pesquisa apontou a existência de uma rede primária de solidariedade que auxilia as famílias em diversas situações cotidianas. Tanto a chefia masculina como a feminina utilizam a rede de apoio, sendo que os homens a utilizam para os cuidados com a prole e as mulheres para os cuidados e manutenção financeira do lar.

Palavras-chave: Monoparentalidade, Gênero, Família.

ABSTRACT

This essay has as objective the study of the daily life of singled-parented families in social vulnerable situation addressed in the Municipal Center for Children Education. The families researched, besides being alone in their homes, have what literature points as social vulnerability. Along the essay the events which make families vulnerable have been discussed, analyzing the factors such as the weakening of relational-affective links, discrimination by gender, by territory and by disability. It has been evidenced which determinants hinder or facilitate the daily lives of these families with respect to education, maintenance and protection of children. Taking into account the CMEI's researched in Ponta Grossa city – PR, it has been evidenced the existence of a relevant number of families which arrangements are singled-parented. Even with the prevalence of the nuclear and extended parenting arrangements, the single-parenting has become relevant as a social phenomenon. It is concluded that for the territory of Ponta Grossa – PR, the singled-parented arrangements conducted by the mother are predominant. The male income exceeds the female ones, however the women present a higher level of education compared to the researched men. The research pointed the existence of a primary net of solidarity which helps the families in many daily situations. Both the male and female parents use this support net, being the men the ones who use it for the care of the children and the women, the ones who use it for the cares and home financial support.

Key-words: Single-parenting, Gender, Family.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 –	Mapa 1: Região Centro, Região Norte, Região Sul, Região Leste, Região Oeste – Cidade de Ponta Grossa.....	30
FIGURA 2 –	Organograma: Indicadores para definição de micro-área de risco.....	39
FIGURA 3 –	Mapa 2: Localização da Vila Liane.....	41
FIGURA 4 –	Casas nas proximidades da via férrea.....	42
FIGURA 5 –	Residências próximas ao córrego.....	42
FIGURA 6 –	Falta de saneamento básico – Esgoto a céu aberto.....	43
FIGURA 7 –	Pontilhão de acesso às residências.....	43
FIGURA 8 –	Ocupações irregulares próximas ao arroio.....	44
FIGURA 9 –	Mapa 3: Localização da Vila Cará-Cará.....	46
FIGURA 10 –	Porto de Areia.....	47
FIGURA 11 –	Aeroporto.....	47
FIGURA 12 –	Via férrea próxima às residências.....	48
FIGURA 13 –	Esgoto a céu aberto nas proximidades das residências.....	48
FIGURA 14 –	Mapa 4: Localização do loteamento San Martim.....	50
FIGURA 15 –	Entrada para o loteamento San Martim – Pontilhão para pedestres e veículos.....	51
FIGURA 16 –	Saída do Loteamento San Martim.....	51
FIGURA 17 –	Torre de alta tensão próxima às residências.....	52
FIGURA 18 –	Instituição de Educação Infantil.....	52
FIGURA 19 –	Mapa 5: Localização da Vila Borato.....	54
FIGURA 20 –	Zona de Risco – Pr 376 – Entrada da Vila Borato.....	55
FIGURA 21 –	Residências próximas a torre de alta tensão.....	55

FIGURA 22 – Residências próximas à linha férrea.....	56
FIGURA 23 – Residências próximas à linha férrea.....	56
FIGURA 24 – Ruas sem pavimentação.....	57

LISTAS DE QUADROS

QUADRO 1 –	Região Central.....	30
QUADRO 2 –	Região Norte: Jardim Carvalho.....	31
QUADRO 3 –	Região Sul: Oficinas.....	31
QUADRO 4 –	Região Leste: Uvaranas.....	31
QUADRO 5 –	Região Oeste: Nova Rússia.....	32
QUADRO 6 –	Caracterização: Sujeito 1.....	85
QUADRO 7 –	Caracterização: Sujeito 2.....	85
QUADRO 8 –	Caracterização: Sujeito 3.....	86
QUADRO 9 –	Caracterização: Sujeito 4.....	86
QUADRO 10 –	Caracterização: Sujeito 5.....	87
QUADRO 11 –	Caracterização: Sujeito 6.....	87
QUADRO 12 –	Caracterização: Sujeito 7.....	88
QUADRO 13 –	Caracterização: Sujeito 8.....	88
QUADRO 14 –	Família: Significados.....	90
QUADRO 15 –	Implicações na vida familiar (1).....	94
QUADRO 16 –	Implicações na vida familiar (2).....	96
QUADRO 17 –	Dificuldades no cotidiano familiar.....	99
QUADRO 18 –	Facilidades no cotidiano familiar.....	103
QUADRO 19 –	Relacionamento.....	105
QUADRO 20 –	Aspecto Financeiro.....	106
QUADRO 21 –	Rede de Apoio.....	110
QUADRO 22 –	Poder da Família.....	112

QUADRO 23 – Políticas Sociais.....	114
QUADRO 24 – Mudando ou não a condição monoparental.....	119

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	Região Central.....	33
TABELA 2 –	Região Norte: Jardim Carvalho.....	33
TABELA 3 –	Região Sul: Oficinas.....	33
TABELA 4 –	Região Leste: Uvaranas.....	34
TABELA 5 –	Região Oeste: Nova Rússia.....	35
TABELA 6 –	Números Absolutos e Relativos – Região: Central.....	35
TABELA 7 –	Números Absolutos e Relativos – Região Norte: Jardim Carvalho.....	35
TABELA 8 –	Números Absolutos e Relativos – Região Sul: Oficinas.....	36
TABELA 9 –	Números Absolutos e Relativos – Região Leste: Uvaranas.....	36
TABELA 10 –	Números Absolutos e Relativos – Região Oeste: Nova Rússia.....	37

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –	Família monoparentais segundo o sexo do chefe da família – Ponta Grossa – 2007.....	63
GRÁFICO 2 –	Famílias monoparentais segundo o estado civil – Ponta Grossa – 2007.....	64
GRÁFICO 3 –	Classificação por religião das famílias monoparentais – Ponta Grossa – 2007.....	65
GRÁFICO 4 –	Distribuição das atividades profissionais das mulheres nas famílias Monoparentais – Ponta Grossa – 2007.....	66
GRÁFICO 5 –	Distribuição das atividades profissionais dos homens nas famílias monoparentais – Ponta Grossa – 2007.....	69
GRÁFICO 6 –	Distribuição do grau de escolaridade dos chefes das famílias Monoparentais – Ponta Grossa – 2007.....	72
GRÁFICO 7 –	Classificação por habitação das famílias monoparentais – Ponta Grossa – 2007.....	75
GRÁFICO 8 –	Classificação por tipo de habitação das famílias monoparentais – Ponta Grossa – 2007.....	75
GRÁFICO 9 –	Famílias monoparentais segundo o número de dependentes – Ponta Grossa – 2007.....	77
GRÁFICO 10 –	Famílias monoparentais e serviços de saúde – Ponta Grossa – 2007.....	78
GRÁFICO 11 –	Renda familiar das famílias monoparentais – Ponta Grossa – 2007.....	80
GRÁFICO 12 –	Companhias mais freqüentes dos chefes das famílias monoparentais – Ponta Grossa – 2007.....	81
GRÁFICO 13 –	Classificação por atividades de lazer das famílias monoparentais – Ponta Grossa – 2007.....	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS NO ESPAÇO DA PERIFERIA.....	24
1.1 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	24
1.2 CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – FOCO DE PESQUISA.....	28
1.2.1 Divisão geográfica da cidade de Ponta Grossa – Pr.....	30
1.2.2 Centros municipais de educação infantil – por bairros e regiões de Ponta Grossa – Pr.....	30
1.3 CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS.....	40
1.3.1 Caracterização do Centro Municipal de Educação Infantil da Região do Jardim Carvalho (Vila Liane).....	40
1.3.2 Caracterização do Centro Municipal de Educação Infantil da Região de Oficinas (Cará-Cará).....	44
1.3.3 Caracterização do Centro Municipal de Educação Infantil da Região de Uvaranas (Loteamento San Martim).....	49
1.3.4 Caracterização do Centro Municipal de Educação Infantil da Região de Nova Rússia (Vila Borato).....	53
CAPÍTULO 2 – A REALIDADE EM FOCO.....	58
2.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS.....	61
CAPÍTULO 3 – FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: A PARTIR DOS DEPOIMENTOS DOS PAIS.....	84
3.1 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS EM SEU COTIDIANO.....	84
3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS PESQUISADOS.....	85
3.3 FAMÍLIA: SIGNIFICADOS.....	89
3.4 IMPLICAÇÕES NA VIDA FAMILIAR.....	94
3.5 DIFICULDADES E FACILIDADES.....	98
3.6 RELACIONAMENTO.....	105
3.7 ASPECTO FINANCEIRO.....	106
3.8 REDE DE APOIO.....	110
3.9 LEGALIDADE – PODER DA FAMÍLIA.....	112
3.10 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	114
3.11 MUDANDO OU NÃO A CONDIÇÃO MONOPARENTAL.....	118
CAPÍTULO 4 – FAMÍLIA, GÊNERO E VULNERABILIDADE SOCIAL.....	123
4.1 GÊNERO E FAMÍLIA MONOPARENTAL.....	124
4.2 A QUESTÃO DE GÊNERO E VULNERABILIDADE SOCIAL.....	126

4.2.1	Cultura do cuidado.....	127
4.2.2	Salário/benefícios.....	129
4.2.3	Relações de poder sobre os filhos.....	132
4.2.4	Novos relacionamentos.....	134
4.2.5	Rede de solidariedade.....	138
4.2.6	Resiliência.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		143
REFERÊNCIAS.....		147
APÊNCIDE A	LEVANTAMENTO QUANTITATIVO.....	158
APÊNDICE B	CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL.....	159
APÊNDICE C	PESQUISA SOCIOECONÔMICA E CULTURAL.....	160
ANEXO A	RELAÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	161

INTRODUÇÃO

A trajetória empírica desta pesquisa começou numa manhã fria do mês de maio de 2007, quando me dirigi à residência do Sr. João, distante cerca de 10 quilômetros do centro de Ponta Grossa, para a realização de uma das entrevistas previamente agendadas para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado. Era um final de semana, especificamente um domingo, devido às dificuldades do Sr. João em me receber em outros dias da semana, pois seu trabalho demanda dedicação total, o que o impede de ser dispensado para esse compromisso em horário de expediente.

Ao chegar à residência, me deparei com uma moradia simples, construída de madeira. No local, algumas outras casas contíguas, sem delimitação clara de espaços demarcados. Todas as construções tinham quase as mesmas estruturas. Alguns animais transitavam pelo terreno, outros estavam presos em pequenos casebres improvisados. Vida simples, natureza quase intocada, mas ao mesmo tempo situações insalubres, sem esgoto canalizado, as quais expõem os moradores a vários tipos de doenças.

O Sr. João, de 40 anos, já me aguardava com certa ansiedade na porta da sua casa e logo me convidou a entrar. A conversa já tinha sido agendada pela diretora do Centro Municipal de Educação Infantil, instituição que o filho do Sr. João frequenta há três anos.

A princípio, a conversa parecia “truncada”, difícil, mas ao falar dos objetivos que me levaram àquele local e o porquê da escolha daquela família, logo percebi receptividade por parte do Sr. João.

Na residência, encontrei também a criança “K”, de quatro anos de idade, que se mostrou receptiva ao ver-me, achegando-se e abraçando-me com carinho no ir e vir do canto da sala. Nas paredes de madeira da sala havia um “painel” com as atividades realizadas pela criança no Centro Municipal de Educação Infantil e na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). O pai demonstrava orgulho pelo aprendizado do filho. Muitas vezes a criança correu para fora da casa para brincar e voltou para abraçar o carinhoso pai.

A entrevista deu-se primeiramente com o preenchimento de autorização para que os seus resultados pudessem ser utilizados em trabalho acadêmico.

Posteriormente, realizaram-se o questionário socioeconômico e a entrevista semi-estruturada. As colocações do Sr. João foram gravadas para que não se perdesse nenhum detalhe de sua fala e de sua vivência.

Outro sujeito participante da pesquisa nessa fase foi a Sra. Maria, de 24 anos. Quando cheguei a sua residência, ela não se encontrava devido as suas atividades de diarista. Contudo, a vizinhança prontificou-se rapidamente a chamá-la no serviço, pois naquele dia ela estava trabalhando nas proximidades de sua casa.

Aparentemente, a Sra. Maria ficou feliz em me receber e acomodou-me num sofá improvisado na cozinha. Como a Sra. Maria já sabia de antemão o teor da pesquisa, tornou-se mais simples abordar alguns assuntos com ela. Dessa forma a conversa entre pesquisador e sujeito da pesquisa fluiu satisfatoriamente.

Para ter acesso à moradia da Sra. Maria passei por um sinuoso “beco” até alcançar a sua residência. Casa de madeira, pequenos cômodos, poucos recursos, organizada e aconchegante.

Apesar das dificuldades relatadas, das precárias condições de vida e até do relato de uma tentativa de suicídio, a Sra. Maria mostrava-se sempre sorridente e falante, deixando-me bem à vontade em sua casa.

Mas por que entrevistar o Sr. João e a Sra. Maria? Como ambos podem contribuir para com esta pesquisa? Que situações semelhantes ou divergentes apresentam esses sujeitos entre si?

Tanto o Sr. João como a Sra. Maria e mais seis sujeitos entrevistados no decorrer da pesquisa têm a característica da monoparentalidade, isto é, são os chefes das famílias que compõem, juntamente com seus descendentes, o que se denomina um “novo” arranjo familiar. E o objeto dessa pesquisa consiste na análise do cotidiano dessa formação familiar.

As inquietações a respeito do fenômeno da monoparentalidade surgiram em virtude de minha atuação profissional, como assistente social, nos Centros de Educação Infantil da cidade de Ponta Grossa. Durante oito anos estive engajada em uma equipe que desenvolveu um trabalho destinado ao atendimento nos centros de educação infantil governamentais e não governamentais da cidade. Ao atender as famílias, as crianças e os funcionários das instituições, observei uma significativa mudança nos arranjos familiares dos usuários dos serviços educacionais e assistenciais dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e Centros de Educação Infantil (CEIs).

Nos atendimentos realizados, tive a oportunidade de conhecer e até mesmo de encaminhar famílias que passavam por dificuldades financeiras, de saúde, de separações, de desemprego. Enfim, tornou-se um fato corriqueiro o contato com inúmeras famílias em situações de vulnerabilidade social. Naquele momento havia certa inquietação para entender mais precisamente a demanda das famílias monoparentais, uma vez que o número dessas famílias aumentava significativamente nos encaminhamentos ao Escritório Jurídico da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Isso ocorria devido à necessidade dessas famílias de ter acesso a um advogado para estabelecimento de pensão alimentícia, como também de guarda jurídica das crianças. O número de famílias monoparentais chefiadas por homens também aumentava, sobretudo devido à viuvez, abandono ou separação judicial. Essas famílias, por sua vez, apresentavam dificuldades semelhantes às das famílias chefiadas por mulheres, principalmente com relação aos cuidados básicos com as crianças, no que diz respeito à alimentação, ao vestuário, à higiene pessoal, entre outras questões.

Frente a essa realidade, percebi que não existia qualquer recurso ou política social municipal que fizesse frente a essa demanda social. Com efeito, percebi que, face às adversidades, uma prática social não articulada a nenhuma política pública era recorrente no caso das famílias monoparentais. Estabelecia-se uma rede de apoio entre vizinhos, parentes e amigos que apresentava uma forte cultura de solidariedade tecida no cotidiano da pobreza.

Diante disso, as inquietações foram tomando outros rumos. Não era necessário apenas melhorar o atendimento às demandas existentes dessas famílias, mas também conhecê-las melhor. Assim, surgiu a idéia de realizar uma pesquisa a fim de caracterizar algumas famílias monoparentais dos bairros periféricos da cidade e de conhecer o cotidiano dessas famílias monoparentais, no que diz respeito aos cuidados, manutenção e educação dos filhos, temas presentes neste trabalho.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, houve um crescimento no número de famílias monoparentais, destacando-se as chefiadas por mulheres. Em 1992, eram 15,1%; em 1999, 17,2%; em 2001, 17,8%; e em 2006, de 18,1% das famílias brasileiras (IBGE, 2002; IBGE, 2007).

As famílias monoparentais pesquisadas neste trabalho, além de encontrarem-se sozinhas em seus lares (não residindo, portanto, na casa de pais ou

quaisquer parentes), possuem aquilo que a literatura aponta como vulnerabilidade social. Essa categoria mostrou-se importante no desvelamento de sua realidade ao longo do trabalho aqui empreendido.

A dimensão econômica constitui-se um dos fatores que contribuem para uma maior vulnerabilidade social. Nas relações sociais criam-se necessidades, e dentro dessa visão, aqueles que não têm acesso à materialidade que supre essas necessidades são considerados pobres.

Para muitos autores, a pobreza não pode ser definida de forma única. Contudo, ela parece mais visível quando parte da população não tem renda suficiente para ter acesso às condições básicas de uma vida digna. Gomes e Pereira (2005) ratificam esse ponto de vista quando abordam Yasbek e conceituam como pobres “aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos sendo, portanto, excluídos em graus diferenciados da riqueza social” (GOMES; PEREIRA, 2005, p. 04).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2002), o traço mais marcante da sociedade brasileira é a desigualdade. Por outro lado, observa-se uma tímida melhoria em alguns segmentos das políticas públicas. Nos últimos anos, a melhoria nos indicadores foi generalizada, sobretudo no que diz respeito à saúde, educação e condições de domicílio. Mas a distância entre os extremos ainda é muito grande. A desigualdade por gênero, por exemplo, é muito grande, considerando que as mulheres ganham menos que os homens em todos os estados brasileiros e em todos os níveis de escolaridade (IBGE, 2002).

Nesse sentido, Engel (2006) afirma que, na América Latina, a pobreza vem se mantendo inalterada a partir dos anos noventa. Para a autora, “[...] o número absoluto de pobres aumentou constantemente, atingindo mais de 220 milhões de pessoas no ano de 2002” (ENGEL, 2006, p. 04).

No que diz respeito aos sujeitos participantes da pesquisa, não se pode deixar de chamar atenção para o fato de que estes sujeitos têm em torno de 40 anos (somente dois deles têm entre 23 e 24 anos). Essa informação é importante quando se retrocede historicamente e se percebe que estes sujeitos que têm, hoje, 40 anos ingressaram no mercado de trabalho por volta de 1980, década chamada por alguns autores de “década perdida”.

Segundo Costa (2006, p. 140),

[...] a década de 1980 foi marcada pelo descontrole da inflação, queda dos índices de arrecadação da receita fiscal e maior concentração de riquezas numa parcela menor da população, agravando o quadro social.

Ainda segundo a autora, havia na época um processo de ajuste estrutural (pagamento de dívida externa, cortes de gastos públicos, controle de inflação, privatização das esferas produtivas estatais) que ocasionou um aumento da pobreza. Logo, os sujeitos que estavam ingressando no mercado de trabalho sofreram influência de todo este processo político-econômico da época, o que pode ter comprometido sua “base” estrutural (educacional e profissional) atual como profissionais. O que se quer dizer com isso é que estes sujeitos, na idade em que poderiam estar ingressando em uma Universidade ou mesmo prosseguindo em seus estudos, sejam em nível técnicos ou profissionalizantes, tiveram que ingressar no mercado de trabalho com pouca ou quase nenhuma qualificação, o que comprometeu e até hoje compromete o orçamento da família e os deixou numa situação mais vulnerável, seja pelo fator econômico, pela baixa escolaridade ou pelo território onde vivem.

Para Almeida (2005), os eventos que vulnerabilizam as pessoas não são apenas os de natureza econômica. Devem-se analisar fatores como a fragilização dos vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social, pois muitas vezes, devido à discriminação, essas famílias não se sentem totalmente integradas à sociedade. Isso gera desconforto e também acentua a vulnerabilidade. Ainda segundo a autora, a vulnerabilidade pode se dar pela discriminação étnica, de gênero, por território, por deficiência e até mesmo pela representação política.

A família do Sr. João apresenta alguns desses fatores que tornam sua família fragilizada e vulnerabilizada socialmente. O território onde mora é precário, a renda familiar é baixa, e a questão da deficiência que apresenta seu filho tornam o cotidiano mais dificultoso, dentre outros fatores que irei aprofundar no decorrer da pesquisa.

Convém enfatizar que, nas famílias monoparentais mais empobrecidas, a literatura vem apontando a existência de uma rede de solidariedade da mesma geração ou de outra geração, um fato importante e que ajuda a entender aspectos de sua manutenção. Por vezes, parentes, vizinhos e amigos acabam por auxiliar o pai ou a mãe em diversas situações cotidianas. Isto esteve presente no depoimento

do Sr. João, que destacou que, quando está em horário de trabalho, sua irmã o auxilia nos cuidados com o filho.

O que pude observar no decorrer da pesquisa, que apresenta certa relevância, é a utilização da estratégia de circulação de crianças pelas famílias monoparentais, isto é, por vezes as crianças pertencentes a essas famílias podem ser criadas entre dois ou mais lares. A esse respeito, Vitale (2002, p. 53) afirma que:

As crianças destas famílias podem ser criadas entre dois lares, elas vão e voltam entre o lar de origem e o lar de acolhimento, não há uma ruptura dos laços, mas sim uma dualidade de vínculo e de estada; outras crianças, no entanto, ficam por um longo tempo em lares de parentes; outros são doadas para famílias substitutas [...]. Esta circulação, como já foi dito, tem por base tanto aspectos vinculados à sobrevivência quanto aspectos culturais no que se refere às trocas recíprocas nas redes sociais.

Neste caso, refletir sobre os papéis das avós, figuras importantes e “personagens-chave” dessas histórias, torna-se necessário diante da fragilidade e vulnerabilidade dessas famílias. Segundo Vitale (2002), as avós aparecem como a rede de apoio intergeracional, mesmo para aqueles mais pobres. O papel simbólico das avós é o eixo de segurança que confere identidade à história familiar.

Se este fato não apareceu claramente na fala do Sr. João, esteve presente na fala da Sra. Maria, que mencionou que atualmente reside em moradia alugada, razão pela qual necessita deixar os filhos com a avó das crianças a fim de dar conta de outras dimensões da sua vida, sobretudo as relacionadas à esfera do trabalho.

Na família da Sra. Maria, a vulnerabilidade também está presente, porém, por fatores diferentes dos presentes na família do Sr. João. No caso da Sra. Maria, sua família constitui-se dela e seus dois filhos, o que dificulta de certa forma, a manutenção das crianças. Segundo Lavinhas (2006), um fator que determina a vulnerabilidade de uma família é quantidade de crianças presentes em seu interior. Isso se dá em virtude das demandas que elas implicam, seja de educação, saúde, lazer, entre outros. Em outras palavras, isto quer dizer que uma criança provoca impacto negativo três vezes maior na probabilidade de uma família ser vulnerável do que a presença de outros tipos de dependentes, sejam eles adolescentes ou mesmo idosos sem cobertura previdenciárias.

No caso da Sra. Maria, a categoria vulnerabilidade aparece levando-se em consideração o número de filhos, o território onde moram e a questão de gênero. Como aborda Almeida (2005), o conceito de vulnerabilidade perpassa também

fatores vinculados à violência, ao território ou até discriminações étnicas, por deficiência e por gênero.

Ao refletir sobre a monoparentalidade, deve-se focar também a durabilidade e a seqüência do seu estado. Esse arranjo familiar não é uma condição fixa, isto é, uma família monoparental pode se “recompor”. Portanto, deve ser interpretada em seu movimento, nas relações que se constroem e se desfazem.

A monoparentalidade é um estado em aberto. Por esta razão deve ser considerada na seqüência, em suas permanências e recomposições. Assim, pensar monoparentalidade é pensar famílias monoparentais e não um único modelo: as famílias monoparentais são protagonistas de histórias peculiares marcadas pelos diversos contextos sociais. Isso nos mostra que não é possível analisar as famílias monoparentais como um universo específico ou um grupo homogêneo (VITALE, 2002, p. 58).

Ao longo deste trabalho observei que há lacunas na literatura, bem como nas estatísticas que abordam a questão da monoparentalidade, sobretudo em relação ao papel desempenhado pelos homens. As famílias chefiadas por homens, numa condição monoparental, têm pouca visibilidade, razão pela qual se cristaliza, de certa forma, a idéia de que os homens são incapazes no que diz respeito aos cuidados e manutenção dos filhos quando estão sem uma presença feminina (VITALE, 2002).

A realidade das famílias de quaisquer formações ou arranjos, provém de influências econômicas, sociais, culturais e políticas, como também procede de influências subjetivas, como o relacionamento entre seus membros, educação dos filhos, religiosidade, dentre outras. As famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social estão sujeitas também a esses condicionantes ou indicadores.

Nesse trabalho um conceito central permeia toda a discussão nos capítulos que se seguem, o conceito de vulnerabilidade social. Várias leituras (CARMO; ROCHA, 2005; ALMEIDA, 2005; LAVINAS, 2006; PETTENGIL; ANGELO 2005) possibilitaram-me a realização de um levantamento dos indicadores que vulnerabilizam os indivíduos. A partir dessas leituras construiu-se o conceito de vulnerabilidade “transversal” que perpassa vários “saberes” ou “campos de conhecimento” numa visão interdisciplinar.

Assim sendo, pensando na construção de um conceito de vulnerabilidade, considera-se que a vulnerabilidade consiste em uma série de fatores que implicam

uma maior suscetibilidade dos indivíduos a risco social¹ ou a condições desfavoráveis. Essas condições são desencadeadas por fatores como violência, local de moradia, discriminação por gênero, por crença, por deficiência, por etnia, por classe social, por opção política ou sexual. Essas condições desfavoráveis podem ter origem externa (causadas pela sociedade) ou origens internas (pela subjetividade), isto é, de como os indivíduos se relacionam com essas situações e com as perdas ocorridas (mortes, separações, perdas) em seu ciclo de vida.

Portanto, este estudo parte da investigação e interpretação do cotidiano que envolve as famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social. Propus-me, na pesquisa, adentrar o cotidiano dessas famílias a fim de conhecer as dificuldades e facilidades que enfrentam no dia a dia, sobretudo as que envolvem a manutenção, proteção e educação dos filhos numa condição menos privilegiada.

Para Heller (1992, p. 17), a vida cotidiana é:

[...] a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se 'em funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.

¹ O conceito de **risco** foi utilizado a princípio pela área da saúde. Carvalho (2004), referenciando Almeida Filho e Rouquayrol conceitua que risco, na área da saúde, consiste na “[...] probabilidade de os membros de uma determinada população desenvolver uma dada doença ou evento relacionado à saúde em um período de tempo” (CARVALHO, 2004, p.672). Desse conceito construiu-se outro que estabeleceu o **fator de risco** em que significa “o atributo de um grupo que apresenta maior incidência de uma dada patologia, em comparação com outros grupos populacionais”. (CARVALHO, 2004, p.673). Segundo o autor a Nova Promoção a Saúde é chamada a tratar situações complexas no que se refere ao risco; situação essa em que o risco não é somente o externo ao indivíduo mas a percepção de um complexo único de múltiplas dimensões: biológica, social e cultural. Carvalho acrescenta ainda que a categoria risco, como outro conhecimento não é estático, mas está sendo constantemente construído. Porém, acaba por estabelecer fronteiras entre os saudáveis e não saudáveis. Alerta que, por meio da elaboração de regras sobre o viver saudável, os “experts” podem contribuir muitas vezes para uma forma sutil de vigilância e de regulação do social.

O risco também é considerado como categoria na área dos geógrafos e demógrafos, seus estudos têm confluído para a discussão sobre populações em situações de risco, em que passam a estudar sobre enchentes e deslizamentos entre outras situações nas quais o ambiente juntamente com fatores socioeconômicos expõe as populações a situações de risco (Maradola Júnior e Hogan, 2005). Para Boaventura de Sousa Santos (2001), as populações sempre viveram em sociedades de risco. Para ele, o que mudou ao longo dos séculos foram os tipos de risco e como preveni-los ou minimizá-los. Acrescenta que, o Estado, ao promover o capitalismo produziu muito dos **riscos sociais** como a fome, o desemprego, a criminalidade, a doença, a falta de habitação, e que, por ação de múltiplas lutas sociais foi chamado a prevenir ou atenuar as conseqüências destes riscos. Para Boaventura de Sousa Santos, “as instâncias que produziram o risco foram as mesmas a que se recorreu para proteger contra o risco” (SANTOS, 2001, p. 01).

Alguns critérios para seleção dos sujeitos serão elencados no primeiro capítulo deste trabalho, no qual discutirei com mais profundidade a realidade dos Centros Municipais de Educação Infantil dos bairros periféricos da cidade.

A menção à categoria de vulnerabilidade aparecerá em diversos momentos neste trabalho, seja na apresentação do perfil socioeconômico das famílias monoparentais, seja na interpretação dos depoimentos dos sujeitos significativos participantes da pesquisa, quando é possível perceber os fatores que tornam este segmento da sociedade mais suscetível a fatores de vulnerabilidade social.

São objetivos deste trabalho, portanto:

- compreender que determinantes dificultam ou facilitam o cotidiano das famílias monoparentais chefiadas por homens e por mulheres, com relação à educação, manutenção e proteção dos filhos;
- traçar um perfil socioeconômico das famílias monoparentais pesquisadas;
- verificar, no contexto das políticas públicas municipais, as ações destinadas às famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social;
- realizar um paralelo entre as famílias monoparentais pesquisadas, procurando verificar as estratégias de sobrevivência utilizadas a partir de uma comparação de gênero, estabelecendo suas convergências e divergências no que diz respeito à educação, manutenção e proteção dos filhos.

A exposição que segue divide-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo, abordo a trajetória da pesquisa, caracterizando os Centros Municipais de Educação Infantil da cidade de Ponta Grossa atendidos pela Secretaria Municipal de Educação, mencionando os critérios de seleção que se fizeram necessários para que se chegasse aos quatro CMEIs pesquisados e aos oito sujeitos entrevistados.

No segundo capítulo, traço o perfil socioeconômico das famílias monoparentais dos quatro Centros Municipais de Educação Infantil escolhidos para a pesquisa. Isso se deu a fim de relacionar a realidade dessas famílias à realidade mais ampla, isto é, com dados divulgados por órgãos oficiais, estabelecendo a relação todo-parte e parte-todo, numa visão de totalidade. Estabeleço também uma relação entre a realidade das famílias monoparentais e os dados apresentados em

nível nacional e da América Latina no que diz respeito ao mercado de trabalho, renda e condições econômicas desfavoráveis da população.

No terceiro capítulo, abordo as entrevistas realizadas com os oito sujeitos. Procuro atrelar seus depoimentos à teoria, buscando elementos de análise e categorias empíricas que ajudem no entendimento dessa realidade. Reflito sobre a relação de encolhimento das responsabilidades do Estado e sua ausência em políticas públicas consistentes frente à questão social que se expressa nessas famílias. Segundo Gomes e Pereira (2005), diante da ausência de políticas de proteção social, em consequência do retraimento do Estado, a família acaba tendo que responder por esta deficiência, sem, no entanto, ter condições para tanto.

No quarto capítulo, faço uma comparação de gênero e trago para a discussão acadêmica a questão da desigualdade deste segmento, interligando-o à questão de classe. Demonstro que, diante da fragilidade e vulnerabilidade das famílias monoparentais, os avós e a rede de apoio aparecem como “eixo de segurança” nas famílias mais empobrecidas. Nesse sentido, é possível perceber estratégias elaboradas pelas famílias monoparentais que visam minimizar a sua condição vulnerável. Procurei dar visibilidade à questão uma vez que na literatura há uma lacuna no que diz respeito ao tratamento dado às famílias monoparentais chefiadas por homens.

Enfim, vale lembrar que entendo que a realidade é bem mais complexa e dinâmica do que se pode captar, razão pela qual, nessa pesquisa, tentei me aproximar o máximo possível da realidade vivenciada pelos sujeitos e, assim, avançar no conhecimento a respeito do assunto que já existia anteriormente.

CAPÍTULO 1

OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS NO ESPAÇO DA PERIFERIA

1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para abordar o objeto desta pesquisa – o cotidiano das famílias monoparentais – foi necessário que a pesquisadora se aproximasse da realidade do fenômeno. Essa aproximação baseou-se no método crítico dialético, que possibilita uma análise crítica que se dá a partir do caminhar da aparência do fenômeno em direção ao desvelamento de sua essência, do concreto sensível ao concreto pensado, bem como da explicação do particular para o geral e do geral para o particular (MUNHOZ, 2006). Por meio desse método, pode-se vislumbrar uma categoria importante existente no fenômeno, a da vulnerabilidade social.

Como afirma Triviños (1987, p. 55-56):

[...] as categorias não constituem um número definido. Aparecem novas categorias em razão das atividades que desenvolve o homem atuando sobre a natureza e a sociedade, em seu afã de conhecer e transformá-las. O conteúdo mesmo das categorias muda e se enriquece com os progressos do conhecimento.

Dessa forma, abordaram-se categorias do método como a totalidade e a contradição, assim como categorias próprias do objeto estudado: família, vulnerabilidade social e gênero. Essas categorias foram fundamentais para que se entendesse o objeto de uma forma mais clara e significativa, obtendo-se tanto uma visão do conjunto, quanto da relação entre as partes.

Na primeira etapa, seguiu-se uma sistemática coerente que constou de observação, análise, compreensão e explicação do objeto, as quais se respaldaram em Martinelli (1994, p. 12), que afirma que é

[...] fundamental buscar novas metodologias de pesquisa que, mais do que buscar índices, modas, mediana, buscassem significados, mais do que buscar descrições, buscassem interpretações, mais do que buscar coleta de informações, buscassem sujeitos e suas histórias [...].

Essas constituem as características da pesquisa qualitativa em ciências sociais. Geralmente a pesquisa qualitativa trabalha com palavras, com depoimentos de seus sujeitos e seus significados. Nesse sentido, Pope e Mays (2006, p. 13) esclarecem que

[...] embora seja verdade que a pesquisa qualitativa geralmente lida com falas ou palavras em vez de números, isso não significa que seja destituída de mensuração ou que não possa ser usada para explicar fenômenos sociais.

Para esses autores, a pesquisa qualitativa está relacionada com os significados que os sujeitos atribuem as suas experiências com relação ao mundo e como compreendem esse mundo.

Para uma maior aproximação do fenômeno, utilizou-se a técnica da observação, que auxiliou a identificação das principais características do objeto estudado que, no caso, dizem respeito ao cotidiano das famílias monoparentais.

Como afirma Triviños (1987, p. 153):

‘Observar’, naturalmente, não é simplesmente olhar [...]. Observar um ‘fenômeno social’ significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados, relações etc. Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparentiais e mais profundos, até captar, se for possível, sua essência num perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinamismo, de relações etc.

Paralelamente, procedeu-se à análise do fenômeno observando suas relações sociohistóricas situando-o no tempo e no espaço. Com isso, reuniram-se informações que possibilitaram uma aproximação mais precisa em relação à realidade estudada.

A aplicação de um questionário aos chefes das famílias monoparentais foi fundamental. O questionário continha perguntas sobre as condições de moradia, escolaridade, dependentes, renda e gastos dos sujeitos a fim de se obter um melhor conhecimento de sua realidade.

A partir da aplicação do questionário, obtiveram-se informações que possibilitaram o mapeamento da tipologia das famílias atendidas nos CMEIs e

também se destacaram alguns aspectos da realidade das famílias monoparentais, como seu perfil socioeconômico. Esse questionário continha respostas alternativas oferecidas ao respondente. Não constituiu um questionário aberto porque seria necessariamente seguido de entrevistas para aprofundar o conhecimento sobre cada um dos sujeitos singulares, entendidos como representativos para o estudo.

Sem dúvida alguma, o questionário fechado, de emprego usual no trabalho positivista, também o podemos utilizar na pesquisa qualitativa. Às vezes, o pesquisador desta última linha de estudo precisa caracterizar um grupo de acordo com seus traços gerais (atividades ocupacionais que exercem na comunidade, nível de escolaridade, estado civil, função que desempenha nas associações de mães de vila etc.) [...] A entrevista estruturada, ou fechada, pode ser um meio do qual precisamos para obter as certezas que nos permitem avançar em nossas investigações (TRIVIÑOS, 1987, p.137).

Por meio dessa coleta de dados foi possível obter subsídios para detectar a realidade das famílias pesquisadas; seus problemas financeiros, de relacionamento e outros que possibilitaram uma análise mais profunda de sua vida familiar.

Considerando esse processo de análise, confrontaram-se os inúmeros dados obtidos na bibliografia pertinente à problemática da família brasileira, especialmente das famílias mais empobrecidas nas últimas décadas. Esse processo possibilitou não só a descrição, mas também a compreensão e a explicação do cotidiano das famílias monoparentais, suas problemáticas e suas facilidades enfrentadas no dia-a-dia da vida familiar. Como diz Goldmann (1972, p. 16):

[...] a descrição de uma estrutura significativa e dos seus vínculos internos é um fenômeno de compreensão. Mas a tentativa de descrever o devir da estrutura mais vasta (pois é claro que estamos sempre em presença de uma estrutura relativa composta de estruturas parciais e fazendo ela própria parte de estruturas mais vastas) tem um valor explicativo relativamente à estrutura englobada.

A princípio, a pesquisa ateve-se às características peculiares das famílias monoparentais, seu *modus vivendi*, seus vínculos internos. Mas obviamente não se limitou a essa peculiaridade, uma vez que sua intenção foi entendê-las, relacioná-las com a estrutura maior, com o momento histórico, a sociedade e a conjuntura em que estas famílias estão inseridas. Nesse processo de compreensão de uma totalidade mais ampla, obtiveram-se elementos significativos que melhor explicariam a realidade dessas famílias nela inseridas. Nesse momento, percebeu-se também a dinâmica que envolve a problemática.

Na pesquisa empreendida, não se escolheram os participantes de forma aleatória. Como diz Martinelli (1994, p. 14):

[...] tratando de nos aproximar de significados, de vivências, não trabalhamos com amostras aleatórias; ao contrário, temos a possibilidade de compor intencionalmente o grupo de sujeitos com os quais vamos realizar nossa pesquisa.

Detectaram-se, pois, famílias monoparentais cujos pais estivessem há mais tempo sozinhos com seus dependentes (um tempo significativo para se organizarem no cotidiano), de modo que se tivessem mais elementos de análise para a pesquisa. Buscaram-se sujeitos que mais se aproximassem da realidade que se elucidaria, isto é, de famílias monoparentais, chefiadas tanto por homens como por mulheres, que não tivessem um companheiro na residência e que, ao mesmo, tempo estivessem em situação de vulnerabilidade social.

Um dos aspectos importantes da pesquisa é que ela procurou estudar o fenômeno em seu próprio ambiente, isto é, onde as famílias monoparentais vivenciam sua realidade. Utilizaram-se a observação, o questionário e principalmente as entrevistas como forma de aproximação dos sujeitos. A pesquisadora procurou se aproximar das famílias monoparentais o máximo possível, a fim de desvelar a realidade vivenciada pelos sujeitos. Como afirmam Pope e Mays (2006, p. 14), a pesquisa qualitativa:

[...] freqüentemente emprega diversos métodos ou adota uma abordagem 'por métodos múltiplos'. Observar as pessoas em seu próprio território implica, assim, observar, juntar-se a elas (observação participante), falar com elas (entrevistas, grupos focais e conversas informais) e ler o que elas escreveram.

1.2 CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – O CONTEXTO DA PESQUISA

Os Centros Municipais de Educação Infantil,² local onde a pesquisa empírica foi realizada, são instituições de atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade. São conhecidos popularmente como creches. Segundo a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), o atendimento em creche deve ser ofertado para crianças de 0 a 3 anos e em pré-escola para crianças de 4 a 6 anos. As instituições que possuem os dois níveis de atendimento são denominadas Centros de Educação Infantil.

Em Ponta Grossa - PR³ essa mudança ocorreu em 2001, na gestão do Partido dos Trabalhadores. As instituições governamentais passaram a ser denominadas Centros Municipais de Educação Infantil e as não governamentais, Centros de Educação Infantil. Essa mudança em âmbito nacional e local colocou a

² “No Brasil, a educação de crianças menores de 7 anos tem uma história de cento e cinquenta anos. Seu crescimento, no entanto, deu-se principalmente a partir dos anos 70 do atual século [XX], e foi mais acelerado até 1993. Em 1998, estava presente em 5.320 municípios que corresponde a 96,6% do total. [...] É preciso analisar separadamente as faixas etárias de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos, porque foram grupos tratados diferentemente, quer nos objetivos, quer por instituições que atuaram nesse campo, sejam públicas ou privadas. A primeira faixa esteve predominantemente sob a égide da assistência social e tinha uma característica mais assistencial, como cuidados físicos, saúde, alimentação. Atendia principalmente as crianças cujas mães trabalhavam fora de casa. Grande parte era atendida por instituições filantrópicas e associações comunitárias, que recebiam apoio financeiro e, em alguns casos, orientação pedagógica de algum órgão público, como a antiga LBA” (Brasil. Plano Nacional da Educação, 2000, p.10).

³ A educação infantil passa a ser considerada um direito de toda criança a partir da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inc. IV, que estabelece o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. Além do direito da criança, a Constituição Federal estabelece o direito dos trabalhadores, pais e responsáveis, à educação de seus filhos e dependentes. A educação infantil também é mencionada em outras legislações: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), art. 54, inc IV e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), em seu artigo 4º, inc. IV, art. 29, art. 30 e art. 31. Em 2000, foi divulgado o Plano Nacional de Educação que estabelecia a educação infantil como primeira etapa da educação básica dispondo de diretrizes e objetivos a serem alcançados em dez anos, emanados do Conselho Nacional de Educação. Na cidade de Ponta Grossa - PR até o ano de 2001 as instituições de Educação Infantil eram vinculadas à assistência social do município e administradas pela Fundação Municipal Proamor. Somente na administração do Partido dos trabalhadores houve a mudança da Secretaria Municipal de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Educação. A mudança de uma área para outra não restringiu-se à esfera administrativa, mas expandiu-se a ações empreendidas para a construção de uma prática pedagógica envolvendo o educar e o cuidar. Isto se expressou tanto na construção/reconstrução do projeto político pedagógico em cada unidade de ensino quanto na adequação dos espaços físicos dos CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil) e na qualificação dos profissionais que atuavam na área. Isto teve repercussão considerável no trabalho desenvolvido com as crianças, pois adequou o currículo a situações concretas considerando o ritmo de cada criança e suas diversidades socioculturais.

educação infantil como parte de uma política pública inserida em um projeto mais amplo de Educação, reconhecendo-a como direito de toda criança e parte integrante da educação básica.

Os Centros Municipais de Educação Infantil de Ponta Grossa- PR, estão vinculados à Secretaria Municipal de Educação e contam com uma equipe de Educação Infantil para assessorá-los na parte pedagógica e administrativa. No ano de 2007, a equipe contava com cinco pedagogas que visitavam regularmente as instituições e coordenavam os treinamentos e a qualificação dos profissionais da educação infantil.

A pesquisa teve como contexto os Centros Municipais de Educação Infantil, uma vez que estes centros fazem parte da Política de Educação Municipal. Como a cidade tem 34 instituições nesses moldes, as quais são alocadas em bairros periféricos, entendeu-se que num primeiro momento seria importante ter um panorama da população atendida, principalmente a que está em situação de vulnerabilidade social.

A princípio, dividiu-se a cidade de Ponta Grossa em cinco pontos, quais sejam: Centro, Norte, Sul, Leste e Oeste. Na região Norte, há o bairro do Jardim Carvalho; na região Sul, o bairro de Oficinas; na região Leste, o bairro de Uvaranas; na região Oeste, o bairro de Nova Rússia; e na região Centro, a área central da cidade.

1.2.1 Divisão geográfica da cidade de Ponta Grossa – Pr

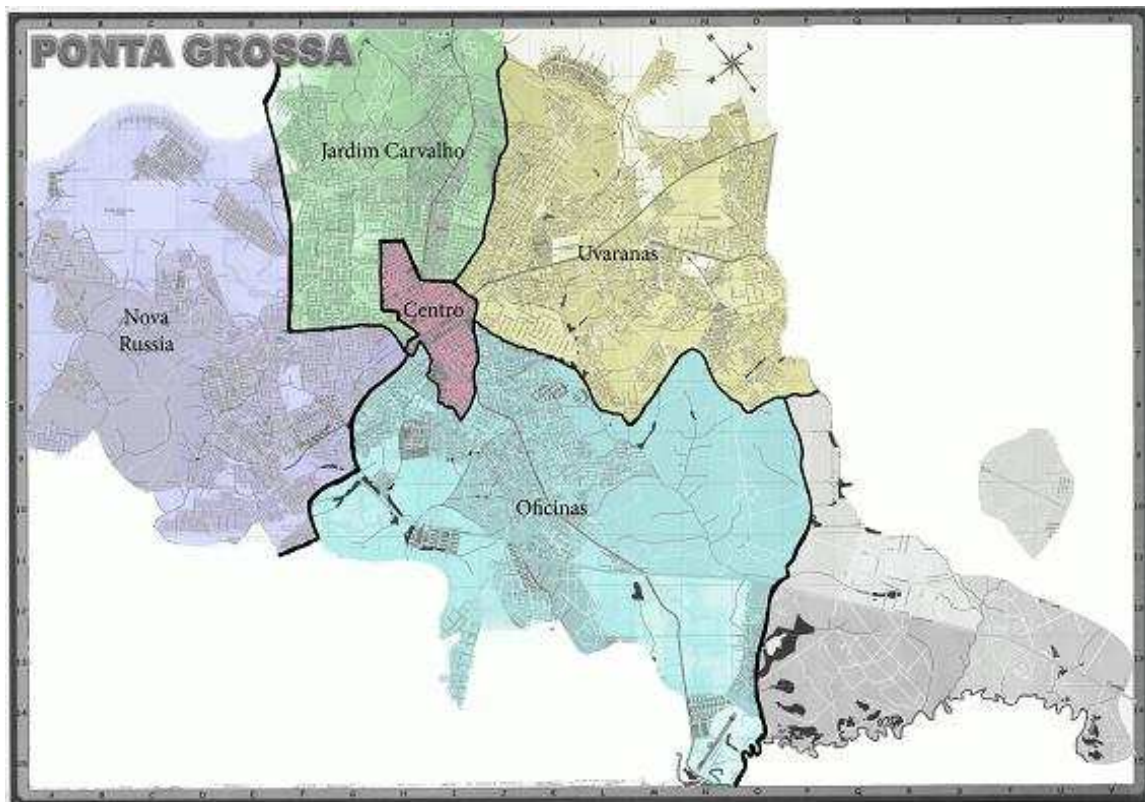


FIGURA 1 – Mapa 1: Região Centro, Região Norte, Região Sul, Região Leste, Região Oeste – Cidade de Ponta Grossa.

Fonte: Jpanini & Marcolino S/C Ltda – Mapas digitalizados.

Delimitados os pontos periféricos, classificaram-se também as instituições localizadas em cada região.

1.2.2 Centros municipais de educação infantil – divisão por regiões e bairros no município de Ponta Grossa – Pr

Centro Municipal de Educação Infantil	Bairro	Região
Hercília de Vasconcelos	Centro	Central
Valdivino Lopes	Centro	Central

QUADRO 1 – Região: Central

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Elaborado por Virginia de Souza.

Centro Municipal de Educação Infantil	Bairro	Região
Anísio Teixeira	Vila Liane	Jardim Carvalho
Parque Nossa Senhora das Graças	Parque N.S. Graças	Jardim Carvalho
Santa Isabel	São José - Órfãs	Jardim Carvalho
Vila Izabel	Vila Izabel	Jardim Carvalho

QUADRO 2 – Região Norte: Jardim Carvalho

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Elaborado por Virginia de Souza.

Centro Municipal de Educação Infantil	Bairro	Região
Olarias (São Judas Tadeu)	Olarias	Olarias/Oficinas
Miguel Abrão Ajuz	Vila Guairá	Oficinas
Santa Marta	Núcleo Santa Marta	Oficinas
Nossa Senhora Aparecida	Núcleo Santa Maria	Oficinas
Geraldo Woyceciechowski	Vila Cipa	Oficinas
Augusto Canto	Cará-Cará	Oficinas
Prof. Antonio Nunes Cottar	Santa Bárbara	Oficinas

QUADRO 3 – Região Sul: Oficinas

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Elaborado por Virginia de Souza.

Centro Municipal de Educação Infantil	Bairro	Região
Parque Tarobá	Tarobá	Uvaranas
Odysséia Hilgenberg	Coronel Cláudio	Olarias/Uvaranas
Prof. Maria da Graça Franke Minini	Santana	Olarias/Uvaranas
Vila Princesa (desativado)	Princesa	Uvaranas
Vila São Francisco	São Francisco	Uvaranas
Darcy Ribeiro	Campo Alegre	Uvaranas
João de Deus Flores de Paula	San Martin	Uvaranas
Paulo Freire	Paraíso	Uvaranas
Lúcia Swiech	Vila Rubini	Uvaranas
João Haddad	Pitangui	Uvaranas
Joselfredo Cercal	Jardim Conceição	Uvaranas
Ana Rita	Vila Ana Rita	Uvaranas

QUADRO 4 – Região Leste: Uvaranas

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Elaborado por Virginia de Souza.

Centro Municipal de Educação Infantil	Bairro	Região
Luiz Pereira Cardoso	Santo Antônio	Nova Rússia
Parque Bonsucesso	Parque Bonsucesso	Nova Rússia
Iracema Machado Silva	Dalabona	Nova Rússia
Vila Borato	Vila Borato	Nova Rússia
Haydê Ercília Larocca	Cristo Rei	Nova Rússia
Sophia Adamowicz	Los Angeles	Nova Rússia
Eloi Freitas de Oliveira	Parque do Café	Nova Rússia
Núcleo Santa Terezinha	Núcleo Santa Terezinha	Santa Paula/Nova Rússia
Gabriel Bacila	Shangrilá	Santa Paula/Nova Rússia

QUADRO 5 – Região Oeste: Nova Rússia

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Elaborado por Virginia de Souza.

A pesquisa realizou também um levantamento quantitativo do número de crianças e do número de famílias atendidas pelas instituições de ensino. Posteriormente, juntamente com a diretora de cada instituição, realizou-se a classificação das famílias por tipologia de arranjos familiares. Dentre esses arranjos⁴ citam-se as **famílias nucleares**, compostas pelo casal e seus filhos; **famílias extensas**, compostas pela entidade familiar do “lar simples” (nuclear), como também por parentes ascendentes, descendentes ou colaterais; **famílias monoparentais**, compostas por qualquer um dos pais e seus descendentes, isto é, somente a mãe com seus filhos ou somente o pai com seus filhos; **famílias recompostas**, situação pós-divórcio (separação) compostas por madrastas, padrastos e filhos. O objetivo da classificação não foi “engessar” ou “enquadrar” as famílias em tipologias pré-estabelecidas, mas sim entendê-las de uma forma didática em seu polimorfismo contemporâneo e contemplar aspectos que vêm sendo discutidos por outros autores.

Com relação à tipologia das famílias, constatou-se a existência de várias formações, conforme explicitado nas tabelas abaixo:

⁴ Para classificar os arranjos familiares, baseamo-nos em Martine Segalen (1999).

TABELA 1 – Região: Central

CMEI	Famílias nucleares	Famílias Extensas	Famílias monoparentais		Outros	Total de famílias atendidas
			Chefiadas por mulheres	Chefiadas por homens		
Hercília de Vasconcelos	123	04	19	00	03	149
Valdivino Lopes	64	05	38	04	07	118

Fonte: Centros Municipais de Educação Infantil/2007 – Elaborada por Virginia de Souza.

TABELA 2 – Região Norte: Jardim Carvalho

CMEI	Famílias nucleares	Famílias Extensas	Famílias monoparentais		Outros	Total de famílias atendidas
			Chefiadas por mulheres	Chefiadas por homens		
Anísio Teixeira	101	34	16	01	04	156
Parque Nossa Senhora das Graças	51	06	12	00	03	72
Santa Isabel	135	26	39	00	03	203
Vila Izabel	60	09	10	02	01	82

Fonte: Centros Municipais de Educação Infantil/2007 – Elaborada por Virginia de Souza.

TABELA 3 – Região Sul: Oficinas

CMEI	Famílias nucleares	Famílias Extensas	Famílias monoparentais		Outros	Total de famílias atendidas
			Chefiadas por mulheres	Chefiadas por homens		
Olarias (São Judas Tadeu)	58	19	18	01	07	103
Miguel Abrão Ajuz	60	16	12	00	03	91
Santa Marta	62	14	15	02	03	96
Nossa Senhora Aparecida	56	22	11	00	08	97
Geraldo Woyciechowischi	60	09	11	01	05	86

TABELA 3 – Região Sul: Oficinas

CMEI	Famílias nucleares	Famílias Extensas	Famílias monoparentais		Outros	Total de famílias atendidas
			Chefiadas por mulheres	Chefiadas por homens		
Augusto Canto	65	13	06	01	01	86
Prof. Antonio Nunes Cottar	76	03	08	01	06	94

Fonte: Centros Municipais de Educação Infantil/2007 – Elaborada por Virginia de Souza.

TABELA 4 – Região Leste: Uvaranas

CMEI	Famílias nucleares	Famílias Extensas	Famílias monoparentais		Outros	Total de famílias atendidas
			Chefiadas por mulheres	Chefiadas por homens		
Parque Tarobá	74	04	12	02	04	96
Odysséia Hilgenberg	65	06	12	01	06	90
Profª. Maria da Graça Franke Minini	44	03	12	00	09	68
Vila São Francisco	59	02	07	00	06	74
Darcy Ribeiro	59	04	19	00	04	86
João de Deus Flores de Paula	34	11	04	01	00	52
Paulo Freire	67	12	08	02	03	92
Lúcia Swiech	53	05	10	00	03	71
João Haddad	60	38	10	00	07	115
Josefredo Cercal	48	05	25	03	02	83
Ana Rita	42	14	12	01	03	72
Vila Princesa (desativado temporariamente)		(reforma)				

Fonte: Centros Municipais de Educação Infantil/2007 – Elaborada por Virginia de Souza.

TABELA 5 – Região Oeste: Nova Rússia

CMEI	Famílias nucleares	Famílias Extensas	Famílias monoparentais		Outros	Total de famílias atendidas
			Chefiadas por mulheres	Chefiadas por homens		
Luiz Pereira Cardoso	65	05	15	03	02	90
Parque Bonsucesso	67	05	09	00	00	81
Iracema Machado Silva	62	05	05	02	03	77
Vila Borato	57	07	13	01	04	82
Haydê Ercília Larocca	59	01	15	00	03	78
Sophia Adamowicz	67	08	18	00	00	93
Eloi Freitas de Oliveira	66	00	10	01	00	77
Núcleo Santa Terezinha	34	06	15	00	01	56
Gabriel Bacila	49	09	13	01	01	73

Fonte: Centros Municipais de Educação Infantil/2007 – Elaborada por Virginia de Souza.

Outro aspecto importante com relação às tipologias das famílias diz respeito aos números absolutos e números relativos das famílias monoparentais. Desse modo, pode-se visualizar melhor a realidade das instituições de educação infantil:

TABELA 6 – Números Absolutos e Relativos – Região: Central

CMEI	Total de famílias atendidas	Famílias monoparentais			
		Chefiadas por mulheres	Chefiadas por homens	Nº absoluto	Nº relativo
Hercília de Vasconcelos	149	19	00	19	12,7%
Valdivino Lopes	118	38	04	42	35,5%

Fonte: Centros Municipais de Educação Infantil/2007 – Elaborada por Virginia de Souza.

TABELA 7 – Números Absolutos e Relativos – Região Norte: Jardim Carvalho

CMEI	Total de famílias atendidas	Famílias monoparentais			
		Chefiadas por mulheres	Chefiadas por homens	Nº absoluto	Nº relativo
Anísio Teixeira	156	16	01	17	10,8%
Parque Nossa Senhora das Graças	72	12	00	12	16,6%

TABELA 7 – Números Absolutos e Relativos – Região Norte: Jardim Carvalho

(conclusão)

CMEI	Total de famílias atendidas	Famílias monoparentais			
		Chefiadas por mulheres	Chefiadas por homens	Nº absoluto	Nº relativo
Santa Isabel	203	39	00	39	19,2%
Vila Izabel	83	10	02	12	14,4%

Fonte: Centros Municipais de Educação Infantil/2007 – Elaborada por Virginia de Souza.

TABELA 8 – Números Absolutos e Relativos – Região Sul: Oficinas

CMEI	Total de famílias atendidas	Famílias monoparentais			
		Chefiadas por mulheres	Chefiadas por homens	Nº absoluto	Nº relativo
Olarias (São Judas Tadeu)	103	18	01	19	18%
Miguel Abrão Ajuz Neto	91	12	00	12	13,1%
Santa Marta	96	15	02	17	17,7%
N. Senhora Aparecida	97	11	00	11	11,3%
Geraldo Woyciechowischi	86	11	01	12	13,9%
Augusto Canto	86	06	01	07	8,1%
Prof. Antonio Nunes Cottar	94	08	01	09	9,5%

Fonte: Centros Municipais de Educação Infantil/2007 – Elaborada por Virginia de Souza.

TABELA 9 – Números Absolutos e Relativos – Região Leste: Uvaranas

CMEI	Total de famílias atendidas	Famílias monoparentais			
		Chefiadas por mulheres	Chefiadas por homens	Nº absoluto	Nº relativo
Parque Tarobá	96	12	02	14	14,5%
Odysséia Hilgenberg	90	12	01	13	14%
Profª. Maria da Graça Franke Minini	68	12	00	12	17,6%
Vila S.Francisco	74	07	00	07	9,4%
Darcy Ribeiro	86	19	00	19	22%

TABELA 9 – Números Absolutos e Relativos – Região Leste: Uvaranas

(conclusão)

CMEI	Total de famílias atendidas	Famílias monoparentais			
		Chefiadas por mulheres	Chefiadas por homens	Nº absoluto	Nº relativo
João de Deus Flores de Paula	52	04	01	05	9,6%
Paulo Freire	92	08	02	10	10,8%
Lúcia Swiech	71	10	00	10	14%
João Haddad	115	10	00	10	8,6%
Joselfredo Cercal	83	25	03	28	33,7%
Ana Rita	72	12	01	13	18%

Fonte: Centros Municipais de Educação Infantil/2007 – Elaborada por Virgínia de Souza.

TABELA 10 – Números Absolutos e Relativos – Região Oeste: Nova Rússia

CMEI	Total de famílias atendidas	Famílias monoparentais			
		Chefiadas por mulheres	Chefiadas por homens	Nº absoluto	Nº relativo
Luiz Pereira Cardoso	90	15	03	18	20%
Parque Bonsucesso	81	09	00	09	11%
Iracema Machado Silva	77	05	02	07	9%
Vila Borato	82	13	01	14	17%
Haydê Ercília Larocca	78	15	00	15	19,2%
Sophia Adamowicz	93	18	00	18	19,3%
Eloi Freitas de Oliveira	77	10	01	11	14,2%
Núcleo Santa Terezinha	56	15	00	15	26,7%
Gabriel Bacila	73	13	01	14	19,1%

Fonte: Centros Municipais de Educação Infantil/2007 – Elaborada por Virgínia de Souza.

Conforme se pode observar pelos dados das tabelas, os Centros Municipais de Educação Infantil que possuem o maior número de famílias monoparentais (nº relativos) são os CMEIs Valdivino Lopes (Centro), com 35,5%, seguido pelo CMEI Joselfredo Cercal (Uvaranas), com 33,7%. Porém, esta pesquisa ateu-se às instituições que possuem características que as diferenciam das demais instituições.

Primeiramente, que tenham famílias monoparentais chefiadas tanto por homens como por mulheres, como também que estivessem localizadas em pontos periféricos da cidade de Ponta Grossa. Dessa forma, como critério de seleção para realizar a pesquisa qualitativa, elegeram-se os CMEIs localizados próximos a áreas de risco⁵ social. Essas localidades, consideradas áreas de risco, apresentam condições de infra-estrutura e de vida que necessitam de maior atenção das políticas públicas, conforme indicado pelo Diagnóstico Participativo.⁶ Nesse diagnóstico, analisam-se os fatores de escolaridade, desemprego, baixa renda, ausência ou precariedade dos serviços de educação, falta de organização social, ausência de saneamento básico, violência interpessoal, ausência ou precariedade dos serviços de saúde, presença de drogas, falta de equipamentos de lazer, cultura e esporte, trabalho infantil e moradias precárias presentes na área.

⁵ Marandola e Hogan (2005) propõem várias concepções de vulnerabilidade, considerando, simultaneamente, o conceito de risco. Segundo esses autores, isto se deve “[...] ao fato de a vulnerabilidade aparecer no contexto dos estudos sobre risco em sua dimensão ambiental, num primeiro momento, e só mais tarde no contexto socioeconômico” (MARANDOLA JR; HOGAN, 2005, p. 30). Os autores destacam que o interesse dos geógrafos e dos demógrafos tem suas semelhanças principalmente na preocupação sobre as populações em situações de risco, passando a ocuparem-se de estudos sobre situações em que o ambiente conjugado a fatores socioeconômicos expõe as populações a riscos, sobretudo nas cidades. Indo nessa direção, os autores Carmo e Rocha (2005) também discutem a questão abordando a vulnerabilidade quanto aos riscos tecnológicos denominando-os risco “latente”. Para eles “[...] o risco ‘latente’ é algo que nos acompanha no dia a dia; e que, muitas vezes, supomos que esteja sendo controlado pelos responsáveis diretos por tal risco. Os dutos de transporte de gás, as linhas de distribuição elétrica, os depósitos de combustíveis, os depósitos com resíduos patológicos, a ‘produção’ de gases, a presença de bactérias na água de consumo humano, e outros elementos que possam causar danos para a população e o ambiente” (CARMO; ROCHA, 2005, p. 34). Os autores acrescentam ainda no artigo como riscos tecnológicos os corredores como avenidas, ferrovias e aeroportos.

⁶ Diagnóstico Participativo: instrumento de planejamento das políticas de atendimento às famílias, crianças e adolescentes. CEDCA/Pr.



FIGURA 2 – Organograma: Indicadores para definição de micro-área de risco.

Fonte: Diagnóstico Participativo: instrumento de planejamento das políticas de atendimento às famílias, crianças e adolescentes – CEDCA/PR.

Sendo assim, elegeram-se para fazer parte da pesquisa os seguintes CMEIs:

- Na Região do Jardim Carvalho (Norte), na Vila Liane, o Centro Municipal de Educação Infantil Anísio Teixeira, com 10,8% de famílias monoparentais.
- Na Região de Oficinas (Sul), na Vila Cará-Cará, o Centro Municipal de Educação Infantil Augusto Canto, com 8,1% de famílias monoparentais;
- Na Região de Uvaranas (Leste), no Loteamento San Martim, o Centro Municipal de Educação Infantil João de Deus Flores de Paula, com 9,6% de famílias monoparentais;
- Na Região de Nova Rússia (Oeste), na Vila Borato, o Centro Municipal de Educação Infantil da Vila Borato, com 17% de famílias monoparentais.

Nesses Centros Municipais de Educação Infantil fez-se uma pesquisa socioeconômica das famílias monoparentais ali existentes e posteriormente entrevistaram-se dois sujeitos representativos de cada instituição, totalizando oito sujeitos participantes.

1.3 CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

1.3.1 Caracterização do Centro Municipal de Educação Infantil da Região do Jardim Carvalho (Vila Liane)

“Centro Municipal de Educação Infantil Anísio Teixeira”

O Centro Municipal de Educação Infantil Anísio Teixeira está localizado no bairro de Vila Liane, região do Jardim Carvalho e foi fundado em 1993. A princípio obteve a denominação de Creche Casinha Feliz, sendo reinaugurado em 2004 com a atual razão social. Tem capacidade de atendimento de 160 crianças de 0 a 6 anos. Apesar de o local ser considerado de classe média–alta, encontra-se nas proximidades da instituição de educação infantil um “bolsão de pobreza”, localizado à Rua Dally Luiz Wambier, com residências em precárias condições de saneamento básico. Além disso, o local é considerado zona de risco (pois é próximo à via férrea e ao arroio), o que constitui uma característica relevante nesta pesquisa.

O bairro está situado a 5 quilômetros do centro de Ponta Grossa. Conta com duas linhas de transporte coletivo: Vila Liane e Vila Margarida. Possui escolas de ensino fundamental e médio, Centro Municipal da Mulher, Grupo Reviver (atendimento a DST-AIDS) e uma instituição de educação infantil.

Com relação às famílias atendidas no Centro Municipal de Educação Infantil Anísio Teixeira, 101 famílias são consideradas nucleares, 34 extensas, 17 monoparentais (16 chefiadas por mulheres e 01 chefiada por homem) e 4 recompostas ou recombinações, o que totaliza 156 famílias atendidas.



FIGURA 4 – Casas nas proximidades da via férrea.
Fonte: Foto acervo particular de Virginia de Souza – 25/01/2008.



FIGURA 5 – Residências próximas ao córrego.
Fonte: Foto do acervo particular de Virginia de Souza – 25/01/2008.



FIGURA 6 – Falta de saneamento básico – Esgoto a céu aberto.
Fonte: Foto do acervo particular de Virginia de Souza – 25/01/2008.



FIGURA 7 – Pontilhão de acesso às residências.
Fonte: Foto do acervo particular de Virginia de Souza – 25/01/2008.



FIGURA 8 – Ocupações irregulares próximas ao arroio.
Fonte: Foto do acervo particular de Virginia de Souza – 25/01/08.

1.3.2 Caracterização do Centro Municipal de Educação Infantil da Região de Oficinas (Cará-Cará)

“Centro Municipal de Educação Infantil Augusto Canto”

O Centro Municipal de Educação Infantil Augusto Canto constitui uma instituição de educação infantil, fundada em 1998.

O bairro em que está situada a instituição é denominado Cará-Cará, o qual é considerado um bairro periférico, isto é, distante do centro da cidade de Ponta Grossa cerca de 10 quilômetros. Possui uma linha de ônibus a cada 25 minutos com destino ao terminal de Oficinas, o que implica o embarque em outro coletivo para ter acesso ao centro da cidade, gastando-se, desse modo, em média 40 minutos de deslocamento do bairro ao centro. O bairro tem pavimentação asfáltica na rua principal do ônibus e em suas transversais, porém em várias ruas encontra-se somente cascalho.

Três critérios caracterizam o bairro como zona de risco: a proximidade com o aeroporto, o tráfego de uma via férrea de transporte de cargas que cruza o bairro e a proximidade de portos de areia (perigo de afogamentos).

Ao redor da linha férrea, encontram-se casas ocupadas por pessoas de baixa renda. Essas pessoas ocuparam propriedades que estavam abandonadas, porém não possuem o título dessas propriedades. Por essa razão, a área é denominada pelo poder público “área de invasão”. Esse bairro apresenta ainda um “bolsão de pobreza” localizado próximo às ruas Betunel (ainda denominada RFFSA 17) e na rua Minuano. Contém casas com pouca infra-estrutura no que diz respeito a saneamento básico.

O bairro possui escola de ensino fundamental e médio, uma unidade de saúde, fábricas (Winner, W-3), portos de areia, pontos de comércio popular (bares, sorveterias, mercearias, farmácia), grupo de terceira idade e um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Com relação ao Centro Municipal de Educação Infantil, a instituição tem capacidade para o atendimento de 100 crianças no período das 07h30min às 17h30min, período integral e parcial. Das 87 famílias atendidas nessa instituição, 65 são consideradas nucleares; 13, extensas; 7, monoparentais e 1, recombinação, composta pela mãe, padrasto e filhos. Dentre as monoparentais, 6 são chefiadas por mulheres e 1 é chefiada por homem.

Para participarem como sujeitos representativos da pesquisa elegeram-se duas famílias: uma (1) família chefiada por mulher que está sozinha com os filhos há mais tempo e uma (1) família chefiada por homem.

Uma das características importantes dessa instituição é o atendimento de crianças da zona rural, mais especificamente de crianças provenientes de uma comunidade remanescente de quilombolas, que residem na antiga colônia Sutil. Outras crianças também pertencem à zona rural oriundas da colônia Santa Cruz, porém não são comunidades remanescentes.



FIGURA 9 – Mapa 3: Localização da Vila Cará-Cará.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – Janeiro/2008.



FIGURA 10 – Porto de Areia.

Fonte: Foto do acervo particular de Virginia de Souza – 30/01/2008.



FIGURA 11 – Aeroporto.

Fonte: Foto do acervo particular de Marta Sare Wieczorek cedido à Virginia de Souza – Fevereiro/2008.



FIGURA 12 – Via férrea próxima às residências.
Fonte: Foto do acervo particular de Virginia de Souza – 30/01/2008.



FIGURA 13 – Esgoto a céu aberto nas proximidades das residências.
Fonte: Foto do acervo particular de Virginia de Souza – 30/01/2008.

1.3.3 Caracterização do Centro Municipal de Educação Infantil da Região de Uvaranas (Loteamento San Martim)

“Centro Municipal de Educação Infantil João de Deus Flores de Paula”

O Centro Municipal de Educação Infantil João de Deus Flores de Paula é uma instituição de educação infantil fundada em 2004. Conta atualmente com 61 crianças atendidas no período integral e parcial. O loteamento está localizado a 10 quilômetros do centro de Ponta Grossa, na Região de Uvaranas. Atualmente não tem estabelecimento de ensino fundamental e médio, o que faz com que as crianças e adolescentes tenham de se deslocar aos bairros circunvizinhos para estudar. A Prefeitura disponibiliza o ônibus para o deslocamento das crianças até as instituições de ensino.

Com relação à saúde, o loteamento não possui unidade de atendimento. Não há pavimentação e o bairro conta apenas com uma linha de ônibus até o terminal de Uvaranas, disponível a cada 35 minutos. Para chegar ao centro da cidade, é necessário fazer baldeação, o que totaliza, em média, um deslocamento de 40 minutos do bairro até o centro da cidade.

O bairro é considerado também área de risco devido a dois fatores: a quantidade de torres (da Copel) de alta tensão e o acesso ao bairro por meio de um pontilhão (túnel), pelo qual só passa um veículo por vez. Por outro lado, o local também oferece perigo de assaltos devido à falta de iluminação e pequena circulação de pessoas no período da noite.

Com relação às famílias atendidas no Centro Municipal de Educação Infantil João de Deus Flores de Paula, 34 são consideradas nucleares; 11, extensas; 4, monoparentais chefiadas por mulheres; e 1, monoparental chefiada por homem, totalizando 52 famílias atendidas. Uma das características relevantes desta instituição é o número expressivo de famílias extensas. Muitas famílias monoparentais retornaram para suas famílias de origem devido à necessidade de ajuda mais efetiva por parte dos avós das crianças. No entanto, as famílias monoparentais nessas condições (em conjunto com famílias extensas) não constituem objeto desta pesquisa. Somente foram incluídas neste trabalho as famílias que estão sozinhas em suas moradias, sem o auxílio da família de origem, uma vez que se pretende captar as dificuldades e facilidades que essas famílias



FIGURA 15 – Entrada para o loteamento San Martim – Pontilhão para pedestres e veículos.
Fonte: Foto do acervo particular de Virginia de Souza – 24/01/2008.



FIGURA 16 – Saída do Loteamento San Martim.
Fonte: Foto do acervo particular de Virginia de Souza – 24/01/2008.



FIGURA 17 – Torre de alta tensão próxima às residências.
Fonte: Foto do acervo particular de Virginia de Souza – 24/01/2008.



FIGURA 18 – Instituição de Educação Infantil.
Foto: Foto do acervo particular de Virginia de Souza – 24/01/2008.

1.3.4 Caracterização do Centro Municipal de Educação Infantil da Região de Nova Rússia (Vila Borato)

“Centro Municipal de Educação Infantil da Vila Borato”

O Centro Municipal de Educação Infantil da Vila Borato é uma instituição de educação infantil fundada em 1998, com capacidade de atendimento para 100 crianças de 0 a 6 anos de idade.

A instituição está situada no bairro Vila Borato, distante do centro de Ponta Grossa cerca de 9 quilômetros. Possui uma linha de ônibus a cada 40 minutos, com ônibus intermediários nos horários de “pico”: 6h00; 11h00 e 17h00. Para ter acesso ao centro da cidade, é necessário o embarque em outro coletivo, no terminal de Nova Rússia, o que leva, em média, 40 minutos de deslocamento em coletivo.

O bairro apresenta pavimentação asfáltica na rua principal do ônibus. As demais ruas do bairro são de cascalho ou “chão batido”. Três fatores caracterizam o bairro como zona de risco: proximidade da via férrea e da rodovia PR 376 e a existência de torres de alta tensão.

Ao redor da linha férrea encontra-se um “bolsão de pobreza” com residências em condições de saneamento básico bastante precário e de periculosidade.

O bairro possui escola de ensino fundamental, uma unidade de saúde, grupo de terceira idade e comércio popular.

Com relação às famílias atendidas no Centro Municipal de Educação Infantil Vovó Arinda Borato, 57 famílias são consideradas nucleares; 7, extensas; 14, monoparentais (13 chefiadas por mulheres e 1 chefiada por homem); e 4, recombinações, com padrastos, madrastas e enteados; totalizando 82 famílias atendidas.



FIGURA 19 – Mapa 5: Localização da Vila Borato.
Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – Janeiro/2008.



FIGURA 20 – Zona de Risco – Pr 376 – Entrada da Vila Borato.
Fonte: Foto do acervo particular de Virginia de Souza – 31/01/08.



FIGURA 21 – Residências próximas a torre de alta tensão.
Fonte: Foto do acervo particular de Virginia de Souza – 31/01/2008.



FIGURA 22 – Residências próximas à linha férrea.
Foto: Foto do acervo particular de Virginia de Souza – 31/01/2008.



FIGURA 23 - Residências próximas à linha férrea.
Fonte: Foto do acervo particular de Virginia de Souza – 31/01/2008.



FIGURA 24 – Ruas sem pavimentação.

Foto: Foto do acervo particular de Virginia de Souza – 31/01/2008.

Nesse capítulo, fez-se um apanhado da metodologia utilizada para abordar o objeto de estudo deste trabalho – o cotidiano das famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social – mostrando os “passos” pelos quais se chegou aos sujeitos representativos. Mostrou-se um levantamento quantitativo da realidade dos Centros Municipais de Educação Infantil, com número de crianças atendidas, número de famílias, bem como sua classificação segundo determinadas tipologias. Chegou-se a quatro instituições de ensino que estão localizadas em pontos periféricos e vulnerabilizados na cidade de Ponta Grossa, onde se pretendeu, “in loco”, realizar a pesquisa qualitativa, com os sujeitos representativos das famílias monoparentais.

No próximo capítulo se estabelecerá o perfil socioeconômico das famílias monoparentais encontradas nos quatro Centros Municipais de Educação Infantil. Procurar-se-á adentrar o interior das famílias monoparentais, verificando suas condições materiais de sobrevivência, de modo a conhecê-las nos espaços onde vivem e assim discutir as condições de vulnerabilidade social a que essa camada da população está sujeita.

CAPÍTULO 2

A REALIDADE EM FOCO

Neste capítulo descrever-se-á o perfil das famílias monoparentais cujos filhos estão matriculados em um dos quatros Centros Municipais de Educação Infantil selecionados para fazerem parte da pesquisa. No âmbito de um trabalho de mestrado seria impossível, pelo curto espaço de tempo, traçar um perfil de todas as famílias dos 34 Centros Municipais de Educação Infantil existentes na cidade de Ponta Grossa. Desta forma, vale relembrar ao leitor os CMEIs que foram pesquisados:

- Região do Jardim Carvalho: CMEI Anísio Teixeira, na Vila Liane.
- Região de Oficinas: CMEI Augusto Canto, na Vila Cará-Cará.
- Região de Uvaranas: CMEI João de Deus Flores de Paula, no loteamento San Martim;
- Região da Nova Rússia: CMEI Vila Borato, na Vila Borato.

Fizeram parte da elaboração deste perfil todas as famílias monoparentais encontradas nas quatro instituições de ensino, totalizando 34 chefes de família. Objetivou-se, com a aplicação do questionário, caracterizar as famílias monoparentais existentes nos quatro CMEIs, de acordo com seus traços gerais, isto é, abrangendo suas atividades profissionais, nível de escolaridade, estado civil, dentre outras variáveis. Por meio desta coleta de dados pôde-se fazer um “retrato” das famílias, de modo a se obter subsídios que servissem para a compreensão da realidade das famílias pesquisadas.

Segundo dados do IBGE, o número de famílias monoparentais vem aumentando consideravelmente no Brasil, principalmente as chefiadas por mulheres, atingindo, em 2001, uma marca de 17,8% das famílias brasileiras (Síntese dos Indicadores Social-IBGE, 2002).

Para a cidade de Ponta Grossa, não existem estudos específicos que abordem a monoparentalidade, e isto se faz necessário uma vez que a cidade faz parte do contexto nacional. Obtendo-se dados mais específicos sobre a realidade ponta-grossense é possível relacioná-la à realidade mais ampla e estabelecer a relação parte-todo e todo-parte, numa visão de totalidade. A interpretação dos dados

coletados nessa realidade permite que essa realidade seja melhor entendida, uma vez que obtêm-se respostas às problemáticas e às demandas existentes.

Como afirma Almeida Filho (2003, p. 147),

[...] conhecimento, portanto, implica informação posta fora do seu próprio contexto e situada em um contexto mais geral, pronta para auxiliar pesquisadores, profissionais técnicos e tomadores de decisão a compreender outros contextos ou novas situações.

Sabe-se que discutir o tema família impõe suas dificuldades, uma vez que se remete a uma realidade que é muito próxima e que se confunde com o que somos e com a nossa própria identidade pessoal (SARTI, 2006). Refletir sobre o tema torna-se importante uma vez que a família é a instituição na qual o indivíduo tem seu primeiro contato socializador, constitui-se o *lócus* onde se realizam vínculos das mais diversas formas, de modo que estudar a família implica entender melhor a própria sociedade.

Segundo Samara (2003), a retomada do tema família como objeto de análise deu-se, sobretudo, a partir dos anos 70, tanto por historiadores, como por sociólogos e antropólogos. Os resultados apresentados pelos estudiosos destacaram a impossibilidade de se conceber uma única imagem de família⁷ possível de se aplicar ao longo do tempo. Os estudos apontaram a importância de se levarem em conta as diferenças de etnia, classe, região, entre outros fatores para se entender melhor a

⁷ Pesquisas recentes realizadas por Samara (2003) vêm indicando que a família no Sul e Sudeste do Brasil apresentou características distintas daquelas encontradas no Nordeste açucareiro, no final do período colonial. A autora acrescenta que, em São Paulo, na primeira metade do século XIX, estabelecem-se normas de convivência diferenciadas, uma vez que um terço dos chefes de domicílio era do sexo feminino. Samara chama a atenção para análise de aspectos da sociedade que devem ser vistos com muito critério e atenção para que se compreenda a organização das famílias ao nível local, pois, segundo ela, existem diferentes tipos de famílias que estão intimamente ligadas à dependência dos sistemas econômicos implantados. A autora alerta para o fato do processo de circulação (migração) dos homens para lugares diversos a fim de subsidiar economicamente suas famílias. Segundo ela, as famílias se organizavam a partir deste movimento (migração), com as mulheres que permaneciam em seus lares e os homens que se embrenhavam pelo sertão, desbravando, ocupando terras virgens e fundando vilarejos. Em seu texto sobre as mudanças na família brasileira, Samara (2002) chega a questionar a imagem da família vinculada ao modelo patriarcal extraído da obra de Gilberto Freyre. Segundo ela: “[...] pesquisas recentes têm tornado evidente que as famílias extensas do tipo patriarcal não foram as predominantes, sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simples e menor número de integrantes. Isso significa que a descrição de Freyre (1987) para as áreas de lavoura canavieira do Nordeste foi impropriamente utilizada e deve ser reelaborada nos estudos de família, a partir de critérios que levem em conta temporalidade, etnias, grupos sociais, contextos econômicos regionais, razão de sexo e movimento da população” (SAMARA, 2002, p. 02).

sociedade. Novas temáticas⁸, antes silenciadas, emergiram em trabalhos acadêmicos, como arranjos familiares alternativos, concubinato, sexualidade e relações intra-familiares (SAMARA, 2003).

Segundo Romanelli (2006), mudanças como a crescente participação feminina na força de trabalho e os movimentos feministas que questionaram os fundamentos das relações entre homens e mulheres, ocorridas com bastante intensidade desde os anos 70, afetaram profundamente a vida doméstica, suscitando, dessa forma, uma redefinição das relações familiares.

Portanto, quando se discute o tema família, deve-se deixar claro de qual família se está falando, de que país, de que estrato social, de que momento, pois dentro de uma mesma sociedade há várias formas de se estabelecerem vínculos, da mesma forma que numa mesma época e em diferentes lugares estas formas podem variar (MELLO, 2006). Por conseguinte, as mudanças que ocorrem em toda sociedade afetam profundamente a família, de modo que estudar a família implica estudar a própria sociedade e as diversidades existentes em seu interior.

Para Amazonas (2003, p. 02):

Convivemos com diversas formas vinculares, nenhuma necessariamente melhor ou pior que as outras. Ao lado de formas tidas como tradicionais, por exemplo, o tipo família nuclear, há outras constituídas por casais homossexuais, monoparentais, recasados e tantas outras. É um verdadeiro contingente de diversidade!

Logo, falar em família é falar em diversidade e não apenas de uma forma singular, mas de uma forma plural (de “famílias”). Por isso, estudar as famílias monoparentais é falar de uma demanda que está posta à sociedade, é falar também de uma das diversidades existentes dentre tantos arranjos familiares possíveis. Crê-se que a sociedade precisa discutir suas demandas e assim avançar no processo de conhecimento, dando respostas as suas necessidades.

⁸ Ariès (1981) afirma que as transformações ocorridas no século XVIII tomaram rumo no sentido de confinar a família a um espaço limitado. A partir desta época torna-se mais visível a separação entre a vida mundana, a vida profissional e a vida privada. A cada instância determina-se um local apropriado. Há a reorganização da casa e a reforma dos costumes e a família relaciona-se cada vez mais com a vida privada. O autor ressalta que as transformações na família ocorreram profundamente na medida em que se modificaram as relações internas com as crianças, principalmente com relação a um maior desenvolvimento da afetividade entre pais e filhos. Jurandir Freire Costa (1983) discute os resultados da educação higienista que determinaram normas de saúde e “equilíbrio” às famílias, instaurando uma regulação política da vida dos indivíduos. Enfoca as terapêuticas educativas, do século XIX, como forma de “adaptar” as famílias a normas físicas, psíquicas e sexuais que emanam do universo burguês.

2.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

No que diz respeito ao objeto dessa pesquisa – o cotidiano das famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social – chama-se a atenção para o fato de que a pesquisa socioeconômica recebeu um tratamento estatístico. A intenção de abordar a realidade dos sujeitos quantitativamente revelou a intenção de abranger genericamente a realidade pesquisada, para posteriormente chegar aos sujeitos significativos da pesquisa.

Na pesquisa quantitativa, os fatores levados em consideração para traçar o perfil das famílias monoparentais foram: estado civil, idade, religião, dados profissionais, escolaridade, habitação, tipo de construção, dependentes, despesas mensais, renda familiar, plano de saúde, companhias mais freqüentes e lazer.

É importante salientar que as variáveis são apresentadas em conjunto, ou seja, não são analisadas isoladamente, pois se pretende estabelecer relação entre os dados obtidos por órgãos oficiais e a realidade mais ampla, evitando restringir-se somente aos dados coletados na pesquisa “in loco”.

Utiliza-se, nessa pesquisa, a abordagem quantitativa e qualitativa para apreensão do objeto – o cotidiano das famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social – estabelecendo uma comunicação entre as duas abordagens, de modo a aproximar o máximo possível a realidade dessas famílias. Procura-se, neste primeiro momento, trabalhar com dados estatísticos desvendando a extensividade e magnitude do problema. Posteriormente, pretende-se aprofundar um pouco mais a realidade e adentrar a intensividade do fenômeno, por meio da abordagem qualitativa.

A abordagem qualitativa tem sua relevância nesse estudo permeando toda a pesquisa e é aprofundada no capítulo seguinte, quando então se entrevistam os sujeitos representativos das famílias monoparentais. Porém, esta primeira aproximação com os entrevistados, que se deu por meio da aplicação do questionário, fez-se necessária, nesse momento, como primeira aproximação entre a pesquisadora e as famílias monoparentais.

Segundo Minayo e Minayo-Gómez (2003, p. 137),

[...] esse duplo quantitativo-qualitativo que não se iguala, que não deve ser usado indistintamente, mas de forma adequada, pode se tornar 'uno' na explicação e compreensão de temas que ao mesmo tempo devem ser analisados em sua magnitude e em sua significância.

Para Minayo (2006, p. 22) “[...] o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

Com relação aos instrumentos de pesquisa, o questionário reproduziu o quadro de indagações quantitativas. Já as entrevistas (que serão apresentadas e analisadas posteriormente), subsidiaram o aprofundamento da realidade que será discutida no terceiro capítulo.

Estabeleceu-se o perfil socioeconômico das famílias monoparentais⁹ dos quatro Centros Municipais de Educação Infantil participantes da pesquisa, totalizando 34 chefes de domicílio. A princípio, o total de famílias foi 43. No entanto, dessas 43, 3 não quiseram responder ao questionário e 6 já não estavam mais na instituição quando o questionário foi aplicado, isto porque há uma grande rotatividade de crianças nos Centros Municipais de Educação Infantil, uma vez que esta não tem a mesma obrigatoriedade (pelo menos nos mesmos termos) do ensino fundamental.

A idade média dos 34 chefes de domicílio que responderam ao questionário girou em torno de 33 anos. O mais novo possui 21 anos e o mais velho, 47 anos. Com relação ao sexo, 88,2% dos entrevistados são mulheres e 11,8% são homens, ou seja, o número de famílias chefiadas por mulheres é bastante expressivo.

No gráfico a seguir, visualiza-se melhor a distribuição dos chefes dos domicílios no que diz respeito ao critério “sexo”.

⁹ Torremocha (2006, p. 03), baseando-se na definição da União Européia, define monoparentalidade: *“Un padre o una madre que no vive en pareja (entendiendo pareja casada o que cohabite) y vive al menos con um hijo menor de 18 años. Este núcleo familiar puede estar viviendo en el mismo hogar con otro núcleo familiar”*.

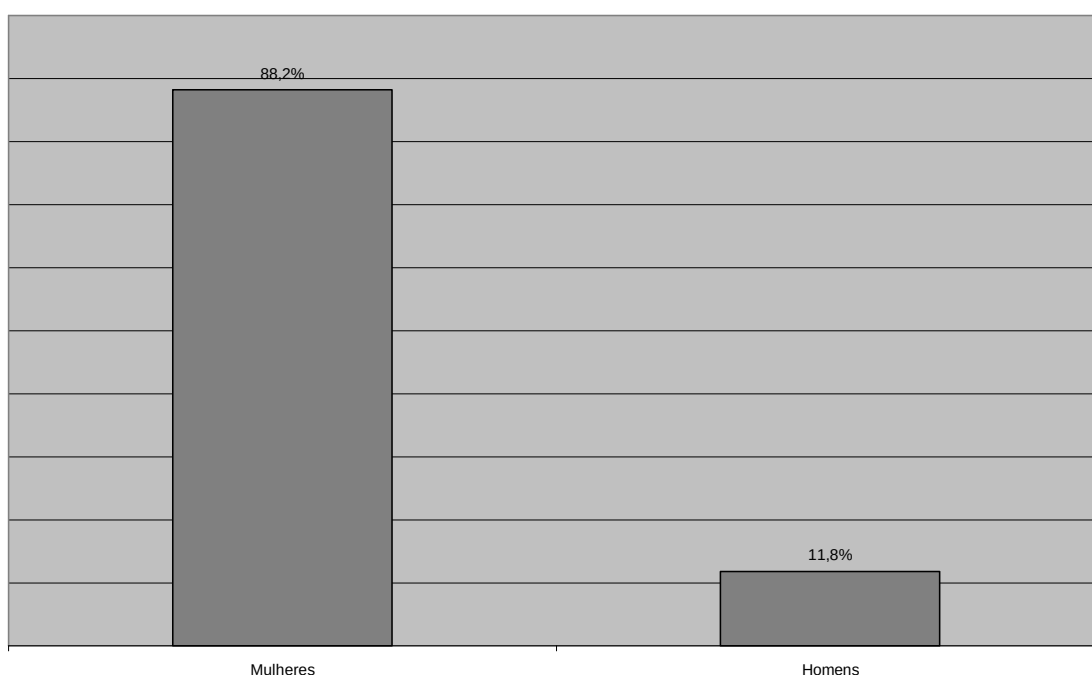


GRÁFICO 1 – Família monoparentais segundo o sexo do chefe da família – Ponta Grossa – 2007.

Fonte: Pesquisa socioeconômica nos Centros Municipais de Educação Infantil – 2007 – Elaborado por Virginia de Souza.

Os dados sobre o sexo do chefe de domicílio são significativos na medida em que confirmam os indicadores sociais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de dezembro de 2007. Segundo o IBGE,

[...] as famílias do tipo monoparental feminino se destacam nas áreas urbanas e metropolitanas, onde os aspectos culturais propiciam maior liberdade de comportamento. No conjunto do país, a média, em 2006, foi de 18,1%, o que mostra um crescimento de quase três (3) pontos percentuais em relação a 1996 (15,8%) (BRASIL, IBGE, 2007, p. 07).

Numa pesquisa realizada por Wall, em 2001, os dados também revelam que a monoparentalidade feminina ocorre com uma frequência maior, em Portugal. Contudo, o percentual de monoparentalidade masculina aumenta ligeiramente, considerados os núcleos com filhos de todas as idades. Constatou-se, nesse país, ainda segundo Wall, que é mais provável encontrar uma família monoparental masculina quando os filhos já não são muito pequenos (WALL, 2003), talvez porque os filhos maiores não necessitam de tantos cuidados como as crianças pequenas, o que constitui um dado que chama a atenção.

Outro item presente no questionário aplicado aos chefes de domicílio foi o estado civil. Este apresentou dados significativos, como se pode observar no gráfico abaixo:

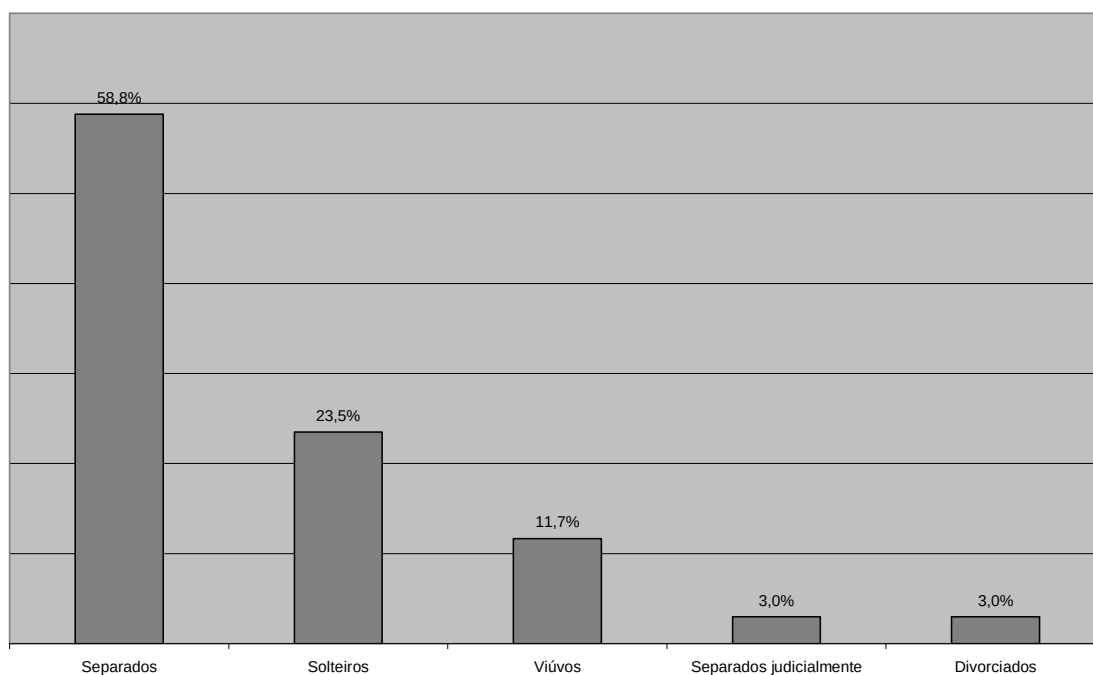


GRÁFICO 2 – Famílias monoparentais segundo o estado civil – Ponta Grossa –2007.

Fonte: Pesquisa socioeconômica nos Centros Municipais de Educação Infantil – Elaborado por Virginia de Souza.

Destaca-se, neste gráfico, que a condição de separado (58,8%) é significativa. Este dado traz para a discussão não só as separações entre os casados, como também entre as uniões estáveis. Conforme a Constituição Federal de 1988, artigo 226, parágrafo 3º, para efeito de proteção do Estado, reconhece-se a união estável entre homem e mulher, a qual é considerada uma entidade familiar. Logo, a união estável é reconhecida judicialmente e está sujeita também à separação, assim como a união por meio de casamento judicial. Conseqüentemente, na separação da união estável devem-se estabelecer tanto a divisão de bens quanto a guarda dos filhos. Por essa razão, para maior clareza, os dados apresentados no gráfico que contém o número de separados são compostos por separados de casamento legal e por separados de união de fato.

Segundo Araújo e Scalon (2005), pesquisas realizadas apontam uma tendência no crescimento dos arranjos familiares distintos do casamento formal. Para as autoras, “[...] na faixa etária dos 40-49 anos encontra-se o maior percentual

de pessoas que vivem conjugalmente, fora de uma união civil, o que indica, provavelmente, outras uniões após separações” (ARAÚJO; SCALON, 2005, p. 27).

Outro dado que também chama a atenção é a monoparentalidade com estado civil “solteiro”. Nessa pesquisa, o percentual foi de 23,5%, um número representativo, se comparado ao número de divorciados e separados judicialmente. Segundo Wall (2003), o aumento da monoparentalidade de pessoas solteiras pode estar ligado a dois tipos de trajetória familiar.

Ora, do ponto de vista da formação da família monoparental, as pessoas solteiras podem ter dois tipos de trajetória familiar. Uma trajetória de ‘mãe celibatária’, tratando-se aí de mães solteiras que tiveram um filho fora do casamento sem nunca chegar a viver em casal, ou, pelo contrário, uma trajetória centrada na ‘conjugalidade de facto’, tratando-se nesse caso de pais ou mães sós que viveram em união de facto, tiveram um filho que nasceu ‘fora do casamento’ e se separaram. O aumento das monoparentalidade de pessoas solteiras poderá estar ligado a ambos os tipos de trajetória (WALL, 2003, p. 59).

Com relação à religião, o gráfico abaixo mostra que os chefes de domicílio entrevistados pertencem a apenas duas religiões. Contudo, o questionário contou com outros itens que não foram mencionados pelos entrevistados.

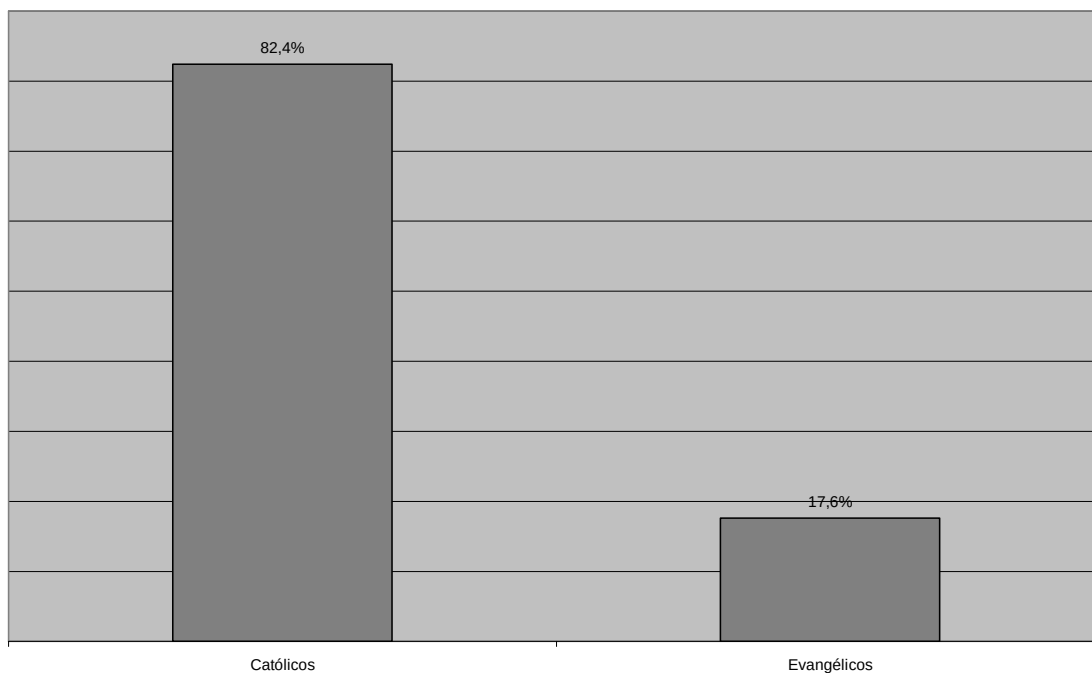


GRÁFICO 3 – Classificação por religião das famílias monoparentais – Ponta Grossa – 2007.

Fonte: Pesquisa socioeconômica nos Centros Municipais de Educação Infantil – Elaborado por Virginia de Souza.

De acordo com os dados do gráfico sobre religião, constatou-se que os entrevistados consideram-se católicos ou evangélicos. Isto demonstra que, independentemente da religião a que a pessoa pertença, as separações estão ocorrendo, mesmo que os valores e ideologias das igrejas permeiem suas vidas e privilegiem o matrimônio de seus seguidores. Na atualidade, independentemente da religião professada, as famílias monoparentais apresentam-se de forma significativa e estão sendo “aceitas” pelas instituições religiosas.

Outra variável que se destaca no questionário diz respeito à atividade profissional dos entrevistados. Em relação à ocupação das mulheres 36,8% declararam-se diaristas; 30%, mensalistas; 10%, comerciárias; 6,7% exercem outras atividades, como bordadeiras, crocheteiras, revendedoras de produtos de revistas; 3,3% são industriárias; 3,3% são professoras; 3,3%, autônomas; 3,3% estão desempregadas; e 3,3% declaram-se donas de casa, não tendo, portanto, atividades remuneradas.

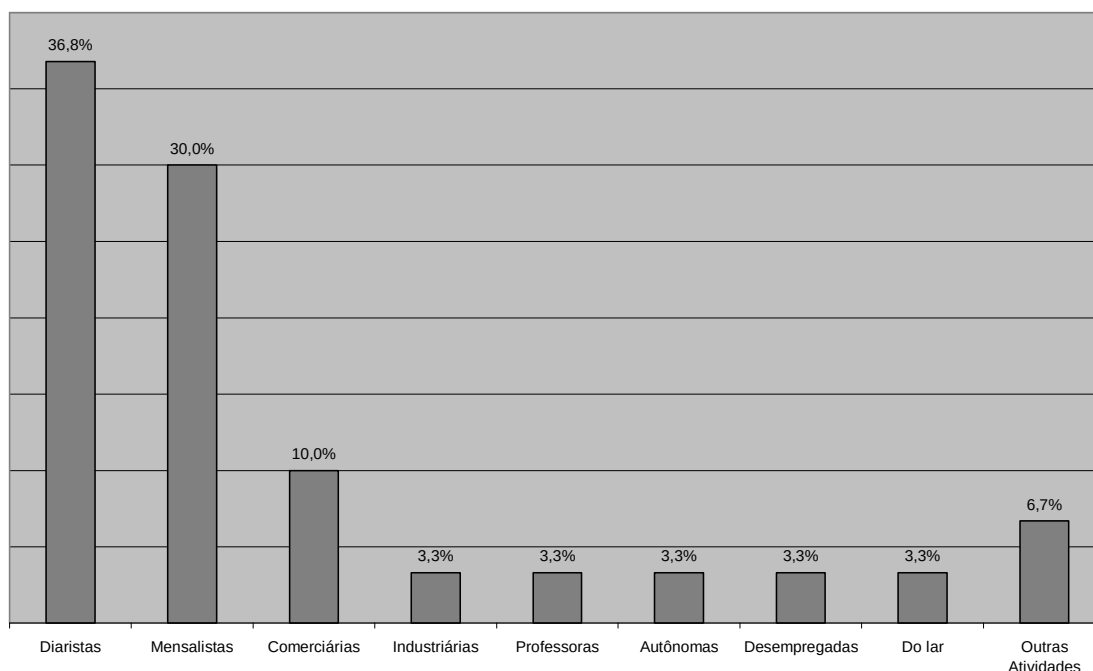


GRÁFICO 4 – Distribuição das atividades profissionais das mulheres nas famílias monoparentais – Ponta Grossa – 2007.

Fonte: Pesquisa socioeconômica nos Centros Municipais de Educação Infantil – Elaborado por Virginia de Souza.

Analisando as atividades profissionais das mulheres das famílias monoparentais, deve-se atentar para o fato de os entrevistados desempenharem

atividades mais flexíveis em termos de horário como, por exemplo, diaristas. Dessa forma, conseguem desempenhar a dupla jornada de trabalho de modo menos desgastante. Não se pode deixar de mencionar que muitos destes entrevistados não conseguem ingressar no mercado formal de trabalho devido à falta de qualificação profissional, que resulta, assim, em baixos salários.

Observa-se também que o percentual de “trabalho informal” é significativo, o que demonstra a gravidade do desemprego relacionado às famílias dos entrevistados. Somando-se os trabalhadores informais, os desempregados e as donas de casa, a somatória percentual fica em 50,1%. Acrescentando os autônomos, chega-se a 53,4% de mulheres que estão fora do mercado formal de trabalho. Dessa feita, essas mulheres não possuem seus direitos trabalhistas garantidos, como o décimo-terceiro salário, fundo de garantia e férias remuneradas, por exemplo.

Tal aspecto é abordado por Torremocha (2006), socióloga espanhola, que enfoca o fenômeno da monoparentalidade. Esta expõe que, além do contínuo crescimento desse arranjo familiar em alguns países europeus, esta demanda proporciona um maior risco de pobreza que outros tipos de família.

En la actualidad la principal preocupación relacionada con este tipo de familias se refiere a la situación de pobreza en la que viven, que ha sido denominada Nueva Pobreza o feminización de la pobreza. Cuando se habla de feminización de la pobreza referido a las familias monoparentales se quiere indicar que las familias encabezadas por una mujer representan una mayor proporción del total de familias pobres que la población total [...] Estas nuevas formas de pobreza aparecen relacionadas preferentemente con la oportunidades en el mercado de trabajo y en la estructura familiar, de modo que los pobres no son tanto quienes no tienen edad o capacidad para trabajar (ancianos, disminuidos físicos) como aquellos otros que, estando en edad de trabajar, no pueden hacerlo o han de realizarlo en condiciones precarias, tales como os desempleados, las madres solas y los trabajadores de la economía sumergida (Red Europea de Mujeres en España, 1990:16; Ruiz-Huerta y Martínez, 1994:54). Asimismo, al hablar de feminización de la pobreza se quiere destacar que las mujeres como sustentadoras de un hogar familiar tienen un mayor riesgo de pobreza. Debido entre otras razones a la desigualdad entre hombres y mujeres en el acceso al mercado laboral y las diferencias salariales (McLanahan y Booth, 1989) Aunque todavía la incidencia estadística de esta estructura familiar en España no es importante los datos parecen indicar que son este tipo de familias una de las más numerosas dentro del conjunto de familias pobres que reciben los salarios sociales (TORREMOCHA, 2006, p. 15-16).

Segundo Rahnema (2000), após o processo de urbanização (que levou ao empobrecimento massivo), os pobres passaram a ser definidos como carentes

daquilo que os ricos podiam ter em termos de dinheiro e posses. Para a maioria das concepções que vêm sendo propostas, a pobreza continua correspondendo à idéia de “falta” ou “deficiência”. Contudo, esta deve ser analisada a partir de alguns parâmetros importantes.

Um dos parâmetros a serem analisados é o da materialidade (“coisas”) cuja ausência é vista como pobreza. Esses fatores podem incluir: discriminação por não ter acesso a “coisas”, desigualdade, ausência de direito, falta de acesso a um mínimo necessário, dentre outros. Outro fator apontado por Rahnema (2000) diz respeito à consciência do sujeito da própria condição. Segundo ele, essa percepção é algo subjetivo e sociocultural, situação em que a pobreza adquire o exato significado associado a essa palavra. Para alguns, ser pobre no sentido de estar livre de posses pode significar algo de sobrenatural, estando ele a mercê de desígnios espirituais. Porém, segundo Rahnema “os destituídos e materialmente despojados em geral vêem suas dificuldades de maneira negativa” (RAHNEMA, 2000, p.232). Ainda segundo o autor, a consciência dos pobres de suas dificuldades é inevitavelmente afetada pela maneira como os outros os vêem. Por fim, a quarta dimensão da pobreza diz respeito ao espaço-tempo sociocultural, isto é, como em diferentes comunidades e diferentes tempos as mesmas materialidades são percebidas diferentemente pelos sujeitos. Desta forma, o conceito de pobreza torna-se multifacetado, isto é, tem muitas faces e nuances que se devem analisar quando se aborda este conceito.

Para Salas e Sáins (2006, p. 104)):

[...] los sujetos más vulnerables (individuos, grupos o comunidades) son al mismo tiempo los más pobres, toda vez que la pobreza se conceptualiza, por definición, como una condición caracterizada por la privación (absoluta o relativa) de recursos (económicos y sociales) indispensables para satisfacer las necesidades socialmente consideradas como básicas (SALAS e SÁINZ, 2006, p. 104).

A afirmação enfatiza o que permeia a construção dessa dissertação, a discussão a partir da categoria vulnerabilidade social. Vê-se que muitos colocam a pobreza como um importante fator na análise da probabilidade do sujeito, grupo ou comunidade ser considerada mais vulnerável.

Para Engel (2006), por maiores que tenham sido os esforços de combate à pobreza, a partir dos anos 90, esta praticamente continua inalterada na América

Latina. “O número absoluto de pobres aumentou constantemente, atingindo mais de 220 milhões de pessoas no ano de 2002” (ENGEL, 2006, p. 04).

Segundo Cattani (2003, p. 11) “[...] um em cada quatro brasileiros encontra-se em situação de pobreza, não conseguindo superar pelo seu próprio esforço a condição de indigência”. Esses dados tornam-se relevantes à medida que se pesquisam as famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social, pois a pobreza traz consigo uma maior probabilidade de não se ter o mínimo necessário para se manter no cotidiano familiar.

No Brasil, a pesquisadora e socióloga Marlise Matos (2005), analisando o trabalho e o salário de mulheres, concluiu acerca da feminização da pobreza que as profissões de maior legitimidade e prestígio social continuam sob domínio masculino, mesmo que as mulheres sejam mais escolarizadas do que os homens.

Retornando à pesquisa, no gráfico abaixo visualizam-se as atividades profissionais dos homens. Constatou-se que todos trabalham em serviços braçais.

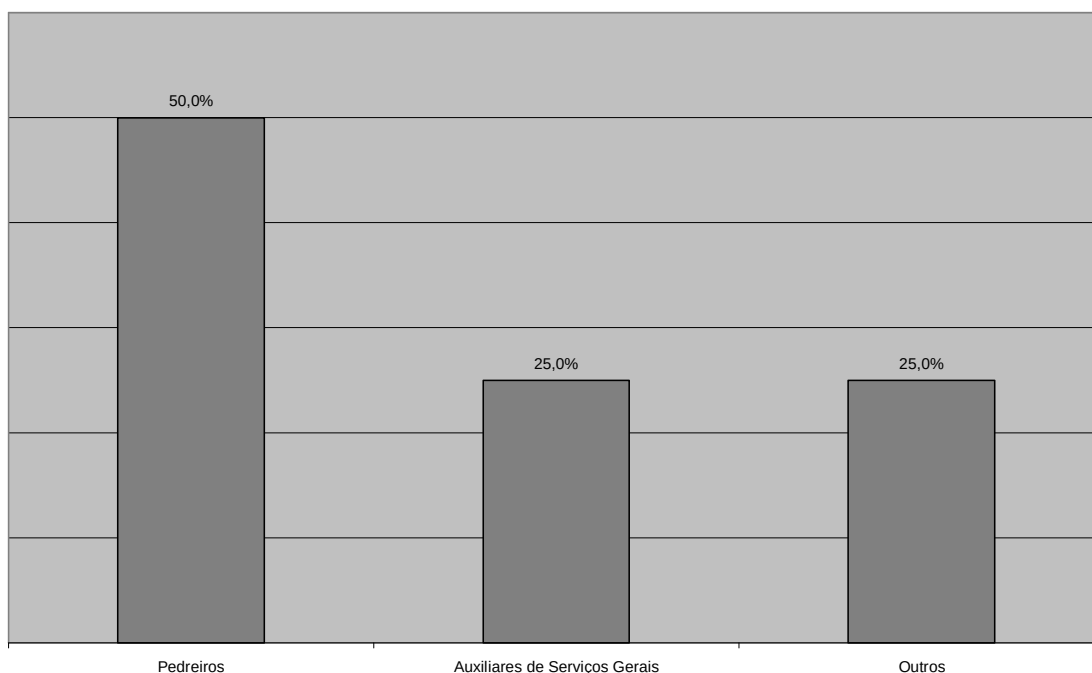


GRÁFICO 5 – Distribuição das atividades profissionais dos homens nas famílias monoparentais – Ponta Grossa – 2007.

Fonte: Pesquisa socioeconômica nos Centros Municipais de Educação Infantil – Elaborado por Virginia de Souza.

Esses dados sobre as atividades profissionais dos homens mostram que independentemente do sexo do entrevistado, as atividades profissionais

desempenhadas não exigem qualificação formal, isto é, não exigem um nível maior de escolaridade ou a realização de cursos profissionalizantes para serem desempenhadas. Destaca-se, nessa pesquisa, que os níveis de instrução entre os entrevistados ainda são baixos, porém a população feminina apresenta percentuais ligeiramente elevados, chegando à margem de nível superior (3%). Araújo e Scalon (2005), em seu survey “Gênero, trabalho e família em perspectiva comparada”, a partir da pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Rio de Janeiro, ratificam esses resultados. Nessa pesquisa, os níveis de escolaridade feminina atingiram o nível do ensino médio completo.

Deve-se alertar também para o fato de que estes sujeitos que se encontram, neste momento, nesta situação de trabalho informal ou mesmo em subempregos ingressaram no mercado de trabalho em torno da década de 80, época em que o Brasil passava por uma situação de transição do regime militar para o regime democrático. Como alerta Costa (2006), “[...] mudamos de regime de governo sem mudar a estrutura de concentração de rendas e riquezas dentro da sociedade” (2006, p. 142-143). Em sua análise, a autora faz um levantamento dos problemas que o país enfrentava ao tentar controlar a inflação, o que desencadeou, no governo Sarney (1985-1989), quatro planos econômicos a fim de estabilizar os preços e controlar a inflação. Essas medidas provocaram grandes perdas no salário dos trabalhadores. Diante deste quadro, houve elevação nos níveis de desemprego e descontrole da inflação, o que pressionou o governo a adotar medidas para combater a pobreza.

Ainda segundo Costa (2006), o Brasil foi pressionado pelo FMI a pagar a dívida externa, cortando gastos públicos, controlando a inflação, privatizando esferas produtivas estatais, dentro de outras exigências. Na América Latina isto também não era diferente, uma vez que a América Latina passou a exportar capital em vez de receber investimentos estrangeiros.

No Brasil a mudança do regime militar para o democrático abriu espaço para que a população pudesse exercer sua cidadania. Buscou-se, neste momento de transição democrática, a igualdade nos direitos civis, políticos e sociais (COSTA, 2006).

O processo de democratização do país foi marcado pela busca da igualdade com relação aos direitos civis, políticos e sociais, o que culminou no processo de elaboração da nova Constituição Federal de 1988. A nova constituição trouxe

avanços no que diz respeito a normativas dos deveres sociais do Estado. Porém, diante da crise fiscal e política do Brasil e da ofensiva neoliberal, cobrava-se a redução do papel do Estado na regulação econômica e social, o que dificultava a efetivação dos direitos garantidos na Carta Magna.

A Constituição Federal de 1988 criou um Estado de Direito no país, com responsabilidades sociais. Porém, esta 'revolução' da normatividade legal ocorreu em meio a uma crise fiscal e política do Estado. A ampliação dos deveres sociais do Estado pela Constituição de 1988 foi declarada como motivo da ingovernabilidade por parte dos setores conservadores que já defendiam um modelo de Estado neoliberal para o país. Haveria excesso de demandas sociais colocadas ao Estado e uma rigidez nos gastos federais com a vinculação de receitas. [...] A Constituição Federal nasceu num contexto histórico muito peculiar, pois, enquanto na Europa e nos Estados Unidos a luta pelo dismantelamento do Estado de Bem-estar Social seguia sua marcha, no Brasil lutávamos por empreender uma mudança no Estado com ênfase na proposta de municipalização, com a descentralização do poder e a criação de direitos sociais, inclusive com a aprovação da Assistência Social como uma política pública, inserida no conceito de seguridade social (COSTA, 2006, p. 147-148).

Com toda essa "turbulência" político-econômica e social, no Brasil dos anos 80, os sujeitos participantes desta pesquisa ingressaram no mercado de trabalho sem a devida capacitação e escolaridade. Isto acarretou várias dificuldades para esses sujeitos não só na época, como foi responsável, nos anos 2000, pelos baixos salários e trabalhos precários, pois no período que deviam se preparar teórica e tecnicamente para o trabalho já trabalhavam como mão-de-obra não qualificada para o mercado, o que os torna mais vulneráveis nos dias de hoje.

Com relação à variável educação formal, 70,5% dos entrevistados possuem ensino fundamental incompleto; 8,8%, ensino médio completo; 8,8%, ensino médio incompleto; 5,9%, ensino fundamental completo; 3%, ensino superior; e 3% se declararam analfabetos. Isto significa dizer que os 70,5% dos sujeitos não têm, ao menos, oito anos de estudo completos.

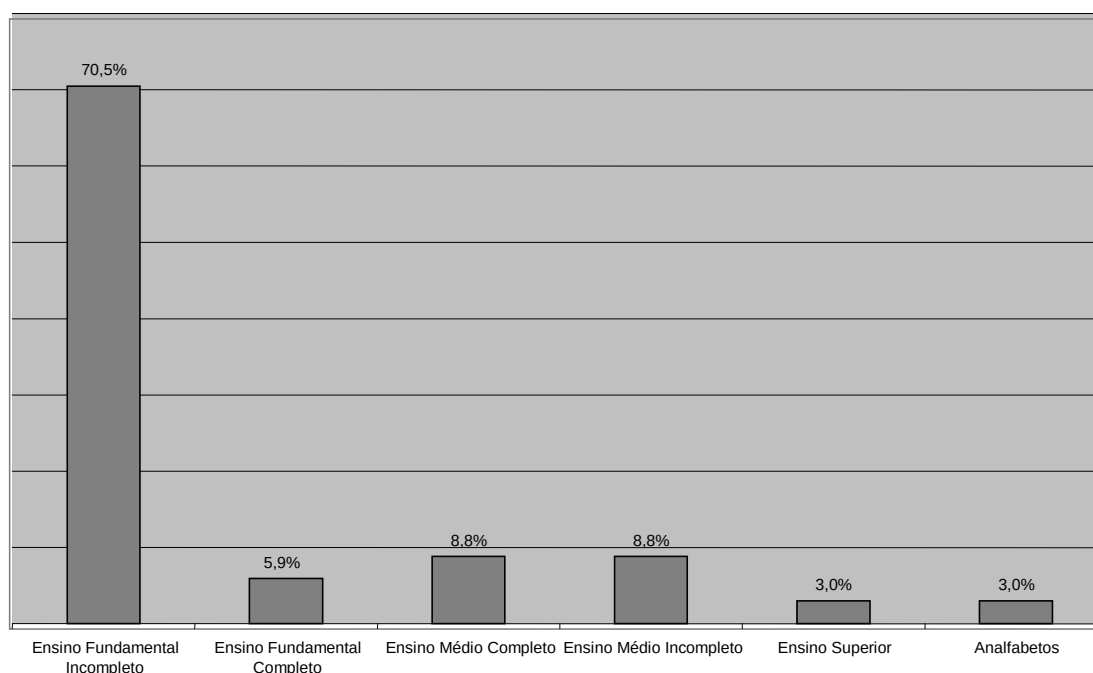


GRÁFICO 6 – Distribuição do grau de escolaridade dos chefes das famílias monoparentais – Ponta Grossa – 2007.

Fonte: Pesquisa socioeconômica nos Centros Municipais de Educação Infantil – Elaborado por Virginia de Souza.

Sabe-se que o acesso à educação tem um significado importante no que diz respeito a melhores oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, um melhor rendimento. Essa parcela da população, em sua grande maioria, encontra-se no mercado informal de trabalho ou mesmo em atividades com baixa remuneração devido a não qualificação formal e baixa escolaridade.

Segundo o IBGE (2007), embora a média de anos de estudo da população ainda seja baixa, essa vem aumentando no decorrer dos anos.

De 1996 para 2006, essa média passou de 5,7 para 7,2 anos de estudo para as pessoas com 15 anos ou mais de idade, o que representa um aumento de apenas 1,5 anos no período (IBGE, 2007, p. 02).

Ainda segundo o IBGE (2007), atualmente o problema educacional nas classes menos privilegiadas não se restringe ao acesso à escola, mas também à permanência nas instituições de ensino.

No Paraná, segundo Diagnóstico Social e Econômico de 2003,

[...] número de pessoas não alfabetizadas, na média do estado, atinge 8,6%, chegando a 14% nas mesorregiões do Norte Pioneiro e Centro-

Ocidental Paranaense [...] Observa-se, ainda, que a escolaridade média no estado é de aproximadamente 5 anos de estudo, com grandes diferenças entre as diversas mesorregiões (PARANÁ, IPARDES, 2003, p. 05-06).

Segundo a pesquisa aqui empreendida, nos Centros Municipais de Educação Infantil de Ponta Grossa, com relação aos sujeitos entrevistados, 70,5% não concluíram o ensino fundamental e 8,8% não concluíram o ensino médio, ou seja, 79,3% ingressaram na escola, mas não concluíram os estudos. Para Heringer e Miranda (2005, p. 208):

[...] o acesso à educação é em geral apresentado pelos estudiosos como um dos principais fatores associados a melhores oportunidades no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a melhor rendimento. Para um grande contingente da população, o aumento da escolaridade é visto como o principal fator de mobilidade social ascendente dos indivíduos.

Além de se pensar no acesso e permanência na escola como fator importante para mobilidade social e a ascensão dos indivíduos a uma condição melhor de vida, deve-se pensar também na qualidade deste ensino. Como afirma Dubet (2003), esta democratização do acesso à educação é amplamente segregadora, pois a escolaridade das classes menos privilegiadas acaba voltando os jovens para carreiras e formações menos valorizadas e menos bem pagas, “[...] enquanto que os filhos das categorias superiores conquistaram uma espécie de monopólio nas formações elitistas e lucrativas” (DUBET, 2003, p. 33).

Nessa discussão sobre o acesso a bens e serviços como educação, saúde e outros direitos sociais, Dubet (2003) alerta que os revezes produzidos pelo sistema capitalista sempre gerará desigualdade, uma vez que este distanciamento entre uma classe social e outra prevalece, mesmo diante dos princípios igualitários das democracias. Em outros termos, as barreiras sociais são substituídas por níveis de desigualdades sociais; o indivíduo tem acesso àquilo que almeja e tem direito. Contudo, dentro deste direito há níveis de desigualdades que transformam o bem ou serviço não acessível devido aos níveis hierarquizados dentro desse acesso (se tem acesso à educação num nível inferior se comparado ao das camadas mais privilegiadas, por exemplo).

Para Dubet (2003), as desigualdades na atualidade não se restringem mais ao nascimento, nem a posição de classe social. Elas resultam de uma conjunção de fatores complexos, isto é, as desigualdades foram multiplicadas. Na

contemporaneidade, as desigualdades não só perduram, como inúmeras outras apareceram nos últimos tempos. Um indivíduo, ou mesmo um grupo pode ter igualdade em algumas áreas, como educação ou mesmo saúde enquanto algumas desigualdades aumentaram em outros fatores como renda, condição de trabalho, seguridade.

Com relação ao Brasil, a

Síntese de Indicadores Sociais 2002, lançada pelo IBGE, confirma que o traço mais marcante da sociedade brasileira é a desigualdade. A melhora nos indicadores foi generalizada, sobretudo os de saúde, educação e condições de domicílios, mas a distância entre os extremos ainda é muito grande (IBGE, 2002, p. 01).

E, muitas vezes, dependendo de qual indicador e de que registros são escolhidos para mensurar a desigualdade, o pesquisador pode indicar que houve melhoria ou não nas condições de vida da população. Porém, deve-se estar atento também para os níveis de desigualdade que se multiplicaram, seja por etnia, gênero, idade, dentre outros, e não só por renda ou acesso a determinados serviços ou bens.

No que diz respeito à habitação, 58,8% dos entrevistados possuem casa própria; 17,6% moram em casa cedida; 17,6%, em casa alugada; 3%, em casa ocupada (invasão); e 3% declararam morar em residência financiada. Dos tipos de construção, encontraram-se 47% residindo em casas de madeira; 47% em casas de alvenaria e 6% em casa mista, isto é, com construção de madeira e alvenaria.

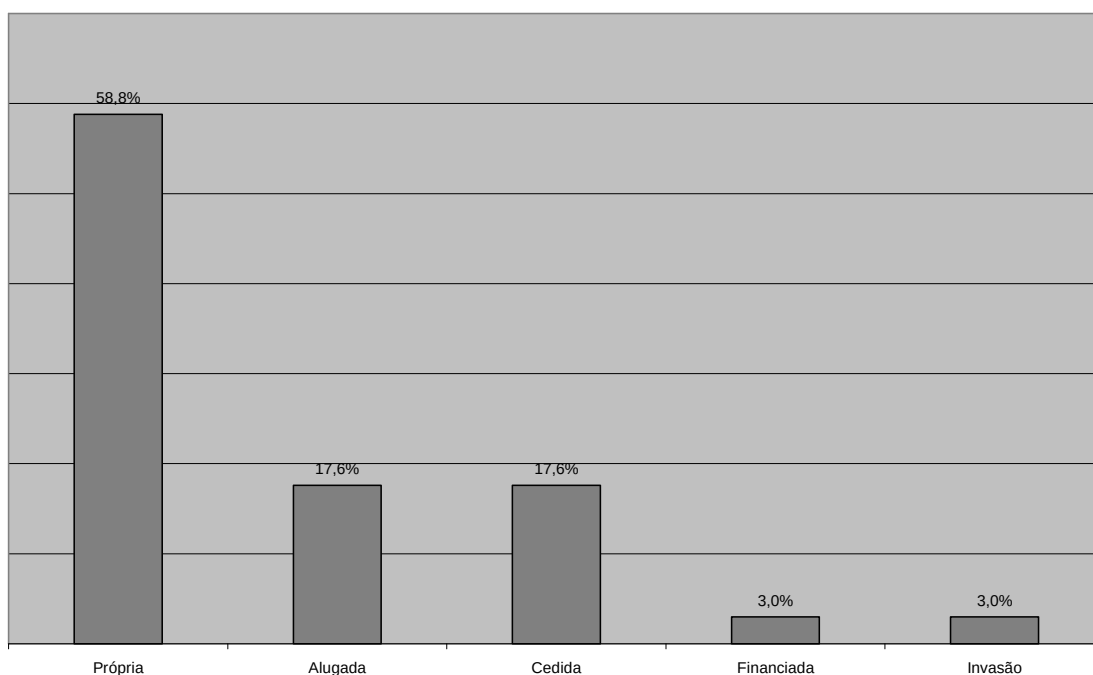


GRÁFICO 7 – Classificação por habitação das famílias monoparentais – Ponta Grossa – 2007.
 Fonte: Pesquisa socioeconômica nos Centros Municipais de Educação Infantil – Elaborado por Virginia de Souza.

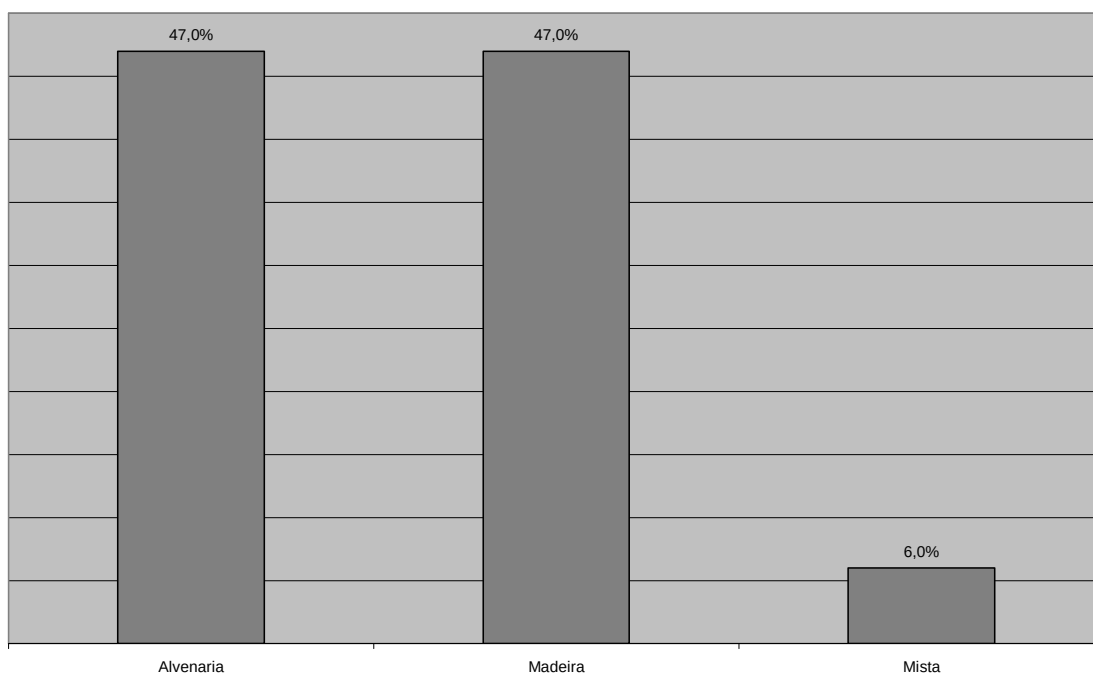


GRÁFICO 8 – Classificação por tipo de habitação das famílias monoparentais – Ponta Grossa – 2007.
 Fonte: Pesquisa socioeconômica nos Centros Municipais de Educação Infantil – Elaborado por Virginia de Souza.

Com relação aos dados sobre habitação, somando-se as informações dos entrevistados que residem em áreas ocupadas (núcleos de favela) (3%), como os que residem em casa cedida (17,6%) e os que pagam aluguel (17,6%), tem-se a porcentagem de 38,2% dos entrevistados que não têm casa própria. Percebe-se uma ausência de política de habitação que contemple esta parcela da população menos privilegiada que não têm como comprovar renda, principalmente devido ao trabalho informal que desempenha e por não possuir carteira assinada.

Por outro lado, deve-se estar atento ao dado de 58,8% dos entrevistados que moram em casa própria. Por vezes, o entrevistado tem acesso à moradia, sem que, no entanto, o terreno esteja regularizado, ou mesmo esteja localizado em área de invasão ou de risco.

Os dados sobre habitação são representativos se cruzados com os dados referentes aos tipos de construção: há um percentual de 47% de casas de madeira e 6% de casas mistas, ou seja, as condições de moradia dos entrevistados muitas vezes são precárias, uma condição que vulnerabiliza as famílias. Deve-se estar atento também aos que residem em ocupações não regularizadas, os quais estão sujeitos, a qualquer momento, à reintegração de posse. Esses, sim, estão desprovidos de um local seguro para morarem.

Com relação à variável número de dependentes, 17,6% dos entrevistados têm um dependente; 38,2% têm dois dependentes; 17,6% têm três dependentes; 17,6% têm quatro; 6% têm cinco dependentes; e 3% têm seis dependentes.

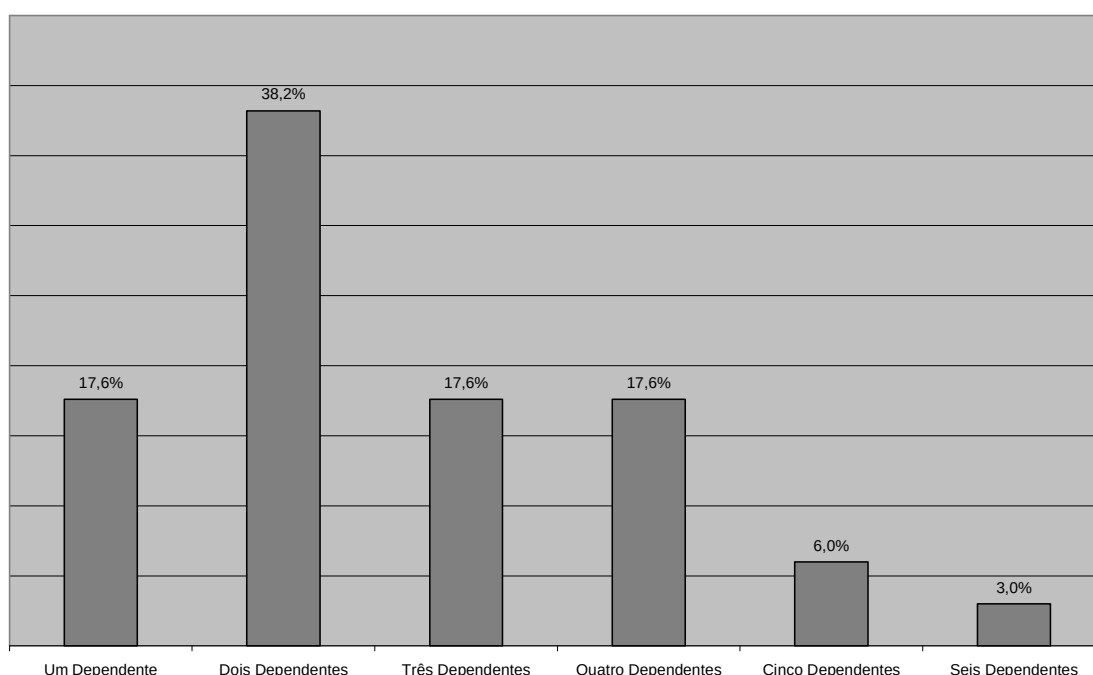


GRÁFICO 9 – Famílias monoparentais segundo o número de dependentes – Ponta Grossa – 2007.
 Fonte: Pesquisa socioeconômica nos Centros Municipais de Educação Infantil – Elaborado por Virginia de Souza.

O número representativo nesse gráfico foi o percentual de entrevistados com dois dependentes por família (38,2%), que confirma que o número de filhos vem diminuindo, o que pode estar associado à situação socioeconômica ou a monoparentalidade crescente, fatores que impossibilitam um maior número de filhos. Possivelmente, sem um parceiro fixo os entrevistados preferem não ter mais filhos.

Segundo o IBGE, o número de filhos parece estar associado ao grau de instrução das mulheres. Segundo esse órgão oficial “[...] as mulheres com até 3 anos de estudo chegam a ter, em média, mais que o dobro do número de filhos das mulheres com 8 anos ou mais de estudo” (IBGE, 2006, p. 10). Isto indica que as variáveis “anos de estudo” e “número de filhos” são inversamente proporcionais, isto é, quanto mais filhos a mulher tem, menos escolaridade apresenta; quanto menos filhos a mulher tem, mais escolaridade apresenta no seu grau de instrução.

Nessa pesquisa, observou-se que o número de filhos está diminuindo nesses núcleos familiares, atingindo um percentual de 38,2% com apenas dois dependentes e 17,6% com um dependente, totalizando 55,8% dos entrevistados com um número reduzido de dependentes. Segundo Araújo e Scalon (2005, p. 17) “[...] as famílias estão ficando menores. Essa redução drástica na maior parte do mundo ocorreu sobretudo a partir da década de 70, levando simultaneamente, a

alterações nos tipos de arranjos familiares e nos padrões de conjugalidade”. As autoras acrescentam ainda que as escolhas das mulheres aumentaram e hoje, em geral, elas já podem criar filhos sozinhas ou optar por não ter filhos, sem que isso seja visto como negação de seu papel social.

Entretanto, se somarmos os percentuais de entrevistados que têm quatro, cinco e seis filhos, tem-se 26,6% de entrevistadas que possuem um número de dependentes expressivo, o que pode comprometer o orçamento familiar devido à demanda que crianças e adolescentes têm em relação à educação, alimentação, saúde, vestuário, dentre outros. Este dado constitui-se um indicador importante quando se analisa a categoria vulnerabilidade social abordada por Lavinias (2002). Esta coloca que quanto maior o número de filhos na família, mais vulnerável será este núcleo familiar.

Com relação à variável saúde, 97% dos entrevistados declararam utilizar o Sistema Único de Saúde e 3% possuem outros planos privados.

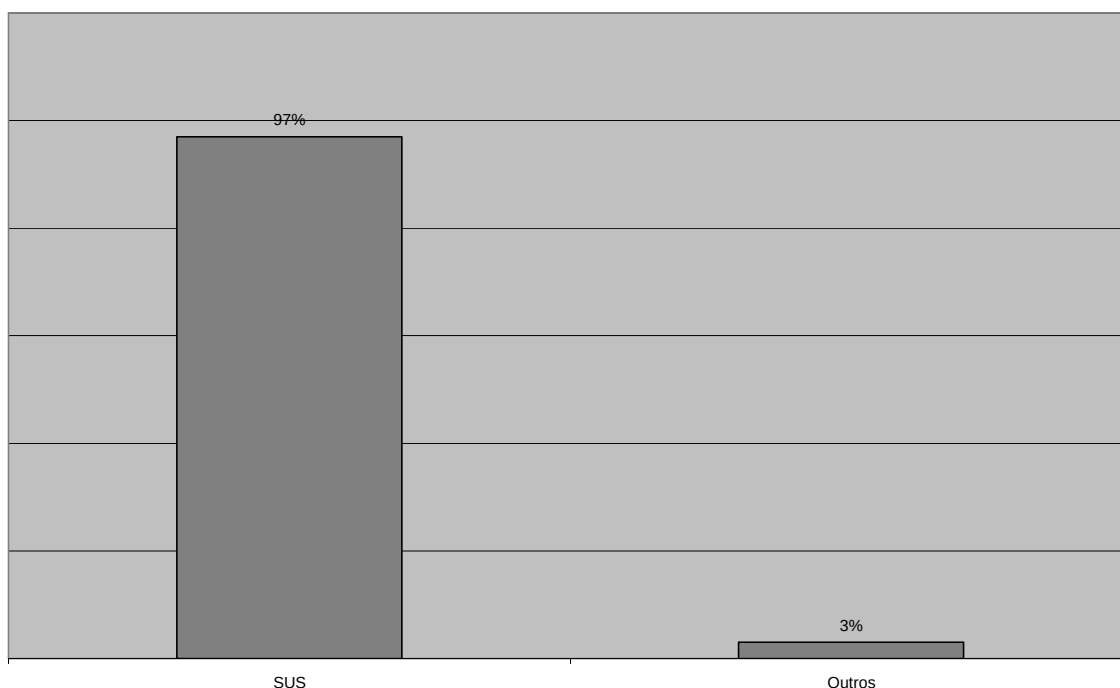


GRÁFICO 10 – Famílias monoparentais e serviços de saúde – Ponta Grossa – 2007.

Fonte: Pesquisa socioeconômica nos Centros Municipais de Educação Infantil – Elaborado por Virginia de Souza.

Um dado importante a registrar nesta pesquisa diz respeito às respostas recebidas sobre os planos de saúde. Dos 34 entrevistados, 61,8% responderam diretamente Sistema Único de Saúde e 3% responderam que tinham plano de saúde

privado. Contudo, 35,2% responderam, a princípio, que não tinham plano de saúde (mudando a resposta posteriormente para SUS). Isto demonstra que 35,2% dos entrevistados não vêem o SUS como plano de saúde. A Constituição Federal de 1988, Capítulo II, da Seguridade Social, art. 196, coloca que:

[...] a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações de serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, Constituição Federal, 1988, p. 114).

Nesse sentido, pode-se concluir que o direito está garantido na lei, contudo sua efetivação ainda é deficitária, e uma parcela da população ainda desconhece ou mesmo não consegue ter o acesso que deveria ao sistema único de saúde brasileiro.

Com relação à variável renda familiar 23,5% dos entrevistados têm uma renda **abaixo** do salário mínimo vigente no país, isto é, sobrevivem com **menos** de R\$ 380,00 por mês, sendo que destes, 3% têm a renda somente da bolsa família, ou seja, R\$ 95,00 mais doações de parentes e vizinhos. Do montante de entrevistados, 32,3% vivem com um salário mínimo; 26,4% vivem com um salário mínimo e meio (R\$ 570,00); 3% vivem com dois salários mínimos (R\$ 760,00); 8,8% vivem com três salários mínimos (R\$ 1.140,00); 3%, com cinco salários mínimos (R\$ 1.900,00); e 3% estão desempregados, utilizando o auxílio-desemprego.

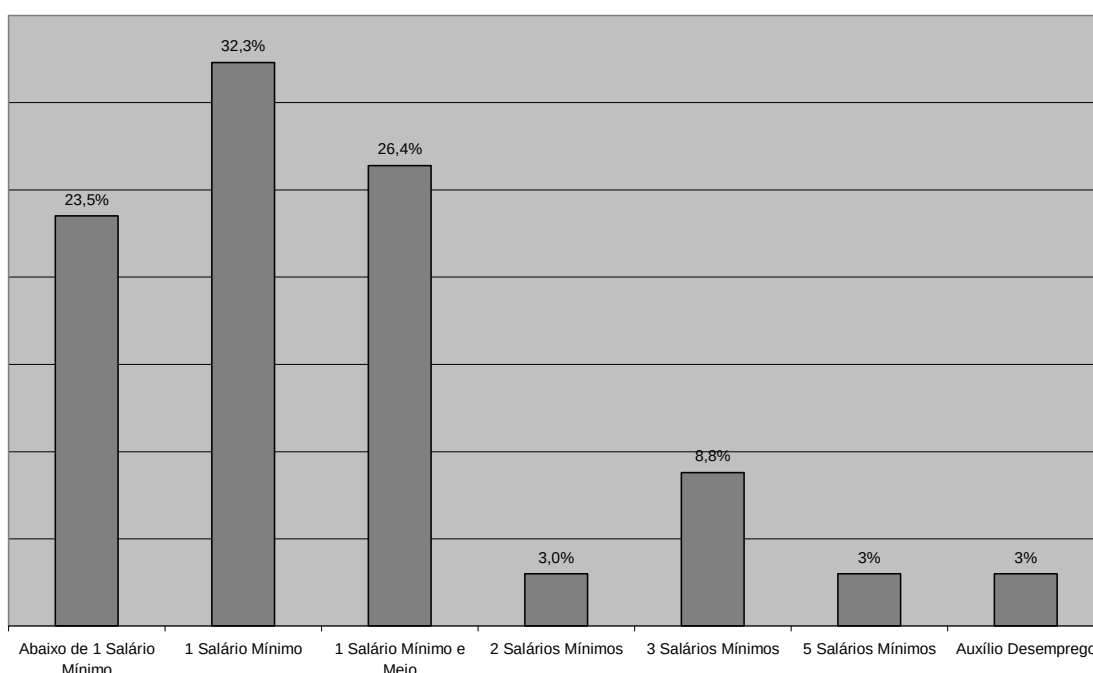


GRÁFICO 11 – Renda familiar das famílias monoparentais – Ponta Grossa – 2007.

Fonte: Pesquisa socioeconômica nos Centros Municipais de Educação Infantil – Elaborado por Virginia de Souza.

Os salários dessas famílias variam entre R\$ 95,00 e R\$ 1.900,00 (dos quais somente 3% dos entrevistados têm renda de R\$ 1.900,00), salário esse que deve suprir todas as necessidades de alimentação, vestuário, educação e saúde dos seus filhos, o que está longe de ser a realidade. A renda dos entrevistados é considerada muito baixa, o que agrava ainda mais a vulnerabilidade destas famílias. Destaca-se que a renda tem relação direta com a escolaridade dos entrevistados, isto é, quanto mais anos de estudo, maior é a renda da família. Como constatado nessa pesquisa, num universo em que predomina a baixa renda, os ganhos das mulheres, em geral, são ainda mais baixos que os dos homens.

No Paraná, segundo o Diagnóstico Social e Econômico,

[...] em 2000 havia 692.795 domicílios cujos chefes tinham renda inferior a 1 salário mínimo, representando 26% do total de domicílios. Desse grupo, 171.700 chefes declararam não auferir nenhum rendimento (PARANÁ, IPARDES, 2003, p. 06).

Analisando a conjuntura da América Latina, Engel (2006) afirma que os baixos níveis da educação dos mais pobres, juntamente com a qualidade insuficiente do ensino refletem diretamente no mercado de trabalho, isto é, para os menos qualificados sobram os postos de trabalho e as ocupações menos

remunerados, especialmente no mercado informal. A autora acrescenta também que muitos dos que parecem estar protegidos no setor formal não têm benefícios (mais de 60% entre os trabalhadores assalariados).

Uma das tendências mais fortes do mercado de emprego na região é a informalidade. De cada 10 empregos criados na última década, 7 foram informais. O emprego informal passou a representar 30% do emprego total em 1980, 43% em 1990 e 48% em 2000. A maioria da população do Cone Sul, México, e muitos países andinos trabalham no setor informal, sem proteção laboral nem benefícios (ENGEL, 2006, p. 12).

No que diz respeito à variável “companhias mais freqüentes”, 58,8% dos entrevistados declaram ter contato maior com parentes; 26,4% com os pais; 11,8%, com vizinhos; e 3,0%, com amigos.

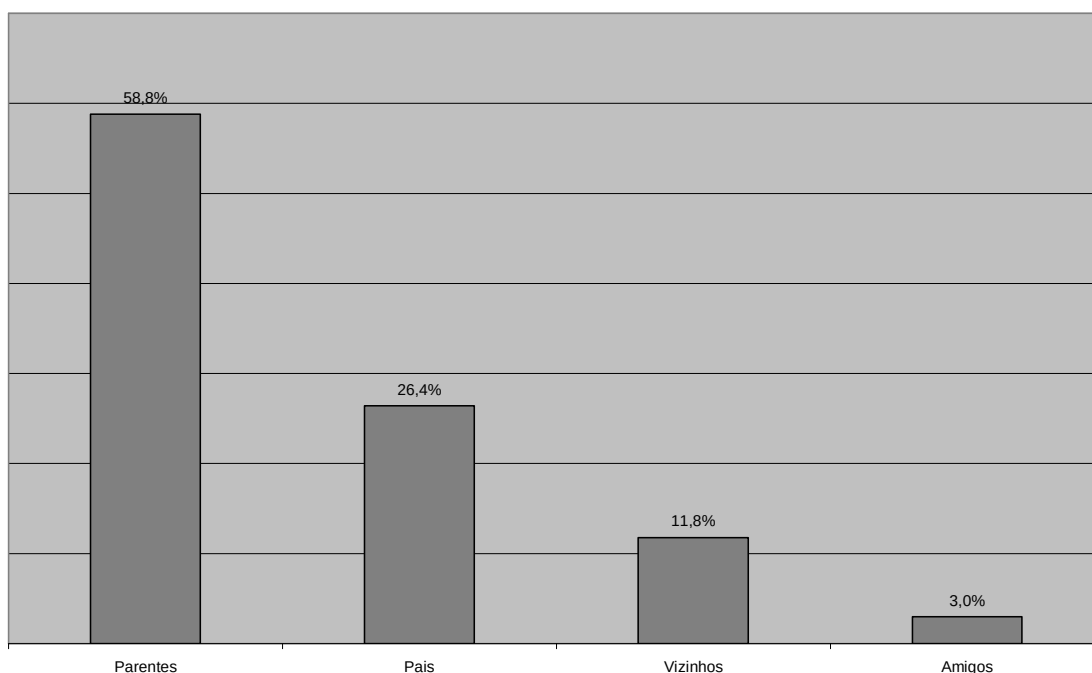


GRÁFICO 12 – Companhias mais freqüentes dos chefes das famílias monoparentais – Ponta Grossa – 2007.

Fonte: Pesquisa socioeconômica nos Centros Municipais de Educação Infantil – Elaborado por Virginia de Souza.

As companhias mais freqüentes dos entrevistados são os parentes, seguidos dos pais, vizinhos e amigos. Isto mostra a rede de apoio existente entre as camadas populares, isto é, a ajuda mútua, a solidariedade. Com diz Vitale (2002, p. 52) “[...] tratar das famílias monoparentais é, portanto, abordar seus vínculos, suas relações com uma rede familiar que não coincide necessariamente com as fronteiras

da casa”. Por isso, vê-se a necessidade de conhecer quem são as companhias nessa trajetória monoparental e nos desafios enfrentados por este segmento da sociedade.

Somando-se o percentual das companhias dos entrevistados entre parentes e pais, temos um total de 85,2%. Isto é significativo e reforça as discussões sobre a solidariedade entre as camadas mais empobrecidas. Segundo Peixoto (2005, p. 225):

A solidariedade familiar é um conjunto de direitos e deveres, arranjos e rearranjos, que se expressam através de sentimentos e apoios diversos. A solidariedade tem, assim, uma dimensão material e outra afetiva, que, juntas, constituem a base das relações familiares. É na função da situação social dos doadores e recebedores que se forma o circuito das solidariedades e das transmissões entre as gerações, elementos centrais da reprodução familiar.

Com relação à variável lazer, 25% dos entrevistados responderam que assistem à televisão nas horas vagas; 10,9% ouvem rádio; 21,9% visitam os parentes; 15,8% vão à igreja; 10,9% passeiam; 6,3% realizam atividades no lar; 1,5% lê e 1,5% sai para dançar; 1,5% realiza trabalhos manuais; e 4,7% realizam outras atividades.

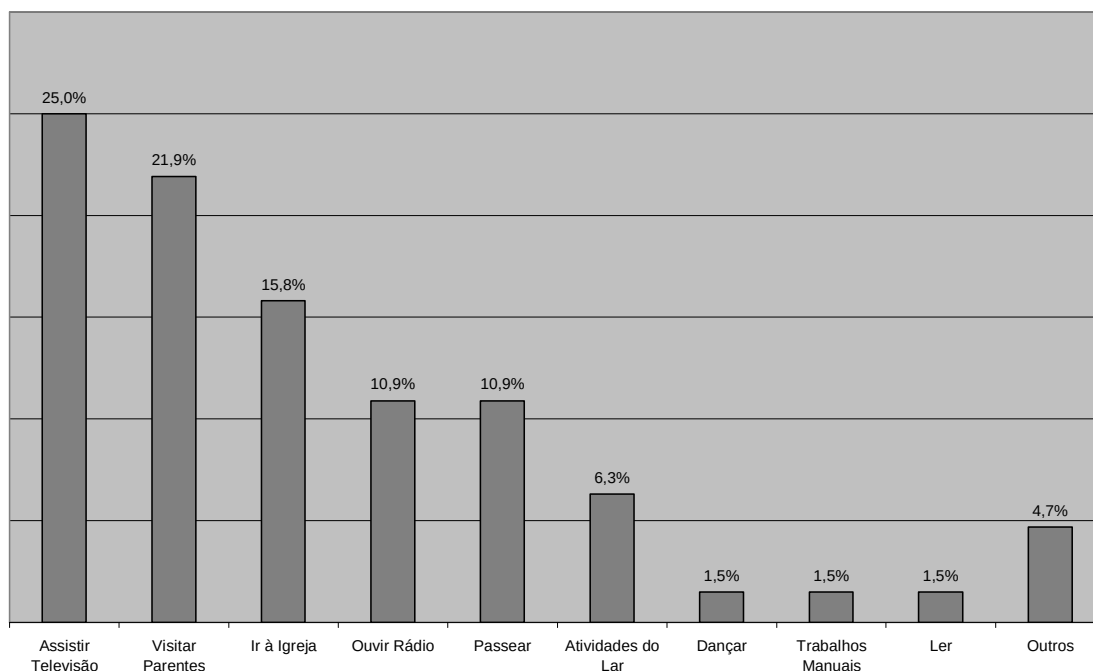


GRÁFICO 13 – Classificação por atividades de lazer das famílias monoparentais – Ponta Grossa – 2007.

Fonte: Pesquisa socioeconômica nos Centros Municipais de Educação Infantil – Elaborado por Virginia de Souza.

Analisando o gráfico acima, constata-se que 25% dos entrevistados assistem à televisão e 21,9% visitam parentes, totalizando 46,9% dos entrevistados que utilizam o tempo livre com atividades “simples” que não exigem recurso financeiro. Por outro lado, somando os percentuais como assistir televisão, ouvir rádio, ler, atividades do lar e trabalhos manuais, tem-se um percentual de 45,2% que não envolvem deslocamentos, o que pode também estar condicionado a fatores econômicos. Nota-se que 15,8% dos entrevistados vão à igreja. Isto demonstra que as religiões estão vendo com “outros olhos” (aceitando, mais especificamente) as famílias monoparentais (de forma menos preconceituosa), pois passaram a trazer para seus cultos um número maior de adeptos que, a princípio, não vivem totalmente sob os preceitos dessas religiões (ou seja, que não são casados legalmente ou na igreja).

Destaca-se que cada entrevistado poderia optar por mais de uma atividade de lazer, totalizando 64 respostas. Nesta análise, percebe-se que por mais que as atividades sejam “simples”, os entrevistados realizam mais de uma atividade, o que, de alguma forma, dinamiza e diminui o estresse do seu cotidiano.

Diante do perfil das famílias monoparentais dos quatro Centros Municipais de Educação Infantil apresentado, pode-se visualizar o cotidiano dessas famílias, trazendo para discussão a realidade vivenciada por elas em situação de vulnerabilidade social. Realizou-se um “recorte” dessa realidade, apresentando algumas variáveis para discussão, como a questão financeira, a condição de moradia, de emprego, de saúde, de escolaridade, dentre outras. Fez-se uma relação entre os dados coletados *in loco* e a realidade mais ampla, com índices nacionais e pesquisas afins para “dialogar” com a realidade ponta-grossense. Por meio deste perfil, estabeleceu-se um “retrato” parcial da realidade dos entrevistados, entendendo-se que a realidade é muito mais dinâmica e dialética do que se pode captar.

CAPÍTULO 3

FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: A PARTIR DOS DEPOIMENTOS DOS PAIS

Nos capítulos anteriores, explicitaram-se a metodologia adotada na pesquisa, os procedimentos e os instrumentais utilizados e também a caracterização dos Centros Municipais de Educação Infantil selecionados para a pesquisa empírica.

Diante disso, nesse terceiro capítulo, se analisarão algumas categorias que emergiram do cotidiano das famílias pesquisadas. Este momento proporcionou a observação dessa realidade, entendendo-se que a prática cotidiana traz elementos de discussão, os quais muitas vezes surpreendem o próprio pesquisador. A realidade apresenta-se dinâmica, dialética, como uma espécie de “palco” de vivências dos sujeitos aqui mencionados.

3.1 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS EM SEU COTIDIANO

Para se entender melhor o cotidiano dos sujeitos em condições de monoparentalidade, analisou-se o depoimento de oito sujeitos significativos que foram criteriosamente selecionados devido à representatividade dentro da realidade pesquisada.

Para seleção dos sujeitos da pesquisa, elegeram-se os seguintes critérios 1) tempo de guarda dos filhos; e 2) situação vulnerável. Nas famílias chefiadas por mulheres estes critérios foram seguidos rigidamente. Porém, nas famílias chefiadas por homens isto não foi necessário. Este fato se deu por não se ter encontrado mais de uma família monoparental masculina no CMEI participante. Desse modo, o critério de “tempo de guarda das crianças” foi dispensado.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS PESQUISADOS

Sujeito	“João 1”
Nome	E.N.
Idade	40 anos
Tempo Sozinho	4 anos
Atividade	Trabalha no porto de areia próximo a sua residência
Escolaridade	Ensino fundamental completo
Dependentes	Um (4 anos)
Moradia	Cedida pelo ex-patrão – construção de madeira
Renda	R\$ 800,00
Despesas	R\$ 550,00
Particularidade	Atualmente reside em casa cedida pelo ex-patrão e trabalha no porto de areia próximo a sua residência. Seu filho de quatro anos é portador de necessidade especial e frequenta a APAE há 2 anos
Condição monoparental	Divórcio

QUADRO 6 – Caracterização: Sujeito 1.

Fonte: Entrevistas com os sujeitos representativos dos Centros Municipais de Educação Infantil/2007.
Elaborado por Virginia de Souza.

Sujeito	“João 2”
Nome	H.P.
Idade	38 anos
Tempo Sozinho	4 meses
Atividade	Servente de pedreiro (autônomo)
Escolaridade	5ª série (ensino fundamental incompleto)
Dependentes	Quatro (10 anos, 6 anos, 5 anos, 4 anos)
Moradia	Residência alugada/construção de madeira
Renda	R\$ 400,00
Despesas	R\$ 386,00
Particularidade	Reside em casa alugada, uma construção em madeira. Atualmente não reside próximo aos parentes, contudo recebe ajuda de uma comadre. Paga uma diarista para cuidar dos filhos, o que compromete o orçamento familiar.
Condição monoparental	Separação

QUADRO 7 – Caracterização: Sujeito 2.

Fonte: Entrevistas com os sujeitos representativos dos Centros Municipais de Educação Infantil/2007.
Elaborado por Virginia de Souza.

Sujeito	“João 3”
Nome	L.C.
Idade	38 anos
Tempo Sozinho	1 ano
Atividade	Ajudante de serviços gerais (terceirizado a serviço da Sanepar)
Escolaridade	6ª série
Dependentes	Quatro (16 anos, 12 anos, 11 anos, 6 anos)
Moradia	Cedida/construção de alvenaria
Renda	R\$ 520,00
Despesas	R\$ 388,00
Particularidade	Reside com os filhos em moradia cedida. O benefício bolsa família foi suspenso devido ao falecimento da esposa (estava no nome da genitora). No momento, conseguiu trabalho fora da cidade e precisa administrar o cotidiano familiar com a ajuda de outras pessoas da comunidade e da família da esposa (falecida) para cuidar das crianças e dos adolescentes.
Condição monoparental	Viuvez

QUADRO 8 – Caracterização: Sujeito 3.

Fonte: Entrevistas com os sujeitos representativos dos Centros Municipais de Educação Infantil/2007.
Elaborado por Virginia de Souza.

Sujeito	“João 4”
Nome	L.M.
Idade	38 anos
Tempo Sozinho	1 ano e meio
Atividade	Pedreiro autônomo
Escolaridade	5ª série (ensino fundamental incompleto)
Dependentes	Dois (8 anos – irmã e 4 anos – filha)
Moradia	Própria/construção de madeira
Renda	R\$ 750,00 (salário) e R\$ 380,00 (INSS) – total: R\$ 1.130,00
Despesas	R\$ 487,00
Particularidade	O entrevistado tem sob sua guarda a irmã de 8 anos de idade devido ao falecimento da mãe, recebendo benefício de R\$ 380,00 do INSS. Tem sob seus cuidados também a filha de 4 anos que, segundo o entrevistado, preferiu ficar sob sua guarda. Atualmente paga uma pessoa para cuidar da irmã, meio período, depois que ela sai da escola. A filha frequenta o Centro de Educação Infantil período integral.
Condição monoparental	Separado

QUADRO 9 – Caracterização: Sujeito 4.

Fonte: Entrevistas com os sujeitos representativos dos Centros Municipais de Educação Infantil/2007.
Elaborado por Virginia de Souza.

Sujeito	"Maria 1"
Nome	L.A.
Idade	41 anos
Tempo Sozinho	14 anos
Atividade	Doméstica
Escolaridade	2ª série (ensino fundamental incompleto)
Dependentes	Três (11 anos; 5 anos; 3 anos)
Moradia	Ocupação (casas da rede ferroviária)
Renda	R\$ 380,00 (pensionista INSS) e R\$ 45,00 (bolsa família)
Despesas	R\$ 308,00
Particularidade	Atualmente a entrevistada recebe benefício do INSS devido à viuvez do primeiro marido, contudo os filhos são provenientes de outro relacionamento. Faz parte do Programa Bolsa família, recebendo um valor de R\$ 45,00. Reside em casa da Rede Ferroviária (ocupação)
Condição monoparental	Separada

QUADRO 10 – Caracterização: Sujeito 5.

Fonte: Entrevistas com os sujeitos representativos dos Centros Municipais de Educação Infantil/2007.
Elaborado por Virginia de Souza.

Sujeito	"Maria 2"
Nome	S.G.
Idade	34 anos
Tempo Sozinho	5 anos
Atividade	Diarista
Escolaridade	4ª série (ensino fundamental incompleto)
Dependentes	Um (6 anos)
Moradia	Própria/construção de madeira
Renda	R\$ 380,00
Despesas	R\$ 166,00
Particularidade	Reside há seis meses no bairro onde foi realizada a pesquisa e não possui nenhum parente que resida próximo a sua casa. Atualmente não recebe pensão alimentícia do filho. Tem uma outra filha (de outro relacionamento) que mora com a avó.
Condição monoparental	Separada

QUADRO 11 – Caracterização: Sujeito 6.

Fonte: Entrevistas com os sujeitos representativos dos Centros Municipais de Educação Infantil/2007.
Elaborado por Virginia de Souza.

Sujeito	"Maria 3"
Nome	V.C.
Idade	24 anos
Tempo Sozinho	2 anos e 5 meses
Atividade	Diarista
Escolaridade	5ª série (ensino fundamental incompleto)
Dependentes	Dois (4 anos e 2 anos)
Moradia	Alugada/construção de madeira
Renda	R\$ 180,00 (diarista) e R\$ 100,00 (pensão alimentícia)
Despesas	R\$ 110,00 por mês (não incluindo a despesa de alimentação que é feita nos dias que recebe o pagamento como diarista)
Particularidade	A entrevistada recebe ajuda da mãe que mora próximo. Devido às dificuldades enfrentadas em relação aos dois ex-maridos e principalmente aos transtornos da separação do último companheiro, por vezes pensou em cometer o suicídio. Recebe pensão da criança mais velha de 4 anos (filha do primeiro relacionamento).
Condição monoparental	Separada

QUADRO 12 – Caracterização: Sujeito 7.

Fonte: Entrevistas com os sujeitos representativos dos Centros Municipais de Educação Infantil/2007.
Elaborado por Virginia de Souza.

Sujeito	"Maria 4"
Nome	M.P.
Idade	23 anos
Tempo Sozinho	1 ano
Atividade	Do lar
Escolaridade	8ª série (ensino fundamental completo)
Dependentes	Dois (6 anos e 2 anos)
Moradia	Cedida/ construção de madeira
Renda	R\$ 380,00
Despesas	R\$ 225,00
Particularidade	A entrevistada recebe benefício do INSS, pois a criança de seis anos é portadora do vírus HIV. Atualmente frequenta o Programa Reviver (DST-AIDS), juntamente com os filhos realizando atividades diversas. A criança de seis anos também frequenta o Centro de Educação Infantil. Atualmente não recebe pensão alimentícia dos ex-companheiros.
Condição monoparental	Separada

QUADRO 13 – Caracterização: Sujeito 8.

Fonte: Entrevistas com os sujeitos representativos dos Centros Municipais de Educação Infantil/2007.
Elaborado por Virginia de Souza.

Caracterizados os sujeitos, a próxima etapa se constitui da análise dos depoimentos dos entrevistados. Para o levantamento dos depoimentos, optou-se por

um roteiro pré-estabelecido a fim de se obterem elementos importantes de análise. Nesse processo, construíram-se categorias de análise que emergiram do empírico, proporcionando uma “sustentação” maior no entendimento dos depoimentos dos sujeitos. Porém, como mencionado por Segalen (1999), as categorias são objetos de críticas para alguns autores, pois nunca são neutras. Contudo, são ferramentas indispensáveis do conhecimento.

A seguir, apresenta-se esta análise em função dos aspectos que emergiram das respostas.

3.3 A FAMÍLIA: SIGNIFICADOS

Para Segalen (1999), o termo **família** é considerado polissêmico. Para a estudiosa, o termo pode designar os indivíduos ligados pelo sangue e pela aliança e ao mesmo tempo designar a instituição que rege esses laços. A autora acrescenta ainda que, ao mesmo tempo em que a família pode designar a partilha da unidade residencial, também pode designar outro grupo de parentes e de aliados com os quais não se partilham a residência, isto é, a parentela com a qual se mantém ou não relações. O termo família ainda pode designar uma linhagem nobre, um conjunto de parentes mortos ou vivos que partilham a mesma história, uma reputação, um patrimônio. Para a autora, nossa sociedade está imbuída de utilizações metafóricas do termo família, seja designando parentela, linhagem ou mesmo reputação.

Segundo Claves e UNICEF (2004) mencionando Segalen, o modelo de família ocidental, nas décadas de 60 e 70, consistia no “modelo” do casamento monogâmico, articulado em torno da divisão de papéis sexuais. A partir dos anos 70 vários discursos começaram a emergir na sociedade como o discurso a respeito da “crise da família”, que enfatizava as dificuldades enfrentadas por esse núcleo em socializar seus membros diante das transformações ocorridas na sociedade. Isto se deu em decorrência de mudanças expressivas que afetaram a vida doméstica.

Assim, na década de 70, só se falava de ‘enfraquecimento da família’, de ‘famílias desfeitas’, de ‘famílias em crise’, que contrastavam com as sólidas estruturas de outrora. Era então freqüente afirmar-se que a família tinha

passado a limitar-se ao casal e respectivos filhos, que tinha perdido as suas funções 'tradicionais', que tinha deixado de manter relações com os outros membros da parentela [...]. Numa sociedade desumanizada, a família surgia como um 'bastião', uma 'fortaleza' contra o mundo exterior submetido às duras leis do mercado, do racionalismo, do progresso técnico, etc. (SEGALEN, 1999, p. 09).

Os avanços científicos com relação à concepção e a crescente participação feminina na força de trabalho em consequência das dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias redimensionaram a divisão sexual do trabalho, assim como a forte expressão dos movimentos feministas que questionaram os fundamentos entre homens e mulheres contribuíram para as mudanças das relações dentro e fora da família (ROMANELLI, 2006). Essas mudanças socioeconômicas e culturais interferiam consideravelmente na dinâmica e estrutura da família promovendo alterações em seu padrão tradicional de organização (GOMES; PEREIRA, 2005). Desde a última década não se fala mais em “modelo de família” (apesar de o “modelo de família nuclear” ainda ser idealizado), mas sim em famílias, no plural, a fim de contemplar a diversidade de relações existentes na sociedade.

A fim de compreender melhor essa gama de considerações e a polissemia do termo “família”, perguntou-se aos sujeitos: “O que você entende por família?”

Vários tipos de resposta foram colhidos. Contudo, não no sentido de se pensar família como “sangue” e “parentela”. As respostas foram de ordem prática, destacando-se aquelas que consideram a família como um lugar de educação e de responsabilidades. Mesmo que estas não sejam explicitadas nos depoimentos dos sujeitos, surge no discurso dos chefes de família uma questão central – a família como *lócus* de união entre seus membros.

Sujeito	Depoimento
Sr. João 1	“[...] família é quando está tudo bem, tudo tranquilo. A família, a gente tem que estar sempre desenvolvendo a criança, sempre educando bem certinho, para não ser mal educado, aprendendo coisas do mal [...] É importante ter uma família com o “K” porque a gente convive sozinho..., com ele ajuda mais. Se não fosse ele (filho) eu estaria pela rua. Ele traz uma alegria” (grifo nosso).
Sr. João 2	“No meu pensamento, eu tento fazer da vida deles [filhos] a minha, só que tem horas que foge do controle. No momento sou eu por eles e eles por mim ” (grifo nosso).

(conclusão)

Sujeito	Depoimento
Sr. João 3	“Pra mim, é a união entre duas pessoas , é a continuação da geração, da assinatura [sobrenome]. Nesta condição que eu estou [viuvez], é a união com os filhos, eu e eles ” (grifo nosso).
Sr. João 4	“A família para mim é alegria, é tudo, é a razão de eu estar batalhando [...] isso é o que dá força pra continuar batalhando, pra criar eles [...] Na vida de solteiro a gente não esquento muito, na família a gente tem mais responsabilidade : alimentação, médico...” (grifo nosso).
Sra. Maria 1	“Uma família, eu acho, tem que dar educação em primeiro lugar e eu faço o que eu posso pelos meus filhos...” (grifo nosso).
Sra. Maria 2	“Eu entendo que a família tem que ser unida , entre os filhos, sempre tem que estar junto, um com o outro [...] a família é um lugar de paz, amor, união, sempre junto” (grifo nosso).
Sra. Maria 3	“Olha, família é tudo pra gente. De começo a gente tem que ter responsabilidade , muda tudo [...] Eu tive essas crianças, agora eu penso que eu tenho que dar o melhor para eles , mas o melhor, o possível” (grifo nosso).
Sra. Maria 4	“Bom, eu acho que família deveria ser unida, mas no meu caso, não deu muito certo porque eu estou separada [...], porém com meus filhos, somos uma família unida ” (grifo nosso).

QUADRO 14 – Família: Significados.

Fonte: Entrevistas realizadas com os sujeitos representativos – Elaborado por Virginia de Souza.

Segundo Reis (2006), a família é uma instituição criada pelos próprios homens em relação aos demais, que se constitui de diferentes formas, em tempos diferentes, dependendo das necessidades sociais que emergem. Prado (1981), por sua vez, enfatiza que a família possui um papel importante não só dentro da sociedade, mas também enquanto núcleo afetivo e de apoio; não deixando, porém, de ter seus aspectos negativos, pois a família impõe certos modelos, normas e concepções, usos e costumes que podem gerar conflitos pelo poder de coação moral existente em seu interior.

Percebe-se que o conceito de família está presente nos depoimentos dos sujeitos, existindo proximidades e distanciamentos entre eles. Por mais que tenham dificuldades em fornecer um conceito sobre família, vários aspectos são trazidos à cena, como “união”, “educação dos filhos”, “responsabilidades”, o que reforça as colocações dos autores mencionados quando destacam a importância do núcleo afetivo e de apoio que acaba se formando com essa instituição. No depoimento do Sr. João 1, o pai diz que, se não fosse o filho estaria pela rua, pois a importância de

se ter alguém sob sua responsabilidade o faz sentir-se importante o suficiente para ter um objetivo maior em sua vida.

Analisando pelo viés constitucional, durante muito tempo a família foi concebida pela legitimidade, isto é, só era considerada família aquela instituição constituída pelo casamento indissolúvel, a qual tem a proteção especial do Estado.

Com a Constituição de 1988, o conceito de família ampliou-se. A carta magna reconheceu a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar no parágrafo 3º, do artigo 226, suprimindo a expressão “constituída pelo casamento”. Segundo Genofre (2006, p. 98) “[...] a situação anterior acarretava injustiças, sobretudo, às mulheres em situação irregular [...]”.

Na verdade, a Constituição de 1988 representou um marco com relação ao conceito de família, não só neste ponto da união estável, mas também com relação à garantia do “status” de família à situação em que a criança está sob a guarda de qualquer um dos pais.

Capítulo VII Da Família, Da Criança, Do Adolescente e Do Idoso.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (BRASIL, Constituição Federal, 1988, p.125, grifo nosso).

Desse modo, as famílias monoparentais obtêm, de acordo com a Constituição de 1988, a legalidade de família.

Segundo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária¹⁰ de 2006, os direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária estão relacionados ao direito à inclusão social de suas famílias. Conforme o que foi discutido, segundo o Plano Nacional, o termo “família” compreende:

[...] um grupo de pessoas com laços de consangüinidade, de aliança, de afinidade, de afetividade ou de solidariedade, cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero. Arranjos familiares diversos devem ser respeitados e reconhecidos como potencialmente capazes de realizar as funções de proteção e de socialização de suas crianças e adolescentes. Sendo assim, a família, independente de seu formato, é a mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade e geradora de modalidades comunitária de vida (BRASIL, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, 2006, p. 69).

Diante disso, é possível perceber uma mudança, pelo menos no texto de algumas políticas públicas, no tocante ao conceito de família, que passa a abranger, desta forma, os mais diversos arranjos familiares existentes. Porém, ainda há muito que avançar socialmente no que diz respeito à “aceitação” de outros arranjos distintos da família nuclear, formada por pai, mãe e filhos.

Outro ponto que se destaca nos depoimentos dos sujeitos é o entendimento da noção de ‘família’ como ambiente de proteção aos seus entes. Segundo Genofre (2006, p. 102) “[...] a proteção pressupõe um protetor e um protegido, posto que, necessariamente, o primeiro exerce um poder, uma autoridade, em relação ao protegido, principalmente no que tange às decisões”. Percebe-se nitidamente o enfoque com relação à proteção no depoimento da Sra. Maria 3: “[...] a gente **tem que ter responsabilidade [...]**, agora **eu penso que eu tenho que dar o melhor para eles**, mas o melhor, o possível” (sic) (grifo nosso).

A Constituição Federal, em seu artigo 227, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), em seu artigo 4º, determinam que tanto à criança quanto ao adolescente sejam assegurados os direitos básicos, isto é, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao

¹⁰ O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária é resultado de um processo de elaboração conjunta, envolvendo representantes de todos os poderes e esferas de governo, da sociedade civil organizada e de organismos internacionais, os quais compuseram a Comissão Intersetorial que elaborou os subsídios apresentados ao Conselho Nacional dos Direitos das crianças e Adolescentes – CONANDA – e ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006).

respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, em condições de liberdade e dignidade. Independentemente da formação familiar, do arranjo em que a criança está inserida, o adulto responsável por ela deve assegurar-lhe estes direitos. Infelizmente, como lembra Genofre (2006, p. 103),

[...] pena que as políticas sociais públicas não estejam implementadas efetivamente em todas as áreas, para suprir as deficiências da família, principalmente na área da saúde, alimentação e educação, por motivo de inversão de prioridades ou por falta de vontade política de nossos governantes [...].

Vê-se então que, por um lado, as políticas públicas são fragmentadas, no sentido de propiciar todos os elementos apontados por Genofre; por outro lado, percebe-se, pelo depoimento dos sujeitos, a partir de seus entendimentos do significado de família, que eles, de alguma forma, propiciam essa proteção aos filhos, com ou sem o apoio do Estado.

3.4 IMPLICAÇÕES NA VIDA FAMILIAR

A fim de compreender as implicações que esse arranjo familiar impôs ao cotidiano das famílias, perguntou-se aos entrevistados: “O fato de você apresentar uma nova formação familiar faz com que se sinta, de alguma forma, diferente das demais famílias? Em que sentido? Poderia explicar?”

Sujeito	Depoimento
Sr. João 1	“ Sinto uma boa diferença. Quando está com a mãe é bem diferente, só com o pai é ruim [...] A mãe é importante na educação da criança. A gente está educando, mas só quando estou com ele. Agora, a mãe, o dia inteiro está ali, falando, conversando. Sinto falta da mãe pra ele [filho]” (grifo nosso).
Sra. Maria 1	“ Eu sinto [diferença], pela educação, eu acho, porque em casa meus filhos me respeitam melhor do que a gente vê o pai e a mãe juntos. Porque os meus [filhos], o que eu falo eles fazem. Porque a mãe quer dar autoridade e o pai já é contra ou senão, o pai quer dar autoridade e a mãe é contra” (grifo nosso).

(conclusão)

Sujeito	Depoimento
Sra. Maria 3	“Eu acho que é diferente [...] Assim, eu tenho que esquentar a cabeça, se eu não sair pra trabalhar eu não tenho [dinheiro] [...] Às vezes, eu tenho dó, no dia dos pais, vêm as coisas do CMEI [lembrancinhas], então não tem pra quem dar, ela fica perguntando – Cadê meu pai, porque meu pai não está do meu lado? [...] Tudo prejudica, eu me sinto uma pessoa diferente. Pra sair você tem que sair sozinha, não tem uma pessoa pra ajudar” (grifo nosso).
Sra. Maria 4	“Faz [diferença], porque a maioria dos amiguinhos da minha filha tem os pais deles presentes e a minha já não. Pra mim é complicado nessa parte” (grifo nosso).

QUADRO 15 – Implicações na vida familiar (1).

Fonte: Entrevistas realizadas com os sujeitos representativos – Elaborado por Virginia de Souza.

A partir dos depoimentos dos quatro sujeitos, percebe-se que estes se sentem diferentes das demais famílias no que diz respeito às dificuldades que enfrentam. Para o Sr. João 1, a dificuldade se dá em relação à educação da criança, pois acredita que a presença da mãe é um fator importante na criação do filho. Em sua opinião, o seu tempo como educador do filho é restrito devido ao trabalho e uma mãe, como fica todo tempo com a criança (segundo ele), teria melhores condições de educar filho. A Sra. Maria 3 expõe a dificuldade com relação à parte financeira, pois tem que *“esquentar a cabeça”* (sic) para ter o básico. Além disso, ressalta as dificuldades por que passa quando o filho lhe pergunta do pai, principalmente nas datas comemorativas. A Sra. Maria 4 diz que sente diferença com relação às demais famílias quando sua filha a questiona a respeito do pai, pois os colegas da criança têm a figura paterna presente, ao passo que a sua filha não possui, o que estabelece uma dificuldade na administração dessa situação.

No depoimento dos sujeitos, destacam-se as representações sociais que os indivíduos possuem com relação à família. Percebe-se como se cria o modelo de família “ideal” para os indivíduos e como isto repercute em seus depoimentos e nas posturas estabelecidas com relação à própria vida. Notam-se os valores do senso comum no depoimento do homem (Sr. João 1) no que diz respeito à ausência da mãe da criança como cuidadora e, em contrapartida, percebem-se também valores do senso comum no depoimento das mulheres com relação à falta do homem como provedor do lar.

As representações sociais, segundo Spink (1995), são essencialmente fenômenos sociais e devem ser entendidas a partir do contexto de sua produção, a

partir das funções simbólicas e ideológicas que servem e das formas de comunicação que circulam.

Ao aprofundar as representações sociais que os sujeitos possuem sobre família, percebe-se como as representações são produtos de determinações sociais, bem como construção do próprio sujeito social. Segundo Bourguignon (2001, p. 82), a representação social é “[...] a expressão do conhecimento reconstruído pelo sujeito a respeito da sua realidade cotidiana, considerando as determinações sociais, históricas e culturais presentes no contexto em que se insere”.

Segundo o Sr. João 1 e a Sra. Maria 3, as dificuldades descritas em seus depoimentos dizem respeito à educação dos filhos e à questão financeira. A Sra. Maria 3 ressalta a falta de companhia para sair. Isto retrata bem o que o sujeito “assimilou e recriou” como modelo de família “ideal”. Por essa razão, o fato de não estar na condição de família nuclear, dentro do padrão que interiorizou como certo, gera desconforto, que é relatado em seu depoimento sobre as maiores dificuldades enfrentadas no cotidiano familiar.

Por outro lado, a Sra. Maria 1, apesar de sentir-se diferente, percebe o lado positivo com relação à educação dos filhos. Segundo a entrevistada, ninguém tira sua autoridade em relação ao que ela determina como certo ou errado, o que, segundo ela, facilita a educação dos filhos, uma vez que não há contradições na educação das crianças.

Outros quatro sujeitos entrevistados dizem não haver diferença em sua composição familiar monoparental, se comparada às demais famílias.

Sujeito	Depoimento
Sr. João 3	“Olha, acho que não, não é diferente. Uma hora todo mundo vai passar por isso [viuvez] [...] Acho que não é diferente, amanhã ou depois todo mundo vai passar por isso” (grifo nosso).
Sr. João 4	“Não, pra mim não tem diferença, é igual a todas, tem as dificuldades, às vezes mais fácil, às vezes mais difícil, com altos e baixos” (grifo nosso).
Sra. Maria 2	“Eu acho que não [é diferente] porque eu já fui casada e tenho as mesmas dificuldades do casamento” (grifo nosso).

QUADRO 16 – Implicações na vida familiar (2).

Fonte: Entrevistas realizadas com os sujeitos representativos – Elaborado por Virginia de Souza.

Esses sujeitos já naturalizam a condição da monoparentalidade. A Sra. Maria 2 e o Sr. João 4 percebem que as dificuldades aparecem independentemente da formação familiar. Já o Sr. João 3 diz que a monoparentalidade é algo pelo qual todos vão passar, pois a sua condição se deve à viuvez, situação pela qual, em sua concepção, todo ser humano vai passar um dia: “Acho que não é diferente, amanhã ou depois todo mundo vai passar por isso” (sic) (Sr. João 3). O Sr. João 3 parece aceitar melhor sua condição monoparental por estabelecer a relação de estar sozinho com o ciclo de vida dos seres humanos, isto é, nascimento, infância, adolescência, juventude, vida adulta, velhice e morte.

Porém, um dos sujeitos, o Sr. João 2 apresenta uma contradição em seu depoimento:

Não, pra mim não [tem diferença] [...] Só que sempre falta a pessoa básica, e daí eu tenho que fazer os dois papéis, só que pra mim isso não influi nada [...] O papel de mãe, de participar de reunião na escola, na creche [...] eu acho que o papel de mãe é o mais fundamental (Sr. João 2) (grifo nosso).

A contradição é presente neste depoimento, pois ao mesmo tempo em que ele, Sr. João 2, não sente diferença com relação às demais famílias, vê na figura feminina o “papel” fundamental na educação dos filhos, reforçando, de certa forma, o depoimento do Sr. João 1. Nota-se no seu depoimento a valorização do “papel” da mulher como cuidadora e educadora da criança, quando menciona: “[...] a mãe o dia inteiro está ali, falando, conversando. Sinto falta da mãe pra ele” (sic).

Heller (1992) aborda a questão dos papéis sociais como categoria e analisa como os homens são capazes de imitar uns aos outros em seu modo de conduta e de ação. A autora expõe os pressupostos do papel social na estrutura da vida cotidiana, afirmando que o homem já nasce num mundo já “feito”, isto é, numa estrutura pré-estabelecida e que através dos hábitos de conduta dos outros homens há a interiorização destes papéis sociais. Segundo Heller (1992, p. 91), “[...] a pessoa intimamente vinculada com as normas da comunidade sente a presença da sociedade mesmo quando esta não está presente, mesmo quando a pessoa em questão está sozinha”. O dever-ser acaba por tornar-se uma exigência externa, e a atitude do homem, uma adaptação a isso. Nesse sentido, o dever-ser acaba por ter relação íntima com a obrigação.

Mas, dado que o ideal é sempre um objetivo, isso significa que o homem recebe seus objetivos já prontos e acabados para o consumo, e sempre de um modo acidental com relação à essência humana pessoal. Isso significa que os ideais de um papel conduzem tão-somente ao empobrecimento, à atrofia do homem. Levam simplesmente a uma direção manipulada e, mecanizado do comportamento (HELLER, 1992, p. 97).

No desenvolvimento histórico da sociedade patriarcal, destinou-se ao homem o papel de provedor da família e à mulher, o cuidado do lar, dos filhos. Dentro desta concepção, o homem assimilou o papel de provedor e a mulher, a de cuidadora do lar. Assim sendo, os depoimentos de alguns sujeitos são significativos para análise deste referencial. O que é destinado ao homem, e o que é destinado à mulher na sociedade é percebido claramente no condicionamento do papel social assimilado por eles. Dessa feita, o papel de pai e o papel de mãe aparecem como comportamento “natural” e não como algo construído historicamente pelos homens em suas relações sociais. Nisso, a “adaptação” aos cuidados básicos com a criança, para os homens, e a questão financeira, para as mulheres, se tornam agravantes nas suas representações quanto à condição da monoparentalidade, por acreditarem que estão desempenhando o “papel” que seria do outro.

3.5 DIFICULDADES E FACILIDADES

A respeito das dificuldades e facilidades que envolvem a família monoparental, propôs-se aos entrevistados que fizessem algumas colocações que trouxessem exemplificações sobre o cotidiano vivenciado por eles. Perguntou-se: “Esta nova formação familiar trouxe facilidades ou dificuldades? Como? Em que sentido? Pode exemplificar?”.

Sujeito	Depoimento
Sr. João 1	“Ah! Dificuldade bastante. Olha a quantia de serviço que eu tenho pra fazer. A gente já sai cedo, tem que trabalhar o dia inteiro, tem que chegar de tarde, pegar ele [filho], trazer embora, tem que aprontar ele, lavar roupa, tem que limpar a casa, tem que fazer tudo [...] a gente vai até quase meia noite, todo dia. Dificuldade bastante..., quando ele fica doente [...] quando tem reunião na escola, na APAE” (grifo nosso).
Sr. João 2	“[...] essa formação me trouxe um pouco de dificuldade [...] eu tenho que pensar em tudo, eu tenho que fazer tudo, daí dobra a minha responsabilidade...” (grifo nosso).
Sr. João 3	“Com certeza dificuldade, porque eu tenho que viajar e trabalhar fora. Ela [esposa falecida] ficava com as crianças, me ajudava [...] agora eu tenho que trabalhar fora, eu tenho que deixar as minhas crianças, entendeu? Olha... facilidade eu não vejo, [...] no caso, não estou dia-a-dia, cuidando, instruindo [...] assim a gente não estando presente, a criança vai meio se criando à toa” (grifo nosso).
Sr. João 4	“Ficou um pouco mais difícil pra mim, porque ela é uma menina [filha], fica difícil, principalmente por causa da vaidade dela. [...] tenho que arrumar o cabelinho dela, fazer ‘maria-chiquinha’, tenho que passar o batonzinho dela [...] Pra mim que sou homem, é muito difícil. [...]” (grifo nosso).
Sra. Maria 1	“[...] É difícil, às vezes eles querem comprar algo e a gente não consegue. Agora eu estou parada daí e só o salário [pensão viuvez] e a parte do governo que é R\$ 45,00 [bolsa família]” (grifo nosso).
Sra. Maria 2	“Trouxe mais dificuldades porque daí eu estou superando entre o pai e a mãe [estou fazendo os dois papéis] [...] Na questão financeira, o salário do meu marido era mais, e o meu era bem menos. Não é fácil educar uma criança sozinha, tenho bastante dificuldade [...] na hora de chamar a atenção dele uma pessoa sozinha tem dificuldades, do que uma pessoa junto” (grifo nosso).
Sra. Maria 3	“[...] tive bastante dificuldade [...] é que eu tenho que sustentar, eu tenho que me virar [...]. A parte financeira foi que eu sofri mais, não é fácil..., pagar luz, pagar água, pagar aluguel, sustentar dois filhos sozinha” (grifo nosso).
Sra. Maria 4	“Trouxe dificuldade principalmente na educação deles [filhos], eu vi que mudou bastante. Minha filha antes obedecia bastante o pai dela [...] O pai tem mais autoridade, pelo menos com a minha filha” (grifo nosso).

QUADRO 17 – Dificuldades no cotidiano familiar.

Fonte: Entrevistas realizadas com os sujeitos representativos – Elaborado por Virginia de Souza.

Diante dos depoimentos, vê-se que as dificuldades dos sujeitos relacionam-se ao fato de terem que assumir novos “papéis” e posições diante do novo arranjo familiar. Os papéis sociais que anteriormente estavam delimitados entre o que era “função” do pai e o que era “função” da mãe, na contemporaneidade encontram-se mais “flexibilizados”, principalmente nos novos arranjos familiares, como no caso das famílias monoparentais. Porém, mesmo os “papéis” estando mais “flexibilizados”;

muitos chefes de família ainda apresentam dificuldades em assumir as “funções” que eram próprias do outro/a companheiro/a.

No que diz respeito ao depoimento do Sr. João 1, este aponta para as dificuldades com relação aos afazeres domésticos; a Sra. Maria 1 aponta a questão financeira como problemática, bem como a dificuldade na educação dos filhos; e para o Sr. João 3, a dificuldade reside no cuidado e educação das crianças. Isto indica que, no entendimento dos sujeitos, os papéis tradicionais de pai e mãe, se existentes, suavizariam as vicissitudes do cotidiano.

Ao abordar a questão das dificuldades enfrentadas pelas famílias pesquisadas, percebe-se a categoria da vulnerabilidade social. Esta categoria, que pode implicar múltiplas abordagens, também está atrelada ao número de dependentes. Segundo Lavinias (2006), uma escritora da área econômica, um dos fatores ou variáveis que determina a vulnerabilidade em uma constituição familiar é a presença de crianças.

[...] onde há crianças, é elevadíssima a probabilidade de uma família ser vulnerável [...] Observe-se que a variável presença de crianças (até 16 anos) registra um coeficiente três vezes maior do que aquele observado no caso da presença de adolescentes (17 a 24 anos) ou mesmo de idosos que não usufruem de qualquer benefício previdenciário. Isso significa dizer que uma criança provoca impacto negativo três vezes maior na probabilidade de uma família ser vulnerável do que a presença de outros tipos de dependentes, sejam eles adolescentes ou idosos sem cobertura previdenciária (LAVINAS, 2006, p. 21).

Isso ocorre por se levarem em conta as demandas que as crianças implicam, tendo em vista necessitarem de mais serviços assistenciais, educacionais e de saúde. Assim sendo, onde há mais crianças, há mais despesas, logo, uma vulnerabilidade maior caso a família não possua um poder aquisitivo que possa proporcionar condições adequadas aos seus dependentes.

As famílias do Sr. João 2 e da Sra. Maria 1, por exemplo, têm quatro filhos sob seus cuidados, o que as tornam, pelo viés da análise da economista, mais vulneráveis que as demais famílias pesquisadas, por apresentarem mais dependentes abaixo de 16 anos.

Segundo Ferrari e Kaloustian (2005), existe um consenso sobre o fato de que a situação de vulnerabilidade das famílias está diretamente associada à condição de pobreza e ao perfil de distribuição de renda no país. Segundo estes autores, os programas de transição econômica e de ajustes macro-econômicos têm

impulsionado a desagregação das famílias, o que ocasiona um aumento no número das famílias monoparentais, da questão migratória por motivos de sobrevivência, dentre outras questões que afetam diretamente o entorno familiar.

Com relação à variável renda familiar, mostrou-se, no capítulo 2, que 32,3% das famílias participantes da pesquisa vivem com 1 salário mínimo; 26,4% vivem com 2 salários mínimos e meio; e 23,4% dos entrevistados têm renda abaixo de 1 salário mínimo.

Como o salário é o montante que deve suprir todas as necessidades da família no que diz respeito à educação, saúde, alimentação e vestuário, a renda dessas famílias é considerada baixa, o que agrava ainda mais a vulnerabilidade de seus membros.

Como mencionado por Matos (2005), mesmo que as mulheres sejam mais escolarizadas do que os homens, seus salários são ainda mais baixos e suas atividades não possuem tanto prestígio social quanto dos homens, o que se pode concluir acerca da feminização da pobreza. A pobreza atinge mais as mulheres na condição de monoparentalidade do que os homens, fazendo com que este segmento esteja mais vulnerável.

Segundo Martins (2002), a exclusão social não se restringe somente a pobreza material. A pobreza é apenas o pólo visível de um processo de nulificação do indivíduo. A exclusão pode-se dar pelo medo dos indivíduos de serem descartados, ou de não se tornarem ninguém de fato dentro do sistema estabelecido. A exclusão moderna é um problema social que abrange a todos. Martins (2002) considera que a exclusão também pode ser dada pela incerteza que o indivíduo tem com relação ao seu destino, de seus filhos ou de seus próximos e como também se pode dar pela privação do básico para viver com dignidade.

Hoje, o indivíduo que está “incluso” no sistema poderá não estar em outro momento. Há uma verdadeira exclusão cíclica. Para Martins (2002) a verdadeira exclusão se dá pela desumanização do indivíduo. Comenta também que, “[...] o discurso sobre exclusão é o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhes correspondem” (MARTINS, 2002, p. 31). Para ele, “excluídos” e “exclusão” são construções, isto é, são projeções ou modo de ver o outro por quem se sente e se julga participante dos benefícios da sociedade. Isso faz com que julgue que os diferentes não estão tendo acesso aos meios a que ele tem. Apesar da categoria exclusão apresentar um

discurso crítico, conforme Martins, dificilmente se vê um discurso anticapitalista. O discurso de integração dos excluídos é feito para que providências sejam tomadas com relação à habitação, emprego, educação, dentre outros, e assim acabe reforçando e reproduzindo a sociedade atual.

A preocupação com 'o que fazer com os excluídos' sempre sugere que os próprios 'excluídos' não sabem o que fazer consigo mesmo. Precisam, por isso, da ajuda, da orientação e da intervenção daqueles que se incomodam com a situação em que eles se encontram. Porque os pobres são excluídos do ponto de vista de certas categorias sociais que, de fato, não vivem a experiência social da exclusão com a qual se preocupam. A designação 'exclusão' não conecta o destino de quem a usa ao destino de quem ela designa. Ao contrário, separa-os (MARTINS, 2002, p. 40).

Com efeito, o discurso sobre exclusão acaba mantendo o ciclo vicioso de perpetuar o sistema e as relações sociais discriminatórias e desiguais. Por outro lado traz para discussão e expõe as contradições existentes, assim como os limites postos no cotidiano dos sujeitos envolvidos nas questões sociais.

Apesar dessa discussão, outros fatores devem ser analisados para que se possa tirar as "máscaras" e desvelar o que está posto. Diante disso, a categoria vulnerabilidade social é de fundamental importância para que se avance nessa questão de desigualdade, exclusão e marginalidade social.

Para Oliveira apud Almeida (2005), existem outros fatores que contribuem para a vulnerabilidade dos indivíduos e, conseqüentemente, das famílias.

Fatores como a fragilização dos vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência...), ou vinculados à violência, ao território, à representação política dentre outros, também afetam as pessoas. Segundo Francisco de Oliveira, as situações de vulnerabilidade podem ser geradas pela sociedade e podem ser originárias das formas como as pessoas (as subjetividades) lidam com as perdas, os conflitos, a morte, a separação, as rupturas (ALMEIDA, 2005, p. 02).

Dessa forma, é possível afirmar que o conceito de vulnerabilidade é amplo. Além do fator econômico, outras variáveis tornam os sujeitos mais suscetíveis às condições desfavoráveis de vida. A análise de como os sujeitos assimilam suas condições desfavoráveis e suas subjetividades deve ser levada em consideração para o entendimento desta categoria.

Nesta pesquisa, considera-se importante a categoria vulnerabilidade¹¹ devido à presença de algumas variáveis ou fatores que permeiam as famílias monoparentais analisadas: o baixo poder aquisitivo, a vivência em território de periferia, os conflitos e separações vivenciadas, ou mesmo a existência de integrantes com necessidades especiais, como o filho do Sr. João 1, que frequenta a APAE, e a Sra. Maria 4, e sua filha de seis anos, que apresentam soro-positividade¹² de HIV.

Entre os chefes de família, alguns apontaram as facilidades que esta formação familiar trouxe. Porém, o entendimento das facilidades esteve restrito ao âmbito da afetividade entre pais e filhos. Assim, observa-se que apesar das dificuldades diversas, há destaque para a união entre os membros da família nos depoimentos de três sujeitos: Sr. João 2, Sr. João 4 e Sra. Maria 4. Os três apontaram a “união” como o ponto positivo apresentado nesta formação familiar.

Sujeitos	Depoimentos
Sr. João 2	“[...] Eu acho que a facilidade teve, porque eles se apegaram mais a mim” (grifo nosso).
Sr. João 4	“[...] fico em cima feito uma galinha choca, cuidado dela. Acho que fiquei mais atencioso, fiquei mais apegado, e ela comigo ” (grifo nosso.).
Sra. Maria 4	“[...] facilidade também trouxe [...] nós estamos mais unidos depois disso...” (grifo nosso).

QUADRO 18 – Facilidades no cotidiano familiar.

Fonte: Entrevistas realizadas com os sujeitos representativos – Elaborado por Virginia de Souza.

Pelos depoimentos dos sujeitos pesquisados observa-se que, quando eles refletem sobre as facilidades, realçam aspectos sentimentais das relações familiares.

¹¹ A leitura sobre vulnerabilidade, em áreas diversas, proporcionou uma análise dos indicadores que vulnerabilizam os indivíduos que vão além do aspecto econômico. Nessa pesquisa, construiu-se um conceito de vulnerabilidade que pode ser entendido de modo “transversal”, isto é, que perpassa vários “saberes” ou “campos”, numa visão interdisciplinar. Assim, vulnerabilidade social é entendida como uma suscetibilidade/condições desfavoráveis que são desencadeadas por fatores como a violência, ao local de moradia, a discriminação por gênero, por crença, por deficiência, por etnia, por classe social, por opção política ou sexual. Essas condições desfavoráveis podem ter origem externa aos indivíduos (causados pela sociedade) ou originárias de condições internas (subjetividade), isto é, de como os indivíduos se relacionam com essas situações e com as perdas ocorridas em seu ciclo de vida (mortes, separações, perdas...).

¹² O termo vulnerabilidade, segundo Ayres et al. (2003), teve início na área da saúde, aplicado na abordagem do HIV/AIDS, porém é originário da área da advocacia na abordagem dos Direitos Universais do Homem, em que indivíduos apresentam-se fragilizados no campo jurídico ou político, na promoção, proteção ou mesmo garantia de seus direitos de cidadania.

A dimensão afetiva tem valor relevante para os sujeitos; apesar das dificuldades enfrentadas alegam que estão mais unidos com os filhos, mais apegados e que aquele certo “distanciamento” que havia entre pais e filhos diminuiu.

Prosseguindo com outros aspectos relacionados às facilidades apontadas pelos sujeitos, a Sra. Maria 1 coloca a questão da educação dos filhos: “[...] na educação ficou mais fácil. Igual, eu com meus filhos, eu digo: - Oh! Filho, não é assim, é assim e assim..., ele diz: - Mãe eu entendo” (sic). E a Sra. Maria 3 diz estar mais sossegada, pois não tem horários rígidos a cumprir com o companheiro, enfocando que é ela quem determina os horários de acordar, trabalhar, não vivendo assim em função de determinação do esposo:

[...] a gente fica sossegada sozinha, porque o meu marido bebia. Eu levanto a hora que eu quero. Na hora que tem serviço, eu vou trabalhar. Eu vou dormir na hora que eu quero [...]. Não sofro, não tenho que agüentar bêbado..., lavar sujeira (sic).

Alguns sujeitos percebem certa positividade em não ter um companheiro neste arranjo familiar. Para a Sra. Maria 1, a não ambivalência na educação dos filhos já é um fator positivo e para a Sra. Maria 3, a não rigidez nos horários a cumprir com o companheiro também é algo positivo na monoparentalidade.

Positivar algo adverso no seio da família é um tema discutido por Cavalcante em sua pesquisa sobre famílias que têm portadores de deficiências. Estas famílias conseguem “positivar” uma situação difícil enfocando as potencialidades dos filhos. Como diz a autora “[...] optaram por ver vida onde majoritariamente só se vê perturbação” (CAVALCANTE, 2003, p. 21).

Um dos sujeitos, Sr. João 1, ressalta mais as dificuldades na monoparentalidade, porém, nas entrelinhas, surge o aspecto da positividade quando fala da importância de seu filho (portador de necessidades especiais). Para ele: **“[...] se não fosse ele [filho] eu estaria na rua, ele traz uma alegria a mais. [...] Ele é tudo pra mim, não fico longe dele. Se uma noite fico longe, faz falta”** (sic) (grifo nosso).

3.6 RELACIONAMENTO

Para abordar como se dá o relacionamento familiar no âmbito da família monoparental, perguntou-se: Quais estratégias você utiliza para manter sua família unida?

Sujeito	Depoimento
Sr. João 1	“A gente faz o que pode por ele [filho], tratando ele bem [...] dando carinho, atenção ” (grifo nosso).
Sr. João 2	“Sempre atendendo para não estarem brigando [...] tento passar pra eles que é um pelo outro, e um tem que cuidar do outro ” (grifo nosso).
Sr. João 3	“ A estratégia minha é dar o que eu posso, o amor de pai e mãe, [...] Eu relevo um pouco porque já não têm a mãe pra gente ficar batendo [...] converso com eles, mas sem agredir” (grifo nosso).
Sr. João 4	“ Eu tento ser carinhoso com minhas filhas, tudo que elas pedem que elas querem eu corro fazer ” (grifo nosso).
Sra. Maria 1	“ Eu sou dura, eu ponho ordem, assim e assim. Vocês têm que aprender com a mãe porque se não aprender com a mãe, a rua ensina” (grifo nosso).
Sra. Maria 4	“ Falo pra ele [filho] que ele tem pai, mas ele tem uma mãe que é pai e mãe. O que eu puder fazer pra ele, porque sou pai e mãe dele” (grifo nosso).
Sra. Maria 3	“ Olha eu tento agradar eles [...] eu tento ajudar, conversar com eles, agrado ” (grifo nosso).
Sra. Maria 4	“ Tudo que meus filhos pedem, pra ter minha família unida, eu deixo [...] Tem certas coisas que não, porque é complicado [...] mas o possível eu sempre deixo” (grifo nosso).

QUADRO 19 – Relacionamento.

Fonte: Entrevistas realizadas com os sujeitos representativos – Elaborado por Virginia de Souza.

Especificamente os sujeitos Sra. Maria 2 e Sr. João 3 procuram desempenhar as duas “funções”, de pai e de mãe. No primeiro caso, da Sra. Maria 2, a monoparentalidade se deu pela ausência da figura paterna devido à separação do casal. Já o segundo, devido à viuvez do sujeito, Sr. João 3, que procura proporcionar aos filhos um amor redobrado.

Tanto o Sr. João 4, quanto a Sra. Maria 4 procuram proporcionar aos filhos algo material para que a família permaneça unida, dando aos filhos o que eles pedem.

A estratégia utilizada pela Sra. Maria 1 para que a família permaneça unida é o repasse de valores com relação à ordem, do que é certo e do que é errado, em sua concepção. Procura ensinar os filhos com firmeza para que não precisem ser “corrigidos” por outros.

Com esses depoimentos, percebe-se que cada família utiliza estratégias diferenciadas para que seus membros permaneçam unidos. Porém, o elemento afetivo aparece como a principal “arma” utilizada, mesmo na “rigidez” da educação da Sra. Maria 1: “Eu sou dura, eu ponho ordem, assim e assim. Vocês têm que aprender com a mãe porque se não aprender com a mãe, a rua ensina” (sic). Isto reforça as palavras de Ferrari e Kaloustian (2005), quando mencionam que a família é lugar de aporte afetivo, material, e também de repasse de valores aos seus componentes:

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais (FERRARI; KALOUSTIAN, 2005, p. 11-12).

3.7 ASPECTO FINANCEIRO

A fim de saber como as famílias se mantêm financeiramente e se recebem algum benefício ou ajuda de terceiros, perguntou-se: Como sua família se mantém financeiramente? Recebe ajuda de alguém?

Sujeito	Depoimento
Sr. João 1	“Só com o salário da empresa. Nunca tentei do benefício do governo, acho esse negócio complicado [...] A gente não tem tempo, vai perder o dia de serviço [...] Isto é pra quem tem tempo de correr atrás” (grifo nosso).
Sr. João 2	“De ninguém, só o meu salário ” (grifo nosso).
Sr. João 3	“Não. Só com o que eu trabalho ” (grifo nosso).

(conclusão)

Sujeito	Depoimento
Sr. João 4	“Com o meu salário e também eu recebo o benefício da minha irmã [INSS] que eu crio há 3 anos. É uma ajuda” (grifo nosso).
Sra. Maria 1	“Só com o meu salário [diarista] e a bolsa família que é de R\$ 45,00. Tenho a pensão do falecido, o que ajuda um pouco porque todos na minha família têm dificuldades” (grifo nosso).
Sra. Maria 2	“[...] com o meu salário de diarista, eu trabalho por dia. Na mesma hora que eu estou trabalhando eu já não estou. É um dinheiro que não é garantido” (grifo nosso).
Sra. Maria 3	“Minha mãe ajuda muito em partes de comida, essas coisas que criança gosta, uma bolacha, um iogurte. Tudo é minha mãe que mantém [...] Tirando minha mãe não tem outra pessoa que me ajude” (grifo nosso).
Sra. Maria 4	“Durante o dia meus filhos ficam na creche, no Roda Pião e daí uma vez por mês eu pego cesta básica do Reviver e o que eu precisar eles me ajudam. Tenho também ajuda dos meus pais e o benefício que minha filha recebe [Benefício de Prestação Continuada]” (grifo nosso).

QUADRO 20 – Aspecto Financeiro.

Fonte: Entrevistas realizadas com os sujeitos representativos – Elaborado por Virginia de Souza.

Pelo depoimento do Sr. João 1, no momento sua família se mantém com seu salário. No que diz respeito aos benefícios a que poderia ter direito, diz que não vai atrás, pois perderia um dia de serviço, tamanha é a burocracia que a questão envolve.

Dos quatro sujeitos do sexo masculino que participaram das entrevistas, três não recebem nenhum tipo de benefício, vivem com o salário mensal. Nesta análise, percebe-se que, ainda que estes sujeitos apresentem baixa escolaridade e o salário não seja considerado alto, conseguem de alguma forma manter a família. Comparadas às famílias monoparentais chefiadas por mulheres, a realidade apresenta-se de outra forma, isto porque historicamente o salário feminino tende a ser inferior a dos homens e quando há separação entre o casal, o poder aquisitivo das mulheres cai, o que faz com que, conseqüentemente, acabem necessitando de políticas compensatórias que lhes dêem suporte no cotidiano familiar. Isto é discutido por Bastos (1991, p. 66), quando escreve que:

A relação íntima entre a condição de chefia da família pela mulher e a pobreza se verifica quando observamos que o mais alto percentual de trabalhadores com renda de até um salário mínimo está na mão-de-obra feminina: 37% das mulheres contra 21,9% homens [...] o homem, quando sai de casa por evasão ou por morte, coloca a questão da sobrevivência e continuidade da família sob a responsabilidade da mulher, especialmente aqueles que não podem proporcionar uma pensão razoável.

Com isso, discute-se se no caso a chefia feminina não está intimamente relacionada à pobreza. Uma família que é chefiada por uma mulher, que tem um salário mais baixo que o dos homens e tem de ser provedora do lar, acaba sendo mais pobre e compromete mais o desenvolvimento de seus dependentes, uma vez que as crianças têm demandas maiores no que diz respeito à educação, alimentação, vestuário, dificultando assim que essa parcela da sociedade saia de uma condição de vulnerabilidade.

Segundo o depoimento da Sra. Maria 1, por mais que seu rendimento seja pequeno (salário de diarista, bolsa família e a pensão do falecido) ainda procura ajudar outras pessoas de sua família que estão em condições mais desfavoráveis que a sua. No depoimento da Sra. Maria 2, vê-se a instabilidade do trabalho informal. Há momentos em que ela pode contar com o dinheiro, como há momentos em que não pode contar com o rendimento.

Ao analisar as condições de vida desta família, tendo em vista o fato de não receberem pensão alimentícia, nem participarem de uma Política Social mais efetiva, vê-se que o nível de bem-estar da criança pode estar comprometido. A instabilidade financeira da mãe pode comprometer a condição geral de sobrevivência desta instituição familiar, impossibilitando-a de cumprir com sua “função” enquanto instituição de proteção, de acolhimento e de socialização da criança.

Isto é abordado por Moraes (2003, p. 495) quando fala sobre a cidadania da mulher:

No Brasil, a questão da cidadania enfrenta a segregação na pobreza de um enorme contingente da população. Somos uma das dez maiores economias do mundo e, ao mesmo tempo, um dos quatro países do mundo com maior concentração de riqueza e desigualdade social. Essa desigualdade atinge especialmente as mulheres, que são mais pobres que os homens, ganham menores salários e assumem maiores responsabilidades familiares e domésticas.

Diante deste quadro traçado por Moraes e mencionado no depoimento da Sra. Maria 2, vê-se a necessidade de atender a esta parcela da população uma vez que os baixos salários associados à condição de gênero, dificultam o cotidiano destas famílias, as quais necessitam de uma maior atuação das Políticas Sociais.

No depoimento da Sra. Maria 3, percebe-se a presença da ajuda de parentes. A literatura aborda este aspecto nas famílias monoparentais denominadas rede de apoio que, de alguma forma, ajudam no cotidiano familiar.

Segundo Vitale (2002, p. 53-54):

No sistema de trocas intergeracionais, destaca-se o papel dos avós, antigas e novas figuras da constelação familiar de nosso tempo. Os avós aparecem, como apontam alguns trabalhos, como personagens-chaves diante das fragilidades conjugais, da recomposição familiar e monoparentalidade. Eles parecem se apresentar tanto como rede de apoio concreta, mesmo para aqueles mais pobres, como laços dentre as gerações que conferem identidade à história familiar.

A vulnerabilidade que atinge as famílias monoparentais acaba exigindo que outros “atores” ganhem relevo na relação familiar. O papel dos avós auxilia, neste momento, não só financeiramente como também socialmente as crianças. Essas famílias, muitas vezes desprovidas de proteção social, acabam recorrendo aos membros mais idosos na garantia do sustento e dos cuidados dos filhos, o que dificulta assim sua autonomia enquanto núcleo familiar.

Dois oito sujeitos entrevistados, somente três (Sr. João 4, Sra. Maria 1 e Sra. Maria 4) possuem algum tipo de benefício que ameniza as dificuldades financeiras no cotidiano familiar. Segundo a Sra. Maria 1, ela recebe R\$ 45,00 de bolsa família. O Sr. João 4 recebe a pensão da irmã de oito anos devido ao falecimento da mãe, por intermédio do Instituto Nacional de Seguridade Social. Porém, não se pode deixar de mencionar que este direito foi garantido devido à contribuição prévia da mãe da criança, o que o torna uma Política Social contributiva (só tem acesso a ela quem contribuiu anteriormente por meio do trabalho formal ou contribuição como autônomo).

Com relação à Sra. Maria 4, esta recebe o Benefício da Prestação Continuada devido à presença do vírus HIV na filha de 6 anos, sendo o BPC uma Política Social não contributiva, revista de tempos em tempos para averiguar a real necessidade da família, pois existem critérios seletivos para que a família tenha acesso a ele. Esse tema é abordado por Paul Singer (2003, p. 192), que diz que “[...] os direitos sociais têm como sujeitos os trabalhadores [...] que têm trabalho remunerado (assalariado ou autônomo) e outra parte dos trabalhadores que dele carecem”. A previdência social destina-se para quem contribuiu de alguma forma, ou seus beneficiários e o benefício de prestação continuada para quem dele necessitar.

3.8 REDE DE APOIO

Para enfocar quais estratégias estas famílias estabelecem no cotidiano para administrarem a dinâmica que envolve educação, cuidado e manutenção dos filhos, perguntou-se: Nos momentos que você precisa de amparo (dificuldade com os filhos – não ter com quem ficar ou quando ficam doentes...), a quem você recorre?

Várias respostas emergiram do questionamento, porém os entrevistados são unânimes em dizer que recorrem a alguém da família, ou a algum conhecido que reside próximo.

Sujeito	Depoimento
Sr. João 1	“Quando ele [filho] está doente, durante o dia, recorro à casa da minha irmã. A irmã que tem que cuidar dele” (grifo nosso).
Sr. João 2	“Eu tenho uma comadre minha que mora aqui na Vila, ela sempre, na medida do possível, ela me ajuda. É a madrinha da filha, só que também é uma pessoa humilde, uma pessoa simples, pobre como eu” (grifo nosso).
Sr. João 3	“Eu peço para as cunhadas [irmã da falecida esposa] atenderem. Eu acho que elas têm obrigação porque são sobrinhas delas” (grifo nosso).
Sr. João 4	“Recorro sempre à mãe [ex-esposa] que me ajuda, nessa parte, a avó [ex-sogra] também, os meus primos, que são parentes e moram aqui perto” (grifo nosso).
Sra. Maria 1	“A minha mãe, ela mora próximo [...] É a única que ajuda. Quando a gente manda dizer que não está bom, se a gente vai ao médico, ela vai junto” (grifo nosso).
Sra. Maria 2	“Quem me ajuda é minha irmã. Minha irmã é meu tudo [...] Na situação financeira ela não tem como ajudar porque o marido dela é aposentado” (grifo nosso).
Sra. Maria 3	“A minha mãe. Meu piá [menino] esteve internado, teve que fazer cirurgia, ele tinha um ano e meio, minha mãe ficou atendendo, minha mãe levava as coisas no hospital” (grifo nosso).
Sra. Maria 4	“Primeiramente o que eu faço, eu ligo para a pediatra da minha filha, [...] depois ligo para o grupo Reviver, para a assistente social, para ela pegar o motorista e levar a filha onde a médica está [...]. Na dificuldade financeira quem me ajuda é meu pai, meu pai me ajuda bastante” (grifo nosso).

QUADRO 21 – Rede de Apoio.

Fonte: Entrevistas realizadas com os sujeitos representativos – Elaborado por Virginia de Souza.

As Sras. Maria 1 e Maria 3 e o Sr. João 4 recorrem às avós das crianças, figuras importantes no amparo às dificuldades com os netos, como mencionado no

tópico anterior, “personagens-chaves” na educação, cuidado e até na manutenção dos netos.

No caso da Sra. Maria 4, quando tem dificuldades com relação à parte financeira, recorre ao pai. Porém, com relação aos cuidados com os filhos, recorre a uma Organização não governamental (ONG) que lhe dá o apoio, principalmente com relação à saúde. Neste caso específico, observa-se a presença de Políticas Sociais devido aos altos índices com relação a HIV/Aids, a qual tem o respaldo da ONG e da pediatra do setor público. Porém, não se trata de Políticas Sociais específicas às famílias e, sim, voltadas a todos que necessitarem do atendimento. Este caso em particular apresenta uma vulnerabilidade maior tendo em vista a questão de gênero, quantidade de filhos, território onde residem e a fragilidade na saúde, especificamente da mãe e da criança maior, de seis anos.

Vê-se em todos os casos abordados a presença de uma rede de apoio que, de alguma forma, ajuda a manutenção destas famílias, seja pelo aspecto dos cuidados com as crianças, seja pelo aspecto da manutenção financeira.

O que se deve discutir é que as famílias monoparentais, por mais que apresentem suas dificuldades no cotidiano, não devem ser vistas como famílias problemáticas, num patamar menos privilegiado que os demais arranjos. Apresentam, sim, uma maior vulnerabilidade que os demais arranjos necessitando enfoque maior por parte das Políticas Públicas, porém não é pela culpabilização individual que se irão resolver estas questões de macro-estrutura.

O que se deve discutir, principalmente neste tópico, é o encolhimento das responsabilidades do Estado com a ausência de políticas públicas consistentes frente às questões sociais que dizem respeito ao cotidiano destas famílias.

Vitale (2002) discute a monoparentalidade e a rede de apoio, indicando que mesmo fragilizada essa rede de apoio acaba suprimindo uma lacuna deixada pelas políticas sociais.

A proteção oferecida pelas pessoas, grupos envolvidos com o cotidiano destas famílias, em especial parentes e amigos, têm, sem dúvida, limitações. E quanto mais os circuitos de apoio são frágeis, mas exigências são postas para estas famílias [...]. Por essas razões, o conhecimento sobre essas famílias, a atual valorização de suas redes de solidariedade, são questões imbricadas para o exame dos programas sociais (VITALE, 2002, p. 55).

3.9 LEGALIDADE – PODER DA FAMÍLIA

Prosseguindo com as entrevistas, abordou-se a questão da legalidade da guarda dos filhos. Sabe-se que a monoparentalidade implica que só um dos pais esteja com as crianças e tal fato necessita de regularização, uma vez que o poder familiar pertence tanto ao pai quanto à mãe da criança. Em princípio, a legislação pregoa a igualdade de condições entre os pais, porém, se há divergência entre o casal, há também a necessidade de se regularizar juridicamente esta condição com os filhos.

A fim de abordar essa questão, perguntou-se: Você legalizou judicialmente a guarda de seus filhos?

Os oito sujeitos que participaram da pesquisa responderam que não legalizaram a guarda dos filhos. Assim se manifestaram:

Sujeito	Depoimento
Sr. João 1	“Não tenho a guarda. A mãe nem procura. Uma vez ela veio, já faz 3 meses, mas ela levou um ano e meio pra vim ver ele [...] ela queria me dar ele, me passar de papel passado, aí nos fomos naquele negócio de Conselho Tutelar e eles disseram que podiam passar provisório, mas na hora que a mãe tiver bem ela vem e busca o filho” (grifo nosso).
Sr. João 2	“Por enquanto eu não mexi com isso porque isso depende de tempo e o tempo pra mim é curto, é corrido [atividade profissional]” (grifo nosso).
Sr. João 4	“Não. Por enquanto não, não foi necessário. Separamos e ficou numa boa. Já falei pra ela [mãe da criança] – A hora que quiser vir pegar a “M” pode vir” (grifo nosso).
Sra. Maria 1	“Não. porque eu quis ficar [com os filhos] e ele nunca, nunca veio atrás” (grifo nosso).
Sra. Maria 2	“Não. Ele só tem o sobrenome do pai, nada mais” (grifo nosso).
Sra. Maria 3	“Não. Eu já conversei com a Irani [diretora do CMEI], e ela já falou que eles [os pais] têm direito de buscar [os filhos] na creche e eu não quero, pois já que eles não podem ajudar também não quero que peguem as crianças” (grifo nosso).
Sra. Maria 4	“Não. Não fui procurar os direitos do meu bebezinho. O que complica muito é o horário, eles só atendem a partir da uma hora [escritório jurídico]. O horário não bate com o meu” (grifo nosso).

QUADRO 22 – Poder da Família.

Fonte: Entrevistas realizadas com os sujeitos representativos – Elaborado por Virginia de Souza.

Todos os sujeitos colocaram que não têm a guarda dos filhos. O Sr. João 1 esclarece que até procurou o Conselho Tutelar. Contudo, da forma como foi orientado, desistiu de legalizar. A Sra. Maria 4 e o Sr. João 2 disseram que o órgão que poderia legalizar a situação não atende no horário que eles têm disponíveis para resolver a questão, dificultando assim a busca dos direitos dos filhos.

A Sra. Maria 1 alega que o pai das crianças nunca os procurou e não sentiu necessidade da legalização. Enfatiza também que os filhos só têm o seu sobrenome (da mãe), o que dificulta ainda mais a busca dos direitos dos filhos. A Sra. Maria 3 estabelece uma certa relação entre a manutenção financeira dos filhos, feita pelos pais, e a afetividade dispensada a eles. Segundo ela, como os pais das crianças não ajudam financeiramente, a Sra. Maria 3 não quer que eles tenham o direito de ver os filhos, utilizando assim as crianças como “escudo” para situações mal resolvidas entre os adultos, não garantindo aos filhos o direito à convivência com os pais. Já o Sr. João 4 não quer legalizar a guarda devido à boa convivência com a ex-esposa. Desse modo ele “abre” caminho para a boa convivência entre mãe e filha, não se colocando como empecilho para que isso ocorra e garantindo o direito de sua filha à convivência com a mãe.

Juridicamente falando, por mais que os pais possuam o poder familiar (pátrio poder), quando há divergência entre o casal e a criança necessite ficar somente com um dos pais, há a necessidade de se legalizar a guarda a fim de resguardar às crianças seus direitos, seja com relação à pensão, seja com relação à convivência com seus pais, que não convivem na mesma casa.

Tal questão é tratada no artigo 21 do Estatuto da Criança e do Adolescente que determina que:

[...] o pátrio poder será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurando a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para solução da divergência (ECA, 1990, p. 09).

De todos os casos, somente o Sr. João 3 não necessita regularizar a guarda dos filhos devido à viuvez. Desta forma, fica a guarda das crianças a seu favor.

3.10 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas sociais são conquistas obtidas por meio de lutas da sociedade, principalmente dos trabalhadores em processos complexos de relações de forças. Porém, muitas vezes são vistas como benesse do governo e não como luta de diferentes grupos, classes e organizações que lutam por melhores condições de vida (FALEIROS, 1991).

Sabendo-se que os serviços públicos fazem parte das Políticas Sociais, perguntou-se aos entrevistados: No que os serviços públicos (educação, saúde, habitação...) poderiam facilitar seu dia-a-dia?

Sujeito	Depoimento
Sr. João 1	“Quando ele crescer [filho], e for pra escola, minha irmã vai cuidar dele até pegar uma idade e puder ficar sozinho. Se tivesse algum lugar que ele ficasse aprendendo, ficasse o dia todo aprendendo computador, seria o ideal ” (grifo nosso).
Sr. João 2	“ A saúde no nosso bairro é precária. Se a gente vai no Pitangui já mandam para 31 de março. Vai para a 31 de março mandam para o Pronto Socorro. Só que aí vira uma correria, e se for uma coisa bem grave e daí como fazemos? [...] eu creio também que na escola, as crianças deveriam ter outras atividades ” (grifo nosso).
Sr. João 3	“ Os serviços públicos não tem ajudado muita gente, mas o governo não faz o que é pra ser feito. Eu falando não adianta, uma pessoa só, mesmo assim, acho que não tem solução” (grifo nosso).
Sr. João 4	“ Na educação eu acho que precisa reforço à tarde, a criança ficava pra aprender mais, alguma matéria atrasada [...] Veja, pra ela [irmã de 8 anos] não ficar sozinha eu pago R\$ 150,00 a R\$ 200,00, pra alguém ficar com ela, é uma despesa a mais” (grifo nosso).
Sra.Maria 1	“Eu moro nas casas da rede, que a turma invadiu, eu acho que o governo deveria regularizar, ou fazer casinhas popular pra dar pra quem necessita. Eu não tenho casa, eu não tenho como comprar um lote” (grifo nosso).
Sra.Maria 2	“ Bom, a vila que eu moro não tem escola, ele [filho] vai ter que ser transferido para outra vila. É perigoso pegar ônibus, ele [filho] vai ter que utilizar o ônibus. Outra coisa é a saúde, não tem posto, tem que correr pra outra vila, pra poder ir atrás de médico ” (grifo nosso).
Sra. Maria 3	“ O que faz falta é o serviço, tinha que ter mais oportunidade. No caso a gente vê um anúncio, precisa de alguém pra trabalhar, a gente não tem experiência, eles não dão a primeira chance; precisa de uma ajuda a mais do governo [...] se a gente tivesse um serviço poderia pagar alguém pra ficar com as crianças, teria dinheiro fixo [...] outra, uma casinha pra gente, né? Eu não tenho RG [identidade], geralmente eles pedem, eu tenho o resto dos documentos, mas no lugar de pensar nisso [ter o documento] eu penso na despesa do dia, um iogurte, uma bolacha pras crianças” (grifo nosso).

(conclusão)

Sujeito	Depoimento
Sra. Maria 4	“Bom, na educação eu acho que minha filha melhorou bastante depois que ela começou a vir pra o CMEI, ela aprendeu a fazer o nome dela, aprendeu a pintar, aprendeu bastante coisa, desenvolveu bastante. Na saúde também [...] tem o pessoal do Reviver que me ajuda bastante, tem a assistente social Cláudia que está aqui pra atender, tem a doutora Maria Angélica. Se ligar pra ela não importa a hora, o que ela estiver fazendo, ela atende. Na habitação é mais complicado porque eu estou há cinco anos com o nome na Prolar e o que está dificultando é o lugar próximo da Vila onde meus pais moram [...] e eles querem me dar um lugar longe, distante. Porque pra mim já é complicado eu ter uma criança que precisa de bastante ajuda e acesso. Pra mim longe é mais complicado” (grifo nosso).

QUADRO 23 – Políticas Sociais.

Fonte: Entrevistas realizadas com os sujeitos representativos – Elaborado por Virginia de Souza.

No depoimento do Sr. João 1, o ideal seria ter algum lugar para que seu filho ficasse em regime de contra-turno, isto é, após a aula, realizando outra atividade sem ter que ficar sozinho em casa, pois enquanto é pequeno um adulto ficará cuidando dele. Porém, quando ficar maior, segundo o Sr. João 1, o filho terá que ficar sozinho em casa enquanto ele trabalha.

No depoimento do Sr. João 4 também é importante o contra-turno. Sua filha fica na instituição de educação infantil o dia todo, e isto não constitui uma preocupação para ele. Contudo, sua irmã de oito anos tem que ter alguma companhia quando não está na escola e para isso ele tem que desembolsar um valor que compromete o orçamento familiar.

Percebe-se, com esses depoimentos, que a educação em regime integral seria o ideal para as famílias que não têm com quem deixar seus filhos quando esses saem da escola. No caso das famílias monoparentais, como somente um dos pais está com a criança, facilitaria o regime de contra-turno, como opção segura e educativa para seus filhos, enquanto desempenham atividades remuneradas fora do lar.

Para a Sra. Maria 1, seu problema maior é com relação à moradia, pois atualmente mora em casa “invadida” e não tem condições de comprar um lugar para morar com os filhos. Porém, em seu depoimento observa-se que a entrevistada diz que o governo poderia regularizar a situação dos moradores ou “dar” casas populares para quem necessita. Isto coloca em discussão a política social de habitação vista como benesse e não como direito.

Esse tema é tratado por Faleiros (1991, p. 17), quando discute a intervenção o Estado:

[...] a fala e o discurso oficial a respeito de várias intervenções do Estado apresentam as políticas sociais como boas em si mesmas e como bons aqueles que as fazem. Não é raro os políticos que servem de intermediários para essas situações receberem em público os epítetos de generosos, realizadores, preocupados com o bem comum, com a sorte da gente humilde, com a melhoria das condições de vida. Esses agentes falam das necessidades do povo em minorar seu sofrimento, em melhorar a sua sorte através do esforço de cada um.

Com esse discurso, o povo acaba por aceitar a atuação dos governos e ver a política social como doação e não como direito constituído em lei e retorno dos impostos arrecadados.

Isso também é abordado por Faleiros (1991, p. 39-40), que define políticas sociais da seguinte forma:

As políticas sociais que não são financiadas com descontos sobre a folha salarial ou sobre o faturamento dependem dos impostos pagos por toda a população. Assim, a assistência social, a educação, a saúde pública e o saneamento dependem do Imposto de Produtos Industriais (IPI), do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) e do Imposto de Renda (IR). A própria Previdência Social tem parte de seus recursos provenientes de taxas e impostos. No preço dos combustíveis, há uma parcela destinada à Previdência [...].

Desta forma, entende-se que a política social é o retorno dos impostos já arrecadados pelo poder público a fim de melhorar a qualidade de vida da população e também minimizar os conflitos sociais que muitas vezes decorrem de uma má distribuição de renda e da não participação, de muitos, da riqueza produzida no país.

O Sr. João 2 preocupa-se com a política de saúde, pois não vê possibilidade de atendimento quando necessita, sendo encaminhado para vários lugares sem ser atendido. Por outro lado, menciona também preocupação com relação à educação, percebendo a necessidade de outras atividades na escola e não somente o ensino formal, preenchendo desta forma o tempo livre das crianças.

No depoimento da Sra. Maria 2 também há preocupação tanto com a saúde como com a educação dos filhos, direitos garantidos na Constituição Federal em seu artigo 6º, Capítulo II dos direitos sociais:

[...] são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 19).

E com relação à criança, também temos o artigo 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente e o artigo 226 da Constituição Federal.

No depoimento da Sra. Maria 3, notam-se três pontos importantes. Primeiro, a falta de emprego. Segundo ela, “precisa de uma ajuda a mais do governo...” (sic), o que novamente remete à questão da benesse e não de direito do cidadão. Em outro ponto, a Sra. Maria 3 fala sobre outras duas dificuldades: tirar o documento e cadastrar-se no programa de moradia. Isto dificulta ainda mais o cotidiano da Sra. Maria 3 no sentido de sair da condição em que se encontra, de necessitar de auxílio de sua mãe quando está numa condição desfavorável financeiramente.

Na visão do Sr. João 3, o governo não está fazendo o que é para ser feito, isto é, não está cumprindo sua função, porém mostra-se “impotente” ao dizer que sozinho não adianta argumentar, achando que os problemas dos serviços públicos não têm solução.

No depoimento da Sra. Maria 4, tanto a educação quanto à saúde estão correspondendo as suas expectativas, primeiro porque sua filha frequenta o Centro Municipal de Educação Infantil em período integral, facilitando assim seu cotidiano. Na área de saúde, após saber que a filha era soropositiva, teve apoio não só governamental como também de uma Organização não Governamental (ONG), no caso o Reviver, que tem atividades diversas e apoio assistencial às famílias que estão nas condições da Sra. Maria 4.

Nisso a discussão em torno das políticas sociais abrange outra dimensão, pois as ONGs acabam por abranger uma área de apoio ao setor público. Porém, isto acaba direcionando a população a entender o atendimento não como direito, mas como privilégio de poucos.

Ao longo da história do Brasil, no estabelecimento da natureza da relação entre Estado e família, o argumento ideológico utilizado foi de “incapacidade” da família pobre em orientar os seus filhos, o que possibilitou ao Poder Público o desenvolvimento de políticas paternalistas voltadas para o controle e contenção social, principalmente para a população mais empobrecida (BRASIL, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, 2006). Para Carvalho (2006), o trabalho com famílias sempre teve cunho conservador e disciplinar, a atenção da família tornou-se periférica, quando existia e o alvo se dava por segmentos (mulher, trabalhador, criança).

A família vem sendo redescoberta como importante agente privado de proteção a partir da crise dos anos 70, quando passava a ser foco de medidas de apoio familiar, programas de redução da pobreza infantil. Porém, apesar dessas tendências, segundo Pereira (2004), não há propriamente uma política de família.

O maior avanço legislativo com relação à família foi a Constituição Federal de 1988. Segundo Bravo (2004) “[...] a Constituição cidadã enfatiza a seguridade social, retira a família do espaço privado, colocando-a como alvo de políticas públicas” (BRAVO, 2004, p. 13).

No viés legislativo tem-se ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei Orgânica de Assistência Social (1993), SUAS (Sistema Único de Assistência Social – 2004), o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006), que apontam a família como foco de atuação das Políticas Públicas. A importância do apoio sócio-familiar e o reordenamento dos programas de acolhimento institucional são prioridades no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) objetivando o fortalecimento e restauração dos vínculos familiares.

Dando seqüência a essa análise, Carvalho (2006) alerta que

[...] não se pode pensar apenas em uma política e um programa de atenção à família. Tais políticas e programas não terão impacto, se não estiverem calçados numa política de erradicação da pobreza (CARVALHO, 2006, p. 16)

Segundo a autora, as políticas públicas só terão efetividade se tiverem como foco o quadro de pobreza em que vive o país.

3.11 MUDANDO OU NÃO A CONDIÇÃO MONOPARENTAL

Sozinhos por viuvez, separação, divórcio ou por serem solteiros, os sujeitos pesquisados foram abordados quanto à possibilidade de construírem novos relacionamentos que modificariam o “status” da monoparentalidade.

Sujeito	Depoimento
Sr. João 1	“Uma hora a gente tem que achar a metade... pra ajudar com ele [filho]. Tem que ser uma pessoa que goste de criança. Pegar uma que só dê bordoadas..., [...] então não dá certo” (grifo nosso).
Sr. João 2	“No momento não. Eu creio que estando com quatro filhos se eu arrumo uma pessoa no começo pode ir tudo bem, só que dificilmente dará certo, tanto na área da mulher como do homem. [...] No meu caso, se eu arrumar uma mulher tenho receio dela judiar das crianças ” (grifo nosso).
Sr. João 3	“No momento eu penso que não, mas vai passando os dias eu preciso de alguém pra cuidar das crianças , mas não só neste caso, não quero uma empregada [...] quem sabe pra frente, a gente que é ser humano...Quando ela [esposa] estava em vida a gente comentou um com o outro, um prometeu para o outro se um fosse antes do outro o outro não casava. Agora, no momento, não” (grifo nosso).
Sr. João 4	“Não. Eu prefiro criar muito bem minhas filhas, ficar cuidado delas, dedicar minha vida a elas agora. Por enquanto eu não tenho vontade, quero dar educação para minhas filhas , cuidar bem delas, pra não ter uma reclamação mais tarde” (grifo nosso).
Sra. Maria 1	“É difícil, eu acho, porque eu sou sozinha com três filhos, eles recebem a minha educação [...]. Já apareceu, mas eu disse: - Você lá e eu aqui! Eu acho que um pai não faz falta na educação dos filhos, melhor do que quem está com a mãe e o pai” (grifo nosso).
Sra. Maria 2	“Não estou querendo [...] eu já sofri demais , já tive outros relacionamentos. Sabe aquele trauma?” (grifo nosso).
Sra. Maria 3	“Agora não. Eu sofri bastante. [...] Eu tenho medo, vir um homem de fora, agora que minhas crianças estão grandinhas e judiar, não quero. Eu penso mais nos filhos do que em mim. Quem sabe mais tarde!” (grifo nosso).
Sra. Maria 4	“Olha eu pretendo no futuro ter outro relacionamento, mas eu tenho que pensar no parceiro que vai estar comigo, por eu ter HIV , aí já complica tudo. [...] Mas claro, eu sou nova, eu pretendo sim arrumar uma pessoa boa que me ajude, e não uma pessoa pra me atrapalhar” (grifo nosso).

QUADRO 24 – Mudando ou não a condição monoparental.

Fonte: Entrevistas realizadas com os sujeitos representativos – Elaborado por Virginia de Souza.

A maioria dos sujeitos diz que, no presente momento, não quer novos relacionamentos, lembrando que alguns não descartaram a possibilidade de relacionamentos futuros.

Nos depoimentos de dois pais, o auxílio no cuidado com as crianças foi associado à possibilidade de um novo relacionamento. O Sr. João 1 diz: **“uma hora a gente tem que achar a metade... pra ajudar com ele [filho]”** (sic) (grifo nosso). Em contraponto, em seu depoimento, o Sr. João 3 diz não ver possibilidades no momento, porém ambos colocam os filhos em primeiro lugar. Percebe-se certa abnegação desses dois homens com relação aos filhos, ou seja, uma renúncia em favor de quem eles acreditam que precisam mais de cuidados neste momento. Há

de certa forma um “altruísmo”, sempre construído em direção da missão dos cuidados com a prole.

Percebe-se, nas entrevistas, que o depoimento de outro sujeito, a Sra. Maria 3, é acrescido de temor. Esse medo surge não apenas em relação a um possível sofrimento dela com um novo companheiro, como também o medo refere-se à possibilidade de sofrimento dos filhos, possíveis alvos de brutalidade masculina. Ao observar os depoimentos com mais atenção, percebe-se, nas entrelinhas (e também explicitamente), algo que muitas vezes a sociedade procura camuflar, que é a violência doméstica.

Nesse momento, os depoimentos dos sujeitos trouxeram elementos importantes para análise das entrevistas que não haviam sido pensadas pelo pesquisador. Os depoimentos fizeram retornar lembranças passadas que de alguma forma marcaram esses sujeitos. Para Berger e Luckmann (1987, p. 61),

[...] a linguagem é capaz não somente de construir símbolos altamente abstraídos da experiência diária, mas também de ‘fazer retornar’ estes símbolos, apresentando-os como elementos objetivamente reais na vida cotidiana.

Quando os sujeitos mencionam: “[...] **já tive outros relacionamentos. Sabe aquele trauma?**” (sic) (grifo nosso) ou mesmo: “[...] **Eu tenho medo, vir um homem de fora, agora que minhas crianças estão grandinhas e judiar, não quero [...]**” (sic) (grifo nosso). Esses depoimentos trazem à tona respostas relacionadas ao passado. Entende-se que as respostas levaram em consideração experiências vividas, em alguns casos experiências não muito satisfatórias. Isso de alguma forma vulnerabiliza projetos futuros dos sujeitos, levando em consideração um dos fatores da vulnerabilidade, que é a subjetividade do sujeito com relação as suas perdas, e de como ele se percebe nesse contexto.

Minayo (2007) coloca que a violência começa a ser discutida mais abertamente no Brasil ao término da ditadura militar. Os movimentos sociais, as instituições de direito e algumas entidades influenciaram o debate nacional e foram fundamentais na discussão deste assunto como questão pública.

A participação do movimento de mulheres brasileiras na introdução da violência como tema de saúde no Brasil teve expressão fundamental na construção do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), promulgado em 1983. Esse programa incorpora de forma clara a pauta dos

direitos sexuais e reprodutivos, que dá lugar de destaque à reflexão sobre a violência de gênero (MINAYO, 2007, p. 1262).

A despeito das várias discussões sobre a violência contra a mulher e com os avanços legislativos para este segmento, o fato é que ainda ocorre em muitos lares a violência física, sexual e psicológica contra o sexo feminino.

A Lei 11.340 (Lei “Maria da Penha”), promulgada em agosto de 2006, estabelece a punição dos agressores e a proteção das vítimas. Porém, muitas dessas violências ainda não são computadas pelos órgãos de defesa das mulheres. Em pleno século XXI as mulheres ainda se sentem acuadas, vulneráveis face ao exercício de seus direitos como cidadãs.

A literatura¹³ aponta que a violência doméstica não está dirigida apenas às mulheres no seio da família, as crianças também são alvo de agressões e diversas violências. Percebe-se o receio da violência tanto no depoimento dos pais como das mães, o “medo” de ter um parceiro que venha a “judiar” das crianças. O Sr. João 1 menciona: **“No meu caso, se eu arrumar uma mulher tenho receio dela judiar das crianças”** (sic) (grifo nosso). A Sra. Maria 3 também enfoca essa situação: **“Eu tenho medo, vir um homem de fora, agora que minhas crianças estão grandinhas e judiar, não quero”** (sic) (grifo nosso).

Segmentos da sociedade também trabalharam na questão do combate à violência no âmbito doméstico, enfocaram a infância, criaram mecanismos de proteção e uma legislação a favor da criança e do adolescente. Porém, estatisticamente ainda esses dados são alarmantes.

Outro fator importante destacado pelos sujeitos foi com relação à educação dos filhos. Segundo seus depoimentos, tanto a Sra. Maria 1 como o Sr. João 4 preferem educar os filhos sozinhos. A Sra. Maria 1 vê que a educação que ela proporciona para os filhos é “melhor do que quem está com a mãe e o pai” (sic), talvez por acreditar que quando um dos pais estabelece algo na educação dos filhos, o outro companheiro pode lhe tirar a autoridade, o que acaba dificultando a educação dos filhos. Para a Sra. Maria 1, a sua autoridade é o suficiente. Já para o

¹³ SANTOS, Hélio de Oliveira. **Crianças violadas**. Ministério da Ação Social, 1991.
 WESTPHAL, Márcia Faria (Org.). **Violência e criança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 313p.
 AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. **Infância e violência doméstica**: fronteiras de conhecimento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Sr. João 4, sua opção por educar as crianças sozinho talvez seja em virtude de não querer receber “cobranças” posteriores, seja pelos filhos, seja pela sociedade.

Para um sujeito em especial, a Sra. Maria 4, o que é relevante quando reflete sobre a possibilidade de um novo relacionamento é a questão de sua saúde. Portadora do vírus HIV, sua preocupação se dá pela possível contaminação de um companheiro que ela venha a ter futuramente.

A discussão sobre vulnerabilidade, no sentido mais amplo perpassa também pela subjetividade do sujeito. Deve-se analisar como os sujeitos assimilam suas condições desfavoráveis, no caso da Sra. Maria 4, a possível discriminação por ser portadora do vírus HIV. Isso pode torná-la mais vulnerável dependendo de como ela se percebe nesse contexto de discriminação, de preconceito com relação a suas perdas, a sua doença.

Nesse capítulo discutiram-se sobre alguns temas presentes nas categorias que emergiram do cotidiano das famílias monoparentais procurando relacioná-las com alguns aspectos discutidos na literatura sobre família e assuntos correlatos.

Os depoimentos dos sujeitos foram utilizados como componentes de análise do cotidiano das famílias monoparentais. Entende-se que a fala é um dos elementos da linguagem, que se prestou, desta forma, para a compreensão dos sujeitos com relação aos seus contextos sociais e as relações sociais que participam no cotidiano.

No capítulo seguinte far-se-á uma comparação de gênero enfocando as facilidades e dificuldades das famílias monoparentais chefiadas por homens e chefiadas por mulheres, articulando variáveis como renda, escolaridade e trabalho.

CAPÍTULO 4

FAMÍLIA, GÊNERO E VULNERABILIDADE SOCIAL

Falou-se um pouco, nos capítulos anteriores, sobre desigualdade, entendendo-se essa categoria como um conjunto de processos sociais, mecanismos e experiências tanto individuais como coletivas, que são criadas nas relações sociais. Teve-se como base teórica as reflexões de Dubet (2003) que analisa a questão da desigualdade não só pelo viés econômico, mas também a desigualdade por gênero, por etnia, dentre outras categorias.

Dubet (2003) aponta sua análise para as múltiplas desigualdades, destacando que não é só a falta de acesso a bens e serviços que caracteriza a desigualdade; também analisa os níveis de desigualdade quando existe esse acesso. Para ele, houve sim a extensão do acesso dos indivíduos aos bens, porém com a substituição das barreiras de desigualdade por níveis de desigualdade. Argumenta que quando todos ou quase todos ascendem aos mesmos tipos de bens, são as diferenças mais tênues que fazem a diferença.

Com a massificação escolar, o acesso aos estudos secundários e superiores ampliou-se consideravelmente. A taxa de filhos de operários que conseguem entrar na universidade ou obter um diploma universitário foi multiplicada por mais quatro durante os últimos trinta anos, mas se olharmos com mais cuidado, esta democratização incontestável é amplamente segregadora, pois os filhos das classes populares encontram-se especialmente nas carreiras e nas formações menos valorizadas e menos bem pagas, enquanto que os filhos das categorias superiores conquistaram uma espécie de monopólio nas formações elitistas e lucrativas (Merle, 2000). A igualdade cresceu porque os estudos de longa duração não são mais um bem raro, porque muitos se beneficiam com eles, mas eles se transformaram num bem muito mais hierarquizado quando as barreiras foram substituídas pelos níveis (DUBET, 2003, p. 33).

Ao longo da dissertação apontou-se também para a categoria de exclusão social, considerando que esse problema acaba por atingir a todos, pois a incerteza gerada pelo sistema traz consigo exclusões cíclicas, isto é, quem está incluso hoje poderá não estar em outro momento. Retratou-se um panorama sobre a categoria vulnerabilidade social assinalando as considerações de Lavinhas (2006) como também de Almeida (2005), que trouxeram para a discussão outras características

da vulnerabilidade social como a questão econômica, a questão de gênero, a questão do território (local de moradia) e a questão da subjetividade do sujeito.

Observou-se que algumas categorias se complementam, pois quando se fala em desigualdade fala-se em múltiplas desigualdades, como também quando se fala em exclusão estão imbricadas nela múltiplas exclusões. O mesmo acontece quando se fala em vulnerabilidade social: fala-se em múltiplas vulnerabilidades.

O que fica mais evidente é que a partir destas leituras pode-se construir um conceito próprio do que se constitui a vulnerabilidade social, fato importante na abordagem do objeto de estudo desta dissertação.

O trajeto percorrido até agora possibilitou uma compreensão melhor sobre as famílias monoparentais, que têm bem próximo de seu cotidiano a questão da exclusão, da desigualdade e da vulnerabilidade social. Entendeu-se então o quanto o encolhimento das responsabilidades do Estado em políticas públicas vem atingindo negativamente essa tipologia de família, culminando assim em estratégias de sobrevivência e rede de solidariedade tecidas pelas próprias famílias, que minimizam as adversidades do cotidiano.

Embora os termos exclusão, desigualdade e vulnerabilidade social sejam usados por muitos autores de forma a distinguir ou classificar certos segmentos da sociedade, estas categorias se tornam congruentes no que diz respeito à questão de gênero. Esses termos apontam para o viés de gênero¹⁴, categoria que se pretende abordar neste capítulo.

4.1 GÊNERO E FAMÍLIA MONOPARENTAL

Como mencionou Almeida (2006), o gênero se constitui uma categoria importante para se entender a vulnerabilidade social. Porém, algumas vezes se tem uma visão equivocada do que seja esse conceito.

Quando se fala em gênero, num primeiro momento vem em mente a divisão biológica entre o sexo feminino e masculino. No entanto, quando se analisa

¹⁴ Gênero, segundo Torrão Filho (2005, p. 134) citando Joan Scott: é “[...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, [...], gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

teoricamente o conceito, vê-se que ele é bem mais abrangente, isto é, não é apenas a divisão biológica que pode defini-lo. Para Louro (2002), falar sobre gênero é analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino.

Pode-se entender então que gênero é uma categoria construída historicamente, pois assume formas diferentes em diversas sociedades, diferenciando-se no tempo e no espaço, dependendo da classe social e dos grupos étnicos. Uma série de fatores deve ser analisada para que se possa definir essa categoria. Falar em gênero, portanto, implica falar em outros fatores como relações de poder, sexualidade, cultura, trabalho.

Vale destacar as diferentes discussões a respeito do tema. Uma das vertentes é a do feminismo radical. Segundo o feminismo radical, que se constitui uma das perspectivas principais para se abordar a questão de gênero, a discussão perpassa pela categoria **desigualdade**, situação esta em que o masculino **domina e oprime o feminino**. Já a perspectiva do feminismo socialista se concentra na **desigualdade de gênero**, intimamente ligada às **relações de classe** (WALBY, 1996). Isto quer dizer que, relacionando a categoria de gênero à categoria de classe social pode-se dizer que a desigualdade entre o feminino e o masculino se torna mais evidente e opressivo nas camadas mais empobrecidas. Nessas camadas as mulheres acabam por sofrer mais opressão e discriminação devido aos salários mais baixos com relação aos homens, como pela questão cultural em que o poder do homem se sobrepõe ao poder da mulher e também por estarem numa classe social menos privilegiada economicamente, que sofre outros tipos de desigualdades.

Machado (1999, p. 20) mencionando Phillips (1994) argumenta que “[...] os papéis de gênero são interligados à questão de classe, observando que as mulheres vivenciam sua opressão de modos diferentes, de acordo com a classe social”, na qual estão inseridas. Isso porque na sociedade ocidental há a divisão de papéis sociais, situação que designa ao homem ser forte, o provedor e mantenedor da casa e à mulher ser delicada, frágil e ao mesmo tempo a cuidadora do lar.

Historicamente, a chamada naturalidade da diferença sexual serviu para legitimar a exclusão das mulheres, primeiro da cidadania e depois de uma participação política ativa. Tem sido à base de uma divisão funcional do trabalho que – no âmbito do ideal e do imaginário, pelo menos – associa o homem com a política e as mulheres com o doméstico e o social (SCOTT, apud GONÇALVES, 2007 p. 05).

Diante disso, aquele que não está de acordo com os papéis sociais estipulados pela sociedade (o que é próprio para a mulher, o que é próprio para o homem) acaba por “sofrer” pressões exercidas pela sociedade.

Naturalmente nos desenvolvemos de muitas formas, mas certas formas são socialmente sancionadas, e as pessoas que se afastam dos estereótipos polarizados de feminino e masculino são marginalizadas e inclusive punidas (PAULSON, 2002, p. 30).

Para Medrado e Lyra (2002), não se deve adotar o conceito de gênero substituindo um determinismo biológico por um determinismo social. Para eles, os homens e mulheres não cumprem sempre, nem literalmente, o que os padrões da sociedade impõem, em termos de prescrições de papéis. Esse assunto é discutido nesta dissertação, uma vez que as famílias monoparentais são arranjos familiares que muitas vezes não se “encaixam” nos padrões de família “ideal”.

Segundo Medrado e Lyra (2002), a grande maioria dos estudos sobre gênero foi produzida por mulheres, sobre mulheres e para mulheres. Este trabalho apresenta algumas características mencionadas pelos autores: é escrita por uma mulher e discute vidas de mulheres. Contudo, aqui, a discussão sobre gênero abarca a vida também de homens, pois se entende que homem e mulher não podem ser entendidos separadamente, pois são construções relacionais.

4.2 A QUESTÃO DE GÊNERO E VULNERABILIDADE SOCIAL

Nas famílias abordadas nesta dissertação foram entrevistados quatro homens e quatro mulheres. Em seus depoimentos no capítulo anterior perceberam-se indicadores importantes de análise na categoria gênero como papéis sociais, renda, trabalho, cultura do cuidado. O que se pretende, nos próximos itens, é aprofundar um pouco mais algumas questões tendo em vista ser a categoria gênero, um campo fértil de análise das desigualdades a partir de outros temas.

4.2.1 Cultura do cuidado

No transcorrer do trabalho, a variável cuidado com a prole ficou bem evidente. Os homens, particularmente dois deles (Sr. João 1 e João 2), mencionaram que, quando solteiros não tinham muita responsabilidade e, neste momento em que se encontram na família monoparental, a responsabilidade se apresenta de forma mais evidente. Já as mulheres não fizeram referência ao antes e depois. Parece que, para a mulher, a responsabilidade do cuidado com o lar é mais clara. Não se quer dizer com isso que não há mulheres que tenham outro perfil, mas que na educação das meninas os cuidados com a casa, com o lar, com os filhos já se faz presente desde a infância, sobretudo em brinquedos e brincadeiras. Para as meninas, um eletrodoméstico de brinquedo, uma boneca, uma casinha; para os meninos, bola, carrinhos e motos. As representações do que é papel feminino e o masculino na sociedade são construídas e vivenciadas desde a tenra idade, o que repercute significativamente na vida adulta.

Tal questão é destacada por Lyra et al (2007):

[...] qualquer discussão sobre o cuidado é remetida imediatamente ao 'universo feminino', pois desde a infância, com a educação familiar e escolar, há um claro incentivo e uma cobrança de que o cuidado esteja presente na postura das meninas, o que é maciçamente reforçado pela mídia, que não se cansa de lançar novos modelos de bonecas, casinhas, cozinhas, etc. Em contrapartida, aos meninos é reservado o espaço da rua, com brincadeiras que na maioria das vezes exigem mais esforço físico, visando à competição e ao enfrentamento de riscos como algo natural e incentivado (LYRA. et al, 2007, p. 84).

No depoimento do Sr. João 1, um dos sujeitos pesquisados, prevalece a idéia de mãe como cuidadora quando ele menciona que precisa estabelecer os dois papéis (cuidador e provedor) junto à criança. O Sr. João 2 e a Sra. Maria 1 também fazem esse paralelo: ir à creche buscar o filho é “coisa” de mulher; pagar as contas e despesas de casa é “coisa” de homem.

No depoimento do Sr. João 2 isso fica bem evidente quando este destaca: “[...] tenho que cumprir o papel de mãe e o papel de pai. O papel de mãe, de participar de reunião na escola, na creche [...], e o papel de pai [que] é fundamental [...] na parte financeira, que tem obrigação, e na parte da educação também” (sic).

Isso demonstra a “naturalização” dos papéis masculinos e femininos, o que acaba dificultando para muitos homens o ato de cuidar e demonstrar carinho para com o filho. Dentro do senso comum, a sociedade alimenta que as mulheres possuem certo instinto materno a seu favor e os homens carecem disso, duvidando-se até mesmo da competência dos homens nas tarefas de cuidado de um filho. (LYRA et al, 2007). Isso merece também a reflexão do que significa o “cuidado” não só no espaço privado (lar), como no espaço público (trabalho).

Muitas profissões que exigem certo desprendimento, cuidado com o outro, como o trabalho em hospitais, creches e cuidador de idosos acabam tendo um perfil de profissionais do sexo feminino fazendo com que esses espaços sejam exercidos mais pelas mulheres do que pelos homens.

No caso das mulheres, a tentativa é sempre de considerar o trabalho realizado fora da casa como uma extensão do papel de mãe. As mulheres se concentram em atividades consideradas tipicamente femininas como serviço doméstico, professoras, enfermeiras, assistentes sociais. Em 1990, 30% das mulheres que se declararam como trabalhadoras na pesquisa do IBGE eram empregadas domésticas, costureiras e professoras primárias (FARIA; NOBRE, 1997, p. 13).

Essa é uma dimensão social de gênero. Instituições como a igreja, a família e a escola acabam regulando, reproduzindo e reforçando essa divisão. Porém, essa hierarquização dos papéis sociais é uma construção social, cultural e histórica, como bem menciona Lyra (2007), o que ajuda a compreender também a questão das desigualdades multiplicadas defendida por Dubet.

No sistema capitalista, segundo Faria e Nobre (1997, p. 10-11),

[...] ocorre uma divisão entre as esferas pública e a privada, sendo que a esfera privada é considerada como o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade, do cuidado. A esfera pública é considerada como o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade, do direito.

Há, portanto, uma naturalização do que seja o papel feminino e do papel masculino na sociedade a fim de justificar essa situação. Porém, sendo o trabalho feminino sempre menos valorizado do que o masculino, faz-se entender (ou subentender) que a esfera privada é menos importante do que as relações travadas na esfera pública.

O estudo sobre gênero procura superar as antigas dicotomias entre público e privado. Procura mostrar homens e mulheres ao mesmo tempo em todas as

esferas, e também superar o conceito biológico de gênero e construir um conceito de identidade de gênero. Essa identidade é construída por meio de práticas sociais, situação em que cada sujeito estabelece, interpreta em relação ao outro. (GONÇALVES, 2007). Portanto, como afirma Gonçalves (2007, p. 10),

[...] gênero é uma categoria social e se constitui a partir de construção simbólica, normas e valores, relação política e subjetividade. Além de ser considerado uma das formas de significar as relações de poder, isto é, é o 'lugar' no qual as relações de poder se articulam.

Desse modo, apresentar os depoimentos dos sujeitos no contexto onde vivem traz elementos importantes de análise e contribui para o entendimento do cotidiano destas famílias. Essa construção social e cultural de gênero encontra-se cristalizada no agir e no falar de cada sujeito:

Olha a quantia de serviço que eu tenho pra fazer. A gente sai cedo, tem que trabalhar o dia inteiro, tem que chegar de tarde, pegar ele, trazer embora, tem que aprontar ele, lavar roupa, tem que limpar a casa, tem que fazer tudo, tem que dar de comer, pra ele. Fica corrido pra caramba! A gente vai até quase meia-noite todo dia. Dificuldade bastante, quando ele fica doente, a gente tem que tá correndo de noite. Quando tem reunião na escola, na APAE, cada passo tem que estar lá. Se tivesse uma mãe, ficaria bem mais fácil (SR. JOÃO 1).

4.2.2 Salário/benefícios

Outro ponto a destacar na questão de gênero é a variável trabalho e renda. Essa temática foi tratada no capítulo 2 quando abordou-se a questão da renda familiar e concluiu-se sobre a feminização da pobreza nas famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Para um dos sujeitos pesquisados, especificamente a Sra. Maria 3, ela ganha pouco. Quando era casada, sempre ganhou menos que o marido, e isso trouxe maiores dificuldades a sua condição monoparental, no que diz respeito à manutenção dos filhos, principalmente sem pensão alimentícia.

Faria e Nobre (1997, p. 15) discutem isso quando abordam o mercado de trabalho.

Segundo a ONU, as mulheres executam 2/3 do trabalho realizado pela humanidade, recebem 1/3 dos salários e são proprietárias de 1% dos bens imóveis. Dos quase 1,3 bilhão de miseráveis do mundo, 70% são mulheres. No Brasil, as mulheres recebem em média metade do salário dos homens e as mulheres negras, a metade do que ganham as mulheres brancas. Para a Organização Internacional do Trabalho, a situação das mulheres está melhorando e, se o ritmo atual se mantiver, em 475 anos conseguiremos a igualdade salarial entre homens e mulheres!

As afirmações de Faria e Nobre (1997) tornam-se alarmantes no que diz respeito ao tempo necessário (475 anos) para que as mulheres consigam uma igualdade salarial em relação aos homens.

O que se discutiu, até o momento, não significa que se quer reproduzir o binarismo: homens poderosos e mulheres oprimidas. A discussão deve ultrapassar essa dicotomia. Deve-se levar em conta que os homens também são marcados e brutalizados pelo próprio sistema que lhes concede os privilégios e o poder (GIFFIN, 2005). Como bem menciona Torrão Filho (2005, p. 139) “[...] não apenas as mulheres aprendem a ser femininas e submissas, e são controladas nisto, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade”.

No mundo do trabalho há uma extrema competitividade que gera insegurança e supressão de sentimentos dos próprios homens. O mundo do trabalho relaciona o homem à razão, o que ocasiona certas restrições e algumas desvantagens à condição de ser homem.

Para competir na esfera pública, os homens são pressionados a encarnar sua porção deste modelo binário, traduzida em independência e auto-suficiência masculina, o que os leva a desvalorizar ou negar necessidades afetivas em nome desta ‘razão social’. Ao mesmo tempo, Seidler explicita o preço pago por eles em assumir esta identidade: sendo as emoções e sentimentos fontes importantes de dignidade e integridade humana, negá-los institui a fragmentação de um ser dividido contra si (GIFFIN, 2005, p. 52).

Deve-se considerar que os homens também são “treinados” desde pequenos a identificar-se com essa lógica do sistema e as exigências do mundo do trabalho. O que se analisa na construção da masculinidade é que os homens, muitas vezes, apresentam uma face pública do que é a masculinidade. Contudo, se na “vida real” eles não são necessariamente o que apresentam ser, por esta “face” pública conseguem se sustentar no poder.

[...] no âmbito do trabalho, os homens precisam se tratar como objetos, tanto para manter o ritmo do trabalho sobre o qual não têm controle, como na supressão de sentimentos de raiva e ressentimento que resultam da sua falta de poder nestas relações (GIFFER, 2005, p. 52).

No que diz respeito aos benefícios recebidos, os homens em sua maioria (três dos entrevistados) não recebem nenhum tipo de benefício. O Sr. João 1 justifica essa atitude dizendo que essas “coisas” (os benefícios) são para quem tem tempo de “correr atrás”. As mulheres recebem bolsa família e o BPC, o que de alguma forma ajuda na manutenção da casa, uma vez que seus salários são mais baixos e há necessidade de um complemento para suprir o básico dentro de tantas necessidades.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, de 1996, também destaca a feminização da pobreza no país, chamando a atenção para a disparidade salarial [as trabalhadoras ganhavam em média 63% dos salários masculinos em 1990] e para a situação particularmente vulnerável das mulheres chefes de família. Em 1989, as famílias chefiadas por mulheres com filhos menores de 14 anos correspondiam a 58% das famílias com rendimento mensal até meio salário mínimo per capita. Dados de 1994 revelam que, enquanto o desemprego masculino era de 6,7%, o desemprego feminino atingia 13,9%. Acrescente-se que parte significativa das mulheres que ingressam no mercado de trabalho vai para o setor informal, onde estas não têm acesso a garantias trabalhistas e à previdência social (FARAH, 2004, p. 55).

Ao analisar programas e políticas públicas no Brasil, Farah (2004) afirma que o recorte de gênero dessas políticas baseia-se na focalização da mulher objetivando garantir maior eficiência às políticas de combate à pobreza, seja porque a mulher tem presença decisiva nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, seja por sua presença significativa na população mais pobre, seja por seu papel desempenhado na família.

A temática da focalização, por sua vez, outro dos elementos presentes na agenda de reforma, incide diretamente sobre a questão de gênero, uma vez que as mulheres, mais especificamente as mulheres pobres – das cidades e da zona rural -, têm sido consideradas como um dos segmentos mais vulneráveis da população, justificando a promoção de políticas ‘focalizadas’ (FARAH, 2004, p. 54).

A tendência de se colocar na agenda política a questão de gênero sofreu forte influência do feminismo internacional¹⁵. Os movimentos sociais e entidades de mulheres passaram a recomendar, nas políticas públicas, a discriminação positiva de alguns grupos de mulheres mais atingidas pela exclusão. Nessa discriminação positiva recomendava-se especial atenção às mulheres negras, às mães solteiras e às chefes de família, pelo maior grau de vulnerabilidade destes segmentos. Porém, alguns movimentos e entidades de mulheres no Brasil têm divergências, pois uns colocam a necessidade da mulher ser priorizada nas políticas públicas devido a sua “funcionalização”, isto é, pelo “papel” que desempenha na família, pelo efeito multiplicador que a ação pode ter sobre a família e sobre a sociedade como um todo. Outro segmento enfatiza a necessidade de inclusão das mulheres nas políticas públicas por se tratar de um espaço de cidadania, ou seja, na constituição da mulher como sujeito social (FARAH, 2004).

Apesar das divergências existentes entre os movimentos e entidades de mulheres há consenso no que diz respeito à focalização da mulher pelas políticas públicas.

4.2.3 Relações de poder sobre os filhos

Torrão Filho (2005, p. 136) fala da importância de se entender relações de poder a partir da categoria de gênero:

A partir do gênero pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos; o seu estudo é um meio de decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.

A variável relação de poder esteve presente nos depoimentos dos sujeitos. A Sra. Maria 4 diz não ter autoridade com os filhos e que o pai das crianças faz falta nesse sentido, sendo que a figura do homem, para ela, traz autoridade e, sendo mulher, não consegue impor isso com os filhos. Seu depoimento remete ao

¹⁵ “ECO-92, sobre Meio Ambiente; a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em 1993; a Conferência sobre População e Desenvolvimento em 1994; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, em 1995; a Conferência Mundial sobre as Mulheres 1995; e o Fórum Social Mundial, de 2001 a 2003” (FARAH, 2004, p. 54).

patriarcalismo em que há uma hierarquia pré-estabelecida e a figura masculina supostamente tem mais poder-autoridade que a figura feminina em relação aos filhos. Já a Sra. Maria 1 se coloca numa situação diferente. Segundo ela, seu comportamento na educação dos filhos deve ser duro. O que fica evidente é que a responsabilidade de estar sozinha cuidando dos filhos faz com que a Sra. Maria 1 seja mais rígida com a prole, transparecendo assumir o “papel do outro” (pai-homem/força-poder), acriticamente, reproduzindo-o simplesmente, diferentemente da postura estabelecida pela Sra. Maria 4.

Por sua vez, os Srs. João 3 e João 4 revelam uma proximidade maior na educação dos filhos, sendo que o Sr. João 4 diz transmitir mais carinho para a filha, fazendo cachos em seus cabelos e passando batom em sua boca: “tenho que arrumar o cabelinho dela, fazer maria-chiquinha, tenho que passar o batonzinho dela [...] acho que fiquei mais cuidadoso com ela (filha)” (sic). Parece também que o homem na condição monoparental torna-se mais flexível na educação e na transmissão de carinho aos filhos devido à ausência da figura feminina. Lyra et al (2007, p. 89) tece alguns comentários sobre a flexibilização dos papéis sociais:

Esse novo pai é mais ativo, não se restringindo à disciplina e ao suporte econômico familiar; ele demonstra um maior envolvimento na educação e no cuidado com os (as) filhos (as) de qualquer faixa etária, participa da alimentação, dá mamadeira, troca as fraldas do bebê, acompanha-os no médico ou dá os remédios, leva-os na escola, para passear, coloca-os pra dormir... Enfim, desenvolve contatos mais estreitos com os filhos, o que era antes reservado apenas à mãe. Não que haja uma inversão de papéis ou que o pai se transforme em uma outra mãe; trata-se de um homem-pai que estabelece relações mais complexas, estreitas e mais ‘reais’ com os (as) filhos (as), que deseja e encontra grande satisfação com isso.

Com efeito, há uma maior “flexibilização” das concepções do que é papel de mãe e do que é papel de pai, independentemente da estrutura familiar pesquisada. Nas famílias monoparentais isso se torna evidente no relato do Sr. João 1 com relação a seu filho:

[...] nós vivemos sempre brincando, pra lá e pra cá. Eu trato ele bem, ele me trata bem, nós convivemos sempre bem. Já faz três anos que estou sozinho com ele. Ele é tudo pra mim, não fico longe dele. Se uma noite ficar longe, faz falta (sic).

4.2.4 Novos relacionamentos

No que diz respeito a novos relacionamentos, os homens (Sr. João 1 e João 3) mencionam querer alguém em suas vidas para “cuidar” também dos filhos, transparecendo a necessidade de se querer retomar a divisão de papéis no lar (homem provedor, mulher cuidadora). Por sua vez, o Sr. João 4 prefere ficar sozinho e o Sr. João 2 diz que uma nova companhia pode trazer dificuldades tanto para o homem como para a mulher uma vez que há filhos da relação anterior o que pode dificultar o relacionamento futuro. Já as mulheres (Maria 1, Maria 2 e Maria 3) se reportam ao sofrimento dos relacionamentos anteriores e o sofrimento que poderiam ter no futuro, sendo neste momento inviável para elas a constituição de novo relacionamento. A Sra. Maria 4 aparenta ter vontade de ter outro companheiro (talvez por ser a mais jovem, 23 anos) tanto no que diz respeito à ajuda financeira que trará o novo parceiro como também o benefício emocional que este poderá proporcionar.

Segundo Meyer et al. (2007), na cultura em que se vive, o amor e a sexualidade, esses dois conceitos aparecem como dimensões indissociáveis da vida humana, isto é, dependendo de como o ser humano é realizado nestas áreas, ele é classificado, valorado como sendo bem ou mal sucedido ou mesmo como saudável ou não. O amor e a sexualidade são definidos como ingredientes indispensáveis para a felicidade e para o prazer.

Porém, o terreno da sexualidade é complexo, rodeado de tabus e mitos que muitas vezes oprimem os indivíduos. Com relação à mulher isto é mais evidente e, de certa forma, a sociedade procura impor regras e normas às condutas femininas. Sendo assim, a sexualidade pode ser abordada como instinto biologicamente determinado ou sendo uma produção da cultura dos homens.

Segundo Faria (1997, p.16),

[...] as mulheres em geral têm vivido sua sexualidade de acordo com os padrões impostos como os mais corretos, considerando o papel social de esposas 'honestas' e mães dedicadas que lhes é destinado. Outras vivem como 'profanas' e, portanto, indignas de respeito [sendo estas as que saem do “padrão” normal de comportamento].

Efeitos desse discurso continuam presentes nos dias de hoje, na construção de determinadas formas de conduzir a masculinidade. Alguns grupos de homens estabelecem que determinadas práticas sexuais só podem ser realizadas com amantes e prostitutas e não com suas mulheres. Às mulheres (esposas) está destinado à função reprodutora, negando-se o prazer.

A realidade que se estabeleceu entre homens e mulheres foi a da subordinação feminina a um modelo em que o homem governa a relação afetiva e sexual. Isso acabou desencadeando uma relação de poder em que o sexo não pode ser recusado, sob a pena de infringir os modelos que se aprendeu e os modelos esperados para o exercício da feminilidade. Nesse contexto produz-se a representação de que a sexualidade feminina é passiva, dirigida exclusivamente ao prazer dos homens, e que o prazer sexual é um componente dispensável para a procriação (FARIA, 1997).

Ao homem importa entregar-se sexualmente por prazer e a mulher entregar-se sexualmente por amor. À mulher ficou relegado ser objeto de prazer, submetidas e silenciadas no direito ao seu próprio corpo, e até mesmo colocando em risco, muitas vezes, sua vida e sua saúde. Muitas mulheres, principalmente da classe menos privilegiada, ainda têm receio de solicitar ao seu companheiro o uso de preservativo, ainda estão subordinadas aos desejos do companheiro.

Segundo Amaro (2005), as questões culturais e comportamentais influenciam na crescente epidemia de AIDS. No mundo todo, cerca de 42 milhões de pessoas são soropositivas.

Desde o início da década de 80 até setembro de 2003, foram notificados 27.154 casos de aids no Brasil (BRASIL – MS, 2004). Comparativamente, é ainda baixo o percentual de pessoas que adotam o uso consistente de preservativo: 58% em parcerias eventuais e 11% em parcerias fixas (AMARO, 2005, p. 90).

A epidemia do HIV revela mais uma vez as relações de poder que existem entre homens e mulheres. Segundo Amaro (2005), cada vez mais vidas femininas são ceifadas em detrimento da história do amor incondicional relativo ao parceiro. Muitas vezes, a ausência de amor próprio dessas mulheres, que constroem o “mito do amor ideal”, as leva à negligência da própria saúde em prol de uma devoção ao seu companheiro e, por isso, não se cuidam como deveriam. Como afirma Amaro (2005), há devoção de um lado e negligência de outro.

Em 1986, contabilizava-se uma mulher infectada a cada 16 homens na mesma situação. Hoje essa razão homem-mulher passou a ordem de 2/1, havendo regiões onde a razão é 1/1 [...] Predominam casos de soropositividade entre jovens (sobretudo na faixa dos 15 aos 19 anos) e mulheres menos escolarizadas (com menos de oito anos de estudo) (PIOVESAN; PIMENTEL apud AMARO, 2005, p. 91).

Na pesquisa aqui empreendida é possível ratificar o que aponta Amaro (2005). Um dos sujeitos, a Sra. Maria 4, de 23 anos, é soropositiva e está dentro dessa estimativa com relação ao número de mulheres que foram contaminadas pelo vírus, como também com relação à faixa-etária. Ela foi contaminada há 6 anos, isto é, com 17 anos, o que confirma a pesquisa realizada por Piovesan e Pimentel, mencionada por Amaro (2005).

Para muitos, quando se fala em HIV/AIDS ainda vem à mente a existência de grupos de risco e fatores de risco¹⁶. O risco pressupõe a possibilidade de indivíduos ou populações virem a sofrer agravos com relação a determinadas situações. Hoje já não se fala mais na existência de risco, todos são considerados sujeitos em potencial, isto é, todos podem se contaminar caso não se cuidem, a epidemia é universal.

A Aids é uma realidade mundial, alcançando de modo explosivo o continente africano e asiático. Ao mesmo tempo em que se espalha geograficamente, a epidemia reitera sua tendência à pauperização, difundindo-se mais rapidamente nos países pobres e nas periferias e bairros pobres das grandes cidades, mesmo entre as nações ricas (AYRES et al, 2003, p.121).

¹⁶ Segundo Ayres et al. (2003), a princípio quando se discutia a epidemia de Aids falava-se em conceitos como grupo de risco, tendo como alvo a existência de barreiras necessárias entre infectados e suscetíveis à infecção. Com o passar do tempo, os trabalhos de pesquisa passaram a privilegiar o conceito de comportamento de risco, sendo que o alvo das ações deixou de ser o infectado e suscetível, passando a ser o isolamento do agente infeccioso através de medidas capazes de impedir sua movimentação entre as pessoas. “Nesse sentido, a população não é mais dividida entre ‘indivíduos atingidos e/ou perigosos’ e ‘indivíduos a proteger’, e sim entre o perigo e a população exposta em geral” (AYRES, et al, 2003, p. 129). Nesse novo conceito propõem-se mudanças nas práticas das pessoas, a fim de se diminuir as chances de se contaminarem com o vírus. Porém, segundo os autores, as mudanças de práticas não dependem apenas da vontade individual, mas também do contexto em que estes sujeitos estão inseridos e como estabelecem suas relações sociais. Hoje, discute-se Aids pela abordagem conceitual da vulnerabilidade. “Era preciso sim, apreender o peso dos diferentes contextos sociais como determinante de diversas suscetibilidades e criar alternativas técnicas sensíveis a essas diferenças. Todavia, essas diferenças passaram a ser claramente vistas não como características grupais, fixas, identitárias, e sim como efeito de relações sociais que, na verdade, diziam respeito a todo o tecido social” (AYRES et al, 2003, p. 131).

Os estudiosos de HIV/AIDS utilizam hoje a categoria vulnerabilidade em seus estudos sobre a epidemia. Essa categoria tornou-se abrangente quando se fala em saúde, ou mesmo quando se fala da área social.

Uma pessoa contaminada com o vírus da Aids está conseqüentemente mais vulnerável que as demais com relação a possíveis doenças oportunistas que podem se alojar devido à imunodeficiência do organismo da pessoa, como pela discriminação que pode sofrer socialmente e como ela se percebe nesse contexto (subjetividade).

Na pesquisa aqui empreendida o sujeito Maria 4 que apresenta soropositividade é considerado vulnerável devido ao local onde reside (território), por sua condição financeira e por ser mulher de uma classe menos privilegiada socialmente.

Delor e Huber (2000) consideram que vulnerabilidade é uma forma de análise que busca compreender o que chamam de 'distribuição desigual de risco'. Ou seja, esse tipo de análise e avaliação demanda a compreensão de processos de diferenciação social que se materializam como desvantagens de diversos tipos e ajuda a compreender melhor por que e como determinados grupos e indivíduos se tornam, em determinado tempo e contexto mais suscetíveis a determinados agravos e problemas do que outros (MEYER et al, 2007, p. 232-233).

No Brasil, apesar dos avanços com relação aos direitos da mulher, especificamente ao direito à saúde, muitas brasileiras ainda continuam morrendo de parto, continuam tendo mais filhos do que gostariam, continuam expostas à violência de gênero. Deve-se levar em conta nessa análise, marcadores como classe social, raça e etnia, pois isso impacta de forma diferenciada na vida de diferentes grupos de mulheres.

Meyer et al (2007) reconhecem que houve avanços nas sociedades ocidentais, incluindo no Brasil, quando se fala genericamente sobre as mulheres. Alegam que na entrada do século XX muitas mulheres eram analfabetas e que hoje elas têm um grau de escolaridade média maior do que o dos homens e permanecem mais tempo na escola. Porém, ainda há muito que avançar principalmente no que diz respeito aos valores morais cristalizados na educação do homem e na educação da mulher.

4.2.5 Rede de solidariedade

No capítulo 3, falou-se sobre a rede de apoio que surge como estratégia de sobrevivência dos sujeitos pesquisados. Tanto na parte financeira, quanto nos cuidados com os filhos, a rede de apoio oferece subsídios para minimizar as dificuldades existentes no cotidiano familiar das famílias monoparentais. O papel dos avós torna-se importante nos cuidados com os netos: eles são muitas vezes, personagens-chave nas trocas entre as gerações.

Vitale (2007) mencionando Segalen diz que os avós, os “grandes esquecidos da sociedade”, são figuras familiares que aparecem com representatividade em nosso tempo. Isto se dá devido às separações conjugais, à recomposição familiar, à monoparentalidade, dentre outros fatores que culminam na necessidade de auxílio desta gama da sociedade.

Segundo Vitale (2007, p. 96), os avós contribuem sobremaneira no interior da família monoparental. Para ela, “[...] a pobreza, o desemprego, o aumento da desigualdade social, a insuficiência das políticas públicas e sociais podem ter levado ao aumento de sua contribuição na rede familiar”. O idoso que tem muitas vezes acesso a uma aposentadoria, tende a passar da condição de dependente para de provedor e cuidador das famílias empobrecidas. Isso é bem evidente no depoimento da Sra. Maria 3 quando menciona: “[...] eu tenho ajuda da minha mãe, se não fosse ela acho que eu tinha passado fome [...]” (sic).

A religião também surge como fator importante na construção da rede de solidariedade, como forma de ajuda entre seus membros. No caso de um dos sujeitos, Sr. João 2, a madrinha de uma das crianças, por vezes, auxilia nos cuidados das crianças, principalmente da menina de 10 anos, o que ameniza certas “dificuldades” nos cuidados e no trato com a figura feminina, por parte do pai.

Na religião católica quando uma família solicita a outra que “batize” seu filho significa que a outra família, em princípio, constitui-se num novo lar para os filhos, caso os pais não possam deles cuidar. Na religião evangélica, os membros são chamados de “irmãos”, e se um necessita de ajuda, muitas vezes a comunidade procura desempenhar tarefas auxiliares que seriam de responsabilidade de uma família. Além dessa rede de apoio religiosa, tem-se uma rede de solidariedade familiar e de vizinhança que auxilia as famílias monoparentais.

Porém, a rede primária de solidariedade e de apoio constituída pela família e vizinhança nem sempre pode ser entendida como harmoniosa e consensual entre seus membros. Há conflitos, agressividade, violência e interferência de um núcleo familiar no outro, ocasionando certa “atrofia” do núcleo que temporariamente necessita do outro, além do que as crianças passam a ser vistas como “filho de todo mundo”, o que dificulta a educação e imposição de limites uma vez que cada membro que ajuda se vê no direito de opinar na educação das crianças (AMAZONAS, 2003).

Freitas (2002, p. 95), em sua pesquisa sobre famílias pobres, acrescenta:

Acontece que faz parte de sua cultura esse ‘circular’ de filhos, o que não agride nenhum valor efetivamente introjetado pelas pessoas. Trata-se de uma forma de ‘ajuda’, mas também de reforço dos laços familiares/afetivos e que repercute na forma mesma de estruturação da família e dos espaços familiares que se estendem.

Como contraponto, há certa ampliação das possibilidades de identificação das crianças (convívio maior com os tios, avós, madrinhas...), o que é importante no processo de socialização (AMAZONAS, 2003) e de identidade genealógica.

As famílias pobres são marcadas por uma grande instabilidade ocasionada por separações, morte, dificuldades econômicas e pela inexistência de instituições públicas que substituam eficazmente as suas funções (especialmente em termos protecionistas); dessa forma, as crianças tornam-se responsáveis de toda a rede de solidariedade em que a família está envolvida. [...] A coletivização seja na troca de favores ou nos cuidados com as crianças (bem como os velhos ou doentes) faz parte das estratégias de sobrevivência elaboradas para essa população (FREITAS, 2002, p. 93-94).

A rede de solidariedade e de apoio minimiza a condição vulnerável em que se encontram as famílias mais empobrecidas e em condição de monoparentalidade.

No que diz respeito à pesquisa empreendida, tanto o homem numa condição monoparental como a mulher utilizam a rede de apoio e de solidariedade. Porém, os homens utilizam esses serviços (ajuda) nos cuidados com a prole, e a mulher, no cuidado com a prole e na manutenção financeira da família, como bem exemplifica o Sr João 1 com relação ao cuidado: “[...] eu recorro à casa da irmã [tia da criança]. A irmã que tem que cuidar dele [filho]”. E a Sra. Maria 3, com relação ao cuidado e a manutenção financeira da família:

[...] meu piá [filho] esteve internado, teve que fazer uma cirurgia, ele tinha um ano e meio, minha mãe [avó da criança] ficou atendendo dele [...]. Minha mãe ajuda muito em partes de comida, essas coisas que criança gosta... uma bolacha..., um iogurte, tudo é minha mãe que mantém.

4.2.6 Resiliência

Segundo Yunes et al (2007, p. 444), “[...] tratar de resiliência¹⁷ em famílias significa focar e pesquisar os aspectos sadios e de sucesso do grupo familiar ao invés de destacar seus desajustes e falhas”. Isto quer dizer que por mais que as famílias apresentem situações de vulnerabilidade social deve-se focar também os aspectos positivos das famílias, portanto há uma mudança no foco da situação. No termo resiliência, essa mudança de foco significa olhar para as habilidades das famílias em superar as adversidades.

Muitos profissionais que atuam na área da família caracterizam as famílias monoparentais como “desestruturadas”, devido a sua configuração não nuclear ou, muitas vezes, pelas expressões de violência intrafamiliar, abandono ou negligência com as crianças. O que se quer dizer com isso é que o foco dos profissionais não deveria estar voltado para a estrutura ou tipologia apresentada pela família, mas

¹⁷ Yunes (2003) aponta que se deve ter cautela ao utilizar o termo resiliência, pois é um conceito relativamente novo no campo da psicologia. O termo ainda está sendo discutido do ponto de vista teórico e metodológico pela comunidade científica. Segundo a autora, resiliência é um termo muito utilizado por profissionais das áreas de engenharia, ecologia, física e odontologia. Porém, há contradições em relação ao uso coloquial, “quando pessoas famosas são consideradas ‘resilientes’ pela mídia tanto por tolerarem como por terminarem seus casamentos” (YUNES, 2003, p. 47). Yunes acrescenta ainda que no dicionário em português resiliência é abordada apenas com relação a materiais, não ficando clara a compreensão do que seja resiliência quando se trata de pessoas. Na área de psicologia, o termo vem sendo pesquisado há cerca de 30 anos, mas somente nos últimos cinco anos a área tem trazido este conceito para discussão. Yunes aborda alguns autores destacando Rutter (1993) que aponta recentes pesquisas que vêm indicando que a resiliência ou resistência ao stress é relativa, variando de acordo com as circunstâncias. Acrescenta ainda autores como Zimmernman e Arunkumar (1994) que referem-se à resiliência como sendo uma habilidade de superar adversidades, o que não significa que o indivíduo saia ileso das situações. Destaca também os estudos de Martineau (1999), em que a autora apontou três perspectivas distintas nos discursos sobre resiliência. O primeiro discurso parte dos estudos psicométricos e de análise estatística através de escores e testes, notas de escola, perfis de personalidade, resumando principais traços de resiliência: sociabilidade, criatividade na resolução de problemas, senso de autonomia. Em segundo lugar, a autora analisa o discurso experiencial, subordinado ao discurso dos especialistas tendo como base estudo qualitativos a partir de histórias de vida. E em terceiro lugar Martineau, abordada por Yunes, apresenta o discurso de pessoas que trabalham diretamente com crianças e adolescentes, que sintetizam aspectos dos dois discursos, dos experts (profissionais da área) e dos experienciais (YUNES, 2003).

compreender as transformações positivas que decorrem do enfrentamento de situações difíceis e estressantes do cotidiano familiar.

Como mencionam Yunes et al. (2007, p. 445):

Sabe-se que as condições indignas e a precariedade das contingências econômicas e sociais que castigam a maioria das famílias brasileiras podem afetar de forma adversa o desenvolvimento de crianças, adolescentes e adultos. Entretanto, isso não pode ser considerado regra sem exceção, pois muitas vezes alguns grupos desenvolvem processos e mecanismos que garantem sua sobrevivência, não só física, mas dos valores de sua identidade cultural (SONN; FISHER, 1998). Assim, muitos grupos familiares vivem situações de risco, cumprem seu papel de proteção e cuidado com competência e tornam-se o contexto essencial para o desenvolvimento saudável de seus membros e não são inevitavelmente 'disfuncionais'.

Diante das adversidades e da vulnerabilidade social percebe-se que as famílias monoparentais pesquisadas nesta dissertação têm vários fatores agravantes tanto internos como externos. Um dos agravantes internos é que a família monoparental tem somente a figura de um dos pais para suprir a manutenção, proteção e educação dos filhos. Porém, no enfrentamento das adversidades do cotidiano, alguns sujeitos apresentam melhora no relacionamento intra-familiar. A monoparentalidade desencadeou na vida de alguns sujeitos, principalmente mulheres, certa harmonia, pela ausência de violência junto a seu companheiro. A harmonia no lar, junto a seus filhos, traz elementos de coesão familiar que é um indicador de resiliência apontado por autores como Yunes e Szymans (2001), Cecconello (2003), Yunes (2003) e Yunes (2007).

Identificou-se ainda na pesquisa empreendida a união familiar que contribuiu para amenizar o peso das adversidades. A maioria das famílias chefiadas tanto por homens como por mulheres enfatiza a união entre seus membros como importante na dinâmica familiar.

A solidariedade da comunidade em que vivem as famílias monoparentais e o apoio da família extensa também contribuiu para minimizar as vulnerabilidades apresentadas pelas famílias. Destaca-se também a flexibilização dos papéis sociais nas rotinas do lar, o que colabora, muitas vezes, para o estreitamento das relações entre pais e filhos, principalmente nas relações afetivas, como aparece no depoimento do Sr. João 4, que diz fazer cachos na filha e passar batom em seus lábios. Este acrescenta também que parece uma “galinha choca” atrás das crianças nos cuidados e zelo com a prole.

Com diz Ceconello (2003, p. 09):

Vários fatores contribuem para a resiliência dentro das famílias. A coesão familiar, a qualidade do relacionamento entre os pais e filhos, o envolvimento paterno na educação da criança e práticas educativas envolvendo afeto, reciprocidade e equilíbrio de poder [...]. Além disso, o estabelecimento de uma rede de apoio efetiva auxilia os pais durante o processo de socialização da criança, servindo como um recurso ao qual eles podem recorrer em momento de stress.

O que se deve levar em conta também nesta análise do conceito de resiliência é se ele não está sendo utilizado como rótulo de fracasso ou sucesso de terminado segmento. Yunes e Szymans (2001) nos alertam para essa questão, uma vez que num país como o Brasil, com muitas desigualdades, essa visão talvez contribua apenas para manter o desequilíbrio social vigente, culpabilizando o indivíduo pelo sucesso ou insucesso em determinada área de sua vida.

Focalizar a questão da resiliência numa perspectiva individual dificulta o desenvolvimento de políticas e intervenções que tenham condições transformadoras do sistema social no sentido de buscar diminuir as desigualdades sociais que consistem em desigualdades de oportunidades de desenvolvimento humano (YUNES; SZYMANS, 2001 p. 20).

Resumindo, deve-se levar em conta que essas famílias participantes da pesquisa apresentam fatores internos e externos de vulnerabilidade social que as fragilizam na manutenção, proteção e cuidados com os filhos. Deve-se atentar para o fato de que essas famílias utilizam estratégias de sobrevivência (como a rede primária de solidariedade) que minimizam suas dificuldades no cotidiano. Porém essas estratégias não substituem as lacunas deixadas pelas políticas sociais. E que as famílias chefiadas por mulheres (apesar das dificuldades financeiras apresentadas) conseguem positivar melhor as condições em que se encontram com relação aos homens, no que diz respeito à educação, aos cuidados e à manutenção da prole.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa teve como foco o cotidiano das famílias monoparentais, em situação de vulnerabilidade social, que estivessem sozinhas com seus filhos, a fim de obter mais elementos de análise no que diz respeito ao cuidado, à manutenção e à proteção da prole.

Um dos aspectos desta pesquisa diz ao fato que ela estudou o fenômeno em seu próprio ambiente, ou seja, realizaram-se as entrevistas com os sujeitos em suas próprias residências, propiciando assim um contato maior com a realidade vivenciada por eles. Procurou-se aproximar das famílias monoparentais o máximo possível a fim de desvelar essa realidade.

Os Centros Municipais de Educação Infantil foram as instituições em que a pesquisa empírica foi realizada. Essas instituições fazem parte de uma Política Municipal de Educação e estão localizadas em vários bairros periféricos da cidade. A pesquisa nos CMEIs possibilitou um conhecimento maior sobre a categoria vulnerabilidade, pois muitas famílias ali atendidas apresentam várias características de suscetibilidade ao risco social ou às condições desfavoráveis de vida.

Após a escolha dos quatro Centros Municipais de Educação Infantil que iriam participar da pesquisa, traçou-se o perfil socioeconômico das famílias monoparentais ali atendidas. A partir desse questionário, pôde-se estabelecer o “retrato” parcial das famílias, de modo a obter subsídios para compreensão de sua realidade. O perfil socioeconômico captado revelou que essas famílias apresentam condições desfavoráveis tanto de origem externa (causadas pela sociedade) quanto de origem interna (pela subjetividade), as quais as tornam mais vulneráveis.

Dentre as variáveis analisadas, constatou-se que o tipo monoparental feminino tem maior incidência entre os entrevistados. A pesquisa apontou que, independentemente da religião professada pelos pesquisados, as separações estão ocorrendo e que há certa flexibilidade de aceitação destas instituições religiosas com relação às famílias monoparentais. Destaca-se que a população feminina apresenta níveis de instrução ligeiramente elevados com relação ao dos homens, mas profissões de maior legitimidade e prestígio continuam sob o domínio masculino. Visualizando as ocupações desempenhadas pelos pesquisados, constatou-se a

gravidade do desemprego e a falta de direitos trabalhistas garantidos em lei, como o décimo-terceiro salário, fundo de garantia e férias remuneradas.

Com relação às entrevistas realizadas com os oito sujeitos significativos, optou-se por elaborar um roteiro pré-estabelecido a fim de obter importantes elementos de análise. Esse processo possibilitou a análise dos depoimentos dos sujeitos e, neste processo, elencaram-se algumas categorias empíricas que proporcionaram uma “sustentação” no confronto entre a bibliografia já previamente estudada e o fenômeno apresentado.

As entrevistas revelaram que os sujeitos tiveram dificuldades ao definir o que seja “família”. Porém, vários aspectos a esse respeito foram trazidos para análise, como “união entre os membros da família”, “educação dos filhos”, “responsabilidade com a prole”. Dentre esses elementos, destacou-se a noção de “família como núcleo afetivo e de apoio entre seus membros”.

De modo geral, tanto homens como mulheres apontaram que existem dificuldades em educar os filhos sozinhos. Somente uma mãe apontou que a monoparentalidade é um fator positivo na educação da prole, uma vez que não há ambivalência quanto aos valores repassados a eles.

Diante dos depoimentos, perceberam-se as dificuldades dos sujeitos em ter que assumir “novos papéis” diante do novo arranjo familiar. Os papéis que anteriormente (na formação nuclear) estavam delimitados entre o que era “função” do pai e “função” da mãe, encontram-se mais flexibilizados e não tão delimitados como anteriormente, na outra condição civil.

De modo geral, a transição econômica e de ajustes macroeconômicos têm impulsionado o aumento da pobreza, como também migrações por motivos de sobrevivência, dentre outras questões que afetam diretamente o entorno da família, desencadeando um processo de vulnerabilidade social.

A categoria vulnerabilidade foi de fundamental importância para a análise nessa dissertação. Viu-se que o conceito de vulnerabilidade é amplo, e possibilita abarcar outras variáveis que tornam os sujeitos mais suscetíveis às condições desfavoráveis de vida, além do fator econômico.

Dessa feita, a pesquisa considerou importante a categoria vulnerabilidade devido à presença de variáveis ou fatores que permeiam as famílias monoparentais analisadas em diversas situações: o baixo poder aquisitivo, o território onde residem, os conflitos e as separações vivenciadas, a existência de integrantes com

necessidades especiais, situações de soropositividade em HIV/AIDS, além de aspectos subjetivos variados que tornam os indivíduos mais fragilizados face a certas demandas existentes em seu cotidiano.

A vulnerabilidade que atinge as famílias monoparentais acaba exigindo que outros “atores” ganhem relevo na relação familiar. O papel dos avós auxilia, neste momento, não só no cuidado, mas também no aspecto financeiro, principalmente as famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

As famílias monoparentais, muitas vezes desprovidas de proteção social, acabam recorrendo aos membros mais idosos a fim de garantir o sustento e os cuidados com sua prole, o que dificulta sua autonomia enquanto núcleo familiar.

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida com os pais de família em condições de monoparentalidade vai ao encontro do que aponta Vitale (2002) a respeito desse tipo de arranjo e da rede de apoio que se estabelece ao seu redor. Essa rede de apoio composta por parentes, vizinhos e comunidade acaba por oferecer certa proteção às famílias monoparentais, porém também apresenta limitações pelas condições em que vivem as famílias. Pôde-se constatar o quanto o encolhimento do Estado em políticas públicas vem culminando em estratégias de sobrevivência destas famílias, a fim de minimizar as dificuldades e adversidades do cotidiano, suprimindo assim uma lacuna deixada pelas Políticas Sociais.

Ao longo da dissertação destacaram-se algumas categorias que se interligam mutuamente, como desigualdade, exclusão e vulnerabilidade social. Esse trajeto possibilitou uma compreensão melhor sobre a exclusão e a desigualdade local, lembrando que Ponta Grossa apresenta alguns fatores de suscetibilidade a condições desfavoráveis de vida, principalmente na região periférica da cidade. No percurso trilhado, pôde-se relacionar a realidade local com dados nacionais e da América Latina e, desta forma, construir um conceito interdisciplinar operacional do que é vulnerabilidade social.

Na comparação de gênero percebeu-se que a vulnerabilidade está presente tanto nas famílias chefiadas por homens quanto nas famílias chefiadas por mulheres. Algumas vezes essas vulnerabilidades são coincidentes e em outros momentos são diferenciadas. O fator econômico é o que mais fragiliza as famílias chefiadas por mulheres, e a perda de um cuidador com relação à prole e a casa é o que torna a família chefiada por homem mais fragilizada.

A reflexão sobre gênero procurou superar a dicotomia entre público e privado; homem e mulher; masculino e feminino. Procurou mostrar homens e mulheres ao mesmo tempo em esferas diferentes, superando o conceito biológico de gênero.

Em suma, no enfrentamento das adversidades do cotidiano e da vulnerabilidade social, alguns sujeitos, em condição monoparental, fazem uma leitura positiva do relacionamento intra-familiar, principalmente as mulheres no tocante à ausência de violência junto a seu companheiro anterior. A harmonia no lar trouxe elementos que uniram mais as famílias. Os sujeitos, tanto os homens como as mulheres enfatizam a união entre seus membros como importante na dinâmica familiar.

Nesse contexto, deve-se levar em conta o aspecto de resiliência, ou seja, a compreensão das transformações positivas no interior das famílias. Porém, a resiliência não deve ser utilizada como rótulo de fracasso ou sucesso de determinado segmento; deve apontar para a positividade dos sujeitos em suas estratégias de vencer as adversidades na condição da monoparentalidade. Nesse sentido, os pais investigados, apesar de vulneráveis, não são vítimas passivas do seu contexto histórico e social, mas agentes construtores de suas vidas, mesmo nas adversidades apresentadas no cotidiano com relação à educação, manutenção e proteção de seus filhos.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita Teresinha Alves. A questão da mulher e a AIDS: novos olhares e novas tecnologias de prevenção. In: **Revista Saúde e Sociedade**. v. 14, n. 2 p.89-99, maio/ago, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n2/10.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2008.

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida et al. Arranjos familiares de crianças das camadas populares. In: **Psicologia em Estudo**. v.8 n. especial, Maringá, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-737220030003000003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 abr. 2007.

ALMEIDA, Laura Maria Pedrosa. Vulnerabilidade Social. In: **Desenvolvimento humano no Recife**. Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal – 1991-2000, Recife, 2005. Disponível em:<<http://www.recife.pe.gov.br/secplanejamento/pnud2006/doc/analisticos/vulnerabilidade%20Social.pdf>> . Acesso em: 23 out. 2006.

ALMEIDA FILHO, Naomar. Integração Metodológica na Pesquisa em Saúde: nota crítica sobre a dicotomia quantitativo-qualitativo. In: GOLDENBERG, Paulete (Orgs.). **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 143-156.

ARAUJO, Clara; SCALON, Celi (org). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 304p.

ARAUJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. In: **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO103>. Acesso em: 03 fev. 2008.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. 279p.

AYRES, José Ricardo de Carvalho et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de (Orgs.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Organizado por Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 117-139.

BASTOS, Maria Durvalina Fernandes. Mulheres chefes de família. In: **Debates Sociais**. Família: ontem, hoje, amanhã. Rio de Janeiro: Ano XXVI, 1991, p-65-71.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 7. ed. Tradução de Fernandes Floriano de Souza. Petrópolis: Vozes, 1987.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In. **História da vida privada no Brasil**, v. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 412-437.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A pesquisa sobre representações sociais no contexto do serviço social. In. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001. p.77-88.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Atlas, 1991. 200p.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8.069 de 13/07/1990. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, fev/2006. 157p.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Lei nº 9.394 de 20/12/1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: 06 fev. 2008.

_____. **Lei nº 11.340 de 07/08/2006**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Atol2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2008.

_____. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas/avisos-e-documentos/copia-de-pncfc-28-12-06-documento-oficial.pdf/view?searchterm=None>. Acesso em: 11 fev. 2008.

_____. **Plano nacional de educação de 2000**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2008.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurício Castro; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2004.

CAMARGO, Mário Lázaro. A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes. In: **Simpósio Internacional do Adolescente**. Ano 1, 2005. p.1-12. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/php?pid>>. Acesso em: 27 out. 2006.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 86, ano XXV. São Paulo: Cortez, jul/2006. p. 139-155.

_____. **Políticas públicas, gênero e família.** Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c_v5n1_cassia.htm. Acesso em: 18 jul. 2008.

CARMO, Lúcio Flávio Zancanela; ROCHA, Geraldo César. Vulnerabilidade populacional a desastres tecnológicos na área urbana de Juiz de Fora – MG. In: **Geografia Revista do Departamento de Geociências**. v. 14, n. 1, jan/jun/2005. Disponível em: <http://www.geo.uel.br/revista>. Acesso em: 06 fev. 2008.

CARVALHO, Luíza de. Famílias chefiadas por mulheres. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 57, São Paulo: Cortez, jul/1998. p. 74-98.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org). **A família contemporânea em debate**. 7. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2006. 122p.

CARVALHO, Sérgio Resende. As contradições da promoção à saúde em relação à produção de sujeitos e a mudança social. In: **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. jul-set. 2004, v.9. nº 3. Disponível em: http://www.ufpe.br/nusp/projetos/municipios_saudaveis/As%20contradicoes%20da%20promocao%20a%20saude.pdf. Acesso em: 22 mar. 2007.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: PETRINI, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (Orgs.). **Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 54-83.

CATTANI, Antonio David. Desigualdades: os desafios para a sociologia. In: **As desigualdades multiplicadas**. Tradução de Sérgio Miola. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. 76p.

CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. **Pessoas muito especiais: a construção social do portador de deficiência e a reinvenção da família**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. (Coleção Antropologia e Saúde). 432p.

CECCONELLO, Alessandra Marques. **Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco**. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia, 2003. Disponível em: http://www.msmedia.com/ceprua/artigos/alessandra_tese.pdf. Acesso em: 03 jul. 2008.

CLAVES & UNICEF. **Famílias: parceiras ou usuárias eventuais. Análise de serviços de atenção a famílias com dinâmica de violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Jul, 2004. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/livro_familiaviol.pdf. Acesso em: 10 jun. 2008.

COSTA, Bruno Lazarotti Diniz; CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. **Implicações do enfoque de exclusão social sobre as políticas públicas: desafios para o desempenho governamental**. Texto para discussão nº 8. Belo Horizonte, maio, 2004. Fundação João Pinheiro. Disponível em: <<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/publicacoes/material/textos/8.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2008.

COSTA, Dora Isabel Piva. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Brasil, século XIX. In: **Revista Brasileira de Estudos da População**. Campinas, v.17, nº 1/2, p.47-66, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?>>>. Acesso em: 30 dez. 2007.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983, 282 p.

COSTA, Lucia Cortes. **Os impasses do estado capitalista: uma análise sobre a reforma do estado no Brasil**. Ponta Grossa: UEPG, São Paulo: Cortez, 2006.

DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas**. Tradução de Sérgio Miola. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, 76 p.

ENGEL, Wanda. Estratégias de redução da pobreza e da desigualdade na América Latina e no Caribe. In: **Fórum interparlamentar das Américas**. Grupo de trabalho nº 2 (Redução da Pobreza), V Assembléia Plenária. Bogotá. 19-21 nov/2006. p.1-16. Disponível em: <http://www.dgroups.org/groups/fipa/public/docs/FIPA-PA-2006-DOC_WG2_PTG_rev.1.pdf>. Acesso em: 20 Jun. 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 1991 (Coleção Primeiros Passos). 57p.

FARAH, Marta Ferreira. Gênero e políticas públicas. In: **Estudos Feministas, Florianópolis**, jan-abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2008.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997. p.9-33.

FARIA, Scheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 241-258.

FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Silvio Manoug. Introdução. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 7. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2005. p 11-15.

FREITAS, Rita de Cássia. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso acari. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 71, ano XXIII, São Paulo: Cortez, 2002. p. 80-101

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

FRIDRICH, Engels. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Tradução de Leandro Konder. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GENOFRE, Roberto Maurício. Família: uma leitura jurídica. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. 7. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2006. p. 97-104.

GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. In: **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. 10 (1), p.47-57, 2005. Disponível em <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jul. 2008.

GOLDMANN, Lucien. **A criação na sociedade moderna**: por uma sociologia da totalidade. São Paulo: Difusão Européia, 1972.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. In: **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2. Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232005000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 set. 2006.

GONÇALVES, Betânia Diniz. Identidade de gênero e a experiência de poder entre mulheres – uma construção social cotidiana. In: **Revista de Psicologia Política**. Vol. 7, nº. 13, 2007. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=50&layout=html&mod=preview>>. Acesso em: 01 jul. 2008.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 71. São Paulo: Cortez. Set/2002. p. 102-121.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HERINGER, Rosana; MIRANDA, Dayse. As cores da desigualdade de gênero no Brasil. In: ARAUJO, Clara; SCALON, Celi. (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 203-224.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais 2002**. Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 20 out. 2006.

_____. **Síntese de indicadores sociais 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia>. Acesso em: 12 mar. 2008.

_____. **Síntese de indicadores sociais 2007**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticias_impressao.php?id_noticia>. Acesso em: 12 jan. 2008.

ITABORAI, Nathalie Reis. **A política social da família contemporânea**: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/NathalieItaborai.pdf>>. Acesso em: 20 ago 2006.

KALoustian, Silvio Manoug. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 7. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2005. 183p.

KLIKSBERG, Bernardo. **América latina**: uma região de risco, pobreza, desigualdade e institucionalidade social. UNESCO. Tradução de Norma Guimarães Azevedo. Brasília: UNESCO, 2002, 78 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001308/130853por.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2008.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. **Atividade e vulnerabilidade**: quais os arranjos familiares em risco? Dados v. 49, nº 1. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582006000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. p. 1-13. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalhos_encomendados/GT23/TE%20-%20GT23%20-%20Guacira.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2008.

LYRA, Jorge et al. Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, Ana Roja; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais PUC/SP, 2007. p.79-91.

LYRA, Jorge; MEDRADO, Benedito. Produzindo sentidos sobre o masculino: da hegemonia à ética da diversidade. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup (Orgs.). **Coletânea gênero plural**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 63-75

MACHADO, Leda Maria Vieira. **A incorporação de gênero nas políticas públicas**: perspectivas e desafios. São Paulo: Annablume, 1999.

MARANDOLLA JR, Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. Vulnerabilidade e riscos: entre geografia e demografia. In: **Revista brasileira de estudos populacionais**. São Paulo. v. 22, nº 1, p.29-55, jan/jun/2005. Disponível em: <http://www.inpe.br/unidades/Cep/atividadescep/geodesastres/imagens/artigos/marola%20J-Hogan_2005>. Acesso em: 06 fev. 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social: um instigante desafio**. 2. ed. Núcleo de Estudos sobre Identidade (NEPI). Renovada. São Paulo: PUC, 1994. p. 11-18.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade visa do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

MATOS, Marlise. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil. In: ARAUJO, Clara; SCALON, Celi. (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 89-122.

MEDEIROS, Maria das Graças Lucena. **Novos arranjos familiares**: inquietações sociológicas e dificuldades jurídicas. p.1-15. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gt>>. Acesso em: 02 out. 2006.

MELLO, Sylvia Leser. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. 7. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2006. p. 51-60.

MEYER, Dagmar Estermann; KLEIN, Carin; ANDRADE, Sandra dos Santos. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 46, p.219-239, dez, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 jul. 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica**. Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232006000500015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 11 mar. 2008.

MINAYO, Maria Cecília. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMEZ-MINAYO, Carlos. Dífceis e possíveis relações ente método quantitativo e qualitativo nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, Paulete (Orgs.). **O clássico e o novo**: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 117-142.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo de saúde pública. In: **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. v.4, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.org/scielo.php?>>. Acesso em: 11 mar. 2008.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Cidadania do feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 495-513.

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade. In: **Revista Emancipação**. vol. 6. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Departamento de Serviço Social. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão do estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. In: **Cadernos ABONG**. Junho 1995. Disponível em: <<http://www.redepopsaude.com.br/varal/PoliticaSocial/vulnerabilidade.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2008.

PARANÁ. Conselho estadual dos direitos da criança e do adolescente. In: LAVORATTI, Cleide; HOLZMANN, Liza (Orgs.). **Diagnóstico participativo: instrumento de planejamento das políticas de atendimento às famílias, crianças e adolescentes**. Curitiba: CEDCA, 2004.

_____. IPARDES. **Diagnóstico social e econômico: sumário executivo**. Curitiba, 2003, 29p. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/diagnostico_sumario.pdf>. Acesso em: 20 maio 2008.

PAULSON, Susan. Sexo e gênero através das culturas. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTREIN, Celsi Brönstrup. (Orgs.). **Coletânea gênero plural**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Solidariedade familiar intergeracional. In: ARAUJO, Clara; SCALON, Celi. (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 225-240.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004. p.25-42.

PETTENGILL, Myriam Aparecida Mandetta; ANGELO, Margareth. Vulnerabilidade da família: desenvolvimento do conceito. In: **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. v. 13, nº 6, Rio Preto, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO104_11692005000600010&lng>. Acesso em: 11 mar. 2008.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas (Orgs.). Métodos qualitativos na pesquisa em saúde. In: **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Tradução de Ananyr Porto Fajardo 2. ed. 1ª reimpressão. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 11-19.

PRADO, Danda. **O que é família**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

QUINTAS, Fátima. **A mulher e a família no final do séc. XX**. 2. ed. Recife: Fundaj/Massangana, 2005. 240p.

RABINOVICH, Elaine Pedreira; GALLO, Paulo Rogério. Estudo das famílias de uma comunidade quilombola do Carmo (São Roque - SP). In: PETRINI João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (Orgs.). **Família, sociedade e subjetividade: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.195-209.

RAHNEMA, Majid. Pobreza. In: SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Tradutores: Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.229-250.

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silvia T. Maurer; CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 224p.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. 7. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2006. p. 73-88.

SALAS, Minor Mora; SÁINZ, Juan Pablo Pérez. *De la vulnerabilidad social AL riesgo de empobrecimiento de los sectores médios: un giro conceptual y metodológico*. In: **Estudios Sociológicos XXIV**. nº 1, 2006. Disponível em: <http://revistas.colmex.mx/resultados_busqueda.jsp?autor=18864>. Acesso em: 05 jun. 2008.

SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII**. Bauru: EDUSC, 2003. 102p.

_____. O que mudou na família brasileira? da colônia à atualidade. In: **Revista Psicologia USP**. v.13, nº 2, 2002. Disponível em: <<http://>

www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S010365642002000200004&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 02 out. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A ciência e o risco social**. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/opinioao/bss/011en.php>>. Acesso em: 22 jul. 2008.

SARTI, Cynthia A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. 7. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2006. p. 39-49.

_____. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Amalia Faller. (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais- PUC/SP, 2007. p.21-36.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html>. Acesso em: 20 jun. 2008.

SEGALEN, Martine. **Sociologia da família**. Tradução de Ana Santos Silva. Lisboa: Terramar, 1999.

SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-263.

SOARES, Ana Cristina Nassif. **Mulheres chefes de família: narrativa e percurso ideológico**. Franca: UNESP/FHDSS, 2002. 214p.

SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995. 311p.

TESTONI, Raquel Jaqueline Freiburger; TONELLI, Maria Juracy Figueiras. Permanências e rupturas: sentidos de gênero em mulheres chefes de família. In: **Revista Psicologia e Sociedade**. 18 ano 1 p.40-48, jan/abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a06v18n1.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2008.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. In: **Cadernos Pagu**. n. 24, janeiro-junho de 2005, p. 127-152. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2008.

TORREMOCHA, Isabel Madruga. *Monoparentalidad y política familiar: dilemas en torno a la madre cuidadora/madre trabajadora*. In: **Revista Centro de Investigaciones Sociológicas**. Madri: Siglo, 2006. 316 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

VITALE, Maria Amália Faller. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). **Família, redes, laços e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais PUC/SP, 2007. p. 93-105.

_____. Famílias monoparentais: indagações. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 71, ano XXIII, São Paulo: Cortez, set/2002. p. 45-62.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992 (Coleção polêmicas do nosso tempo. v. 49), 102p.

WALBY, Sylvia. Gênero. In: OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Toni (Orgs.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, pp. 332-335.

WALL, Karin. **Família monoparentais**. In: **Sociologia**. [online]. nº 43, set/2003, p.51-66. Disponível em:
<http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087365290305&lng=pt&nrm=isso>ISS0873-6529>. Acesso em: 02 mar. 2008.

YUNES, Maria Ângela Mattar; GARCIA, Nayara Mendes; ALBUQUERQUE, Beatriz de Mello. Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. In: **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 20, nº 3, 2007 Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo/php?script=sci_arttext&pid=S010279722007000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 fev. 2008

YUNES, Maria Ângela Mattar; SZYMANS, Heloisa. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas**. 2001. Disponível em:
<http://www.psiquiatriageral.com.br/psicossomatica/resiliencia_nocoas_conceitos.htm>. Acesso em: 05 jul. 2008.

YUNES, Maria Ângela Mattar. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. In: **Revista Psicologia em estudo**. v.8, número especial. p.75-84, Maringá, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa10.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2008.

APÊNDICE A
LEVANTAMENTO QUANTITATIVO

LEVANTAMENTO QUANTITATIVO¹⁸

CMEI _____
Diretora _____
Bairro: _____ Região _____
Telefone: _____

Preencha os quadros:

Nº de crianças atendidas	Nº de famílias atendidas

Nº de famílias nucleares	Nº de famílias extensas	Nº de famílias monoparentais	Outros	TOTAL

Nº de famílias monoparentais chefiadas por mulheres	Nº de famílias monoparentais chefiadas por homens	TOTAL

Obs:

Famílias nucleares: entidade familiar formada pelo casal e seus filhos.

Famílias extensas: entidade familiar composta por além dos membros do “lar simples” (nuclear), como também por parentes, ascendentes, descendentes ou colaterais...

Famílias monoparentais: entidade familiar formada por qualquer um dos pais e seus descendentes, isto é, somente a mãe com seus filhos (chefiada por mulher) ou somente o pai com seus filhos (chefiada por homem)

Preenchido por: _____ Data: ____/____/____

¹⁸ Este documento faz parte da Dissertação de Mestrado de Virginia de Souza.

APÊNDICE B
CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL¹⁹

Pelo presente documento eu:

Entrevistado (a) _____

RG: _____ emitida pelo (a) _____

Domiciliado residente em (endereço completo): _____

Declaro ceder à:

Pesquisador (a) _____

RG: _____ emitido pelo (a) _____

Domiciliado residente em (endereço completo): _____

Sem qualquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao (à) pesquisador (a) _____.

O pesquisador acima citado fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins referentes à dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com única ressalva de sua integridade e indicação de fonte de autor.

Data: ____/____/____

Assinatura do depoente

¹⁹ Este documento faz parte da Dissertação de Mestrado de Virginia de Souza.

APÊNDICE C
PESQUISA SOCIOECONÔMICA E CULTURAL

PESQUISA SOCIOECONÔMICA E CULTURAL²⁰

Dados pessoais:

Nome: _____ Idade: _____

Endereço: _____

Estado civil

() viúvo () separado () separado judicialmente () divorciado () solteiro () outros

Religião:

() católico () evangélico () espírita () seitas afro () outros

Dados profissionais:

() diarista () mensalista () industrial () comerciante () autônomo () outros _____

Escolaridade:

() analfabeto

() ensino fundamental incompleto até que série: _____

() ensino fundamental completo

() ensino médio incompleto até que série _____

() ensino médio completo

() ensino superior

Habitação:

Mora com:

() sozinho () filhos () parentes () outros

Quantas pessoas moram na residência? _____ Grau de parentesco: _____

Reside em casa:

() própria () alugada () cedida () outros _____

Tipo de construção:

() alvenaria () madeira () mista () outros _____

Dependentes:

Nome	Idade	Parentesco	Atividade

²⁰ Este documento faz parte da Dissertação de Mestrado de Virginia de Souza

Saúde²¹:

Tem plano de saúde? () sim () não () SUS

Despesas Mensais:

- () aluguel _____
- () luz _____
- () água _____
- () telefone _____
- () alimentação _____
- () outros _____

Renda familiar:

- () salário _____
- () aposentadoria _____
- () pensionista _____
- () ajuda de parentes _____
- () benefício do governo (bolsa família, bolsa escola, vale gás....) _____

Quais são as suas companhias mais freqüentes:

- () pais
- () parentes em geral
- () vizinhos
- () amigos

Lazer:

O que faz nas horas vagas?

- () assistir TV
- () ouvir rádio
- () passear
- () visitar parentes
- () ir a igreja
- () dançar
- () outros _____

²¹ Este documento faz parte da Dissertação de Mestrado de Virginia de Souza

ANEXO A
RELAÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA
Secretaria Municipal da Educação
Educação Infantil

Avenida Visconde de Taunay, 950 – Tel.: (042) 220-1000 – Fax.: 220-1221 – e-mail: pmpg@pontagrossa-pr.gov.br – CEP: 84.051-900 – Ponta Grossa – PR

Relação dos Centros Municipais de Educação Infantil²²

01 – Centro Municipal de Educação Infantil da Vila Izabel

R: Centenário do Sul, 999 Vila: Izabel Bairro: Boa Vista

Fone: 3227-2215

CEP: 84071-000

Referência: Escola Ecléa Passos Horn

C.N.P.J.: 05.695.617/0001-92

Diretora: Ana Cláudia Zimmermann Ferreira

Fone: 3222-4184 e 9101-2059

02 – Centro Municipal de Educação Infantil Vila Ana Rita

R: Afonso Celso, 727 - Vila Ana Rita

Fone: 3225-7001

CEP: 8402-000

Referência: Escola Minervina

C.N.P.J.: 05.618.983/0001-48

Diretora: Dinailce Cândido Cordeiro

Fone: 3224-4816

03 – Centro Municipal de Educação Infantil do Sta Marta

R: Maracanã, 172 – Vila: Núcleo Hab. Santa Marta – Oficinas

Fone: 3229-3231

CEP: 84045-160

C.N.P.J.: 05.618.967/0001-55

Referência: Escola Guitil Federmann

Diretora: Adriane de Souza

Fone: 3223-2748 e 9913-1407

04 – Centro Municipal de Educação Infantil do Jardim N. Sra das Graças

R: Aguinaldo Guimarães da Cunha, s/nº Parque Nossa Senhora das Graças

Fone: 3236-4340

CEP: 84070-000

C.N.P.J.: 05.611.062/0001-53

Referência: Escola Amadeu Puppi

Diretora: Silvana Candido

Fone: 3226-6067 e 8402-2065.

²² Este documento faz parte da Dissertação de Mestrado de Virginia de Souza

05 – Centro Municipal de Educação Infantil do Núcleo Sta Terezinha²³

R: Vitória Régia, s/n.º Vila: Santa Terezinha
Fone: 3239-4152
CEP: 84060-070
C.N.P.J.: 05.616.901/0001-26
Referência: Escola Osni Mongrue
Diretora: Lídia Mara Kalinski
Fone: 3239-3947, 9917-0308 e 2328-7359 (rec.)

06 – Centro Municipal de Educação Infantil do Parque Tarobá

R: Miguel Dropa, s/n.º Vila: Parque Tarobá
Fone: 3235-2312
CEP: 84032-320
C.N.P.J.: 05.628.824/0001-24
Referência: Escola Dércia Novinski
Horário de Atendimento: 7:30 às 17:30
Diretora: Sueli Aparecida Guimarães.
Fone: 3238-1580 e 9982-6678

07 – Centro Municipal de Educação Infantil Valdevino Lopes

R: Frederico Bahls, 375 Vila: Centro
Fone: 3028-4104
CEP: 84010-560
C.N.P.J.: 05.611.052/0001-18
Horário de Atendimento: 7:30 às 18:00
Referência: Escola Rosa Azul
Diretora: Rosangela Martins Silveira
Pedagoga: Juliana

08 – Centro Municipal de Educação Infantil Geraldo Woyciechowski

R: Itamaracá, 720 Vila: Cipa
Fone: 3243-4320
CEP: 84036-400
C.N.P.J.: 05.617.732/0001-49
Referência: Escola Zahira Catapreta
Horário de Atendimento: 7:30 às 17:30
Diretora: Jaqueline Aparecida Bueno
Fone: 3229-4692

09 – Centro Municipal de Educação Infantil Vila Borato

R: Luiz Humberto Gobbo ao lado do 530 Vila: Borato
Fone: 3239-7026
CEP: 84064-130
C.N.P.J.: 05.643.745/0001-92
Referência: Escola Faris Michaeli
Horário de Atendimento: 7:30 às 17:30
Diretora: Irani Rodrigues Carneiro
Fone: 3025-5662 e 9101-9482

²³ Este documento faz parte da Dissertação de Mestrado de Virginia de Souza

10 – Centro Municipal de Educação Infantil Augusto Canto²⁴

R: Ipanema, s/n. ° Vila: Cará- Cará
Fone: 3229-2065
CEP:84043-370
C.N.P.J.: 05.611.099/0001-81
Referência: Escola Deodoro Alves Quintilhano
Diretora: Simone do Rocio Lima Monteiro
Fone: 3236-3496 e 9963-5982

11 – Centro Municipal de Educação Infantil João Haddad

R: Neuza Rodrigues de Oliveira, s/n Núcleo Pitangui
Fone: 3235-2233
CEP: 84020-790
C.N.P.J.: 05.625.683/0001-96
Referência: Escola Municipal Eurico B. Rosas
Diretora: Adriana Canavez
Fone: 3235-1054 e 9913-1019

12 – Centro Municipal de Educação Infantil Miguel Abrão Ajuz Neto

R: Aleixo Garcia, 269 Vila: Guaíra
Fone: 3222-1948
CEP: 84036-060
C.N.P.J.: 05.670.473/0001-10
Referência: Escola Municipal Theodoro B. Rosas
Diretora: Marta Sare Machado Wieczorek
Fone: 3025-6152 e 9102-4198 ou recados: 3225-6684 (sogra)

13 – Centro Municipal de Educação Infantil da Vila Princesa

R: Jussara, 471 Vila: Princesa
Fone: 3226-7233
CEP: 84025-490
C.N.P.J.: 05.662.433/0001-26
Referência: Escola Municipal Kazuko Inoe
Diretora:
Fone 3226-2196/9966-2533
***no momento está em reforma**

14 – Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida

R: Garça, 22 Vila: Núcleo Habitacional – Santa Maria
Fone: 3229-0845
CEP: 84043-280
C.N.P.J.: 05.610.572/0001-06
Referência: Escola Municipal Armida Gracia Frare
Diretora: Marlene Martins
Fone: 3224-1304 e 9923-5183

²⁴ Este documento faz parte da Dissertação de Mestrado de Virginia de Souza

15 – Centro Municipal de Educação Infantil Parque Bonsucesso²⁵

R: Sengés, 171 Vila: Parque Bonsucesso
Fone: 3227-5225
CEP: 84062-460
C.N.P.J.: 05.617.506/0001-68
Referência: Escola Municipal José Pinto Rosas
Diretora: Vilmara Franklin da Silva Queiroz
Fone: 3227-6186 e 8804-8041

16 – Centro Municipal de Educação Infantil Lucia Swiech

R: Augusto Camilo Pires, 47 Vila: Rubini
Fone: 3226-4065
CEP: 84030-470
C.N.P.J.: 06.977.251/0001-07
Referência: Escola Municipal Zanoni Rogoski
Diretora: Elimar Cristina Moraes
Fone: 3224-9389 e 8401-5093

17 – Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio(Luis Pereira Cardoso)

R: João Josafat s/n.º Vila: Santo Antônio
Fone: 3223 04 61
CEP: 84053-310
C.N.P.J.: 05.611.073/0001-33
Referência: Escola Municipal Othon Mader
Diretora: Silvana Foltran
Fone: 3226-2966 e 9928-2479

18 – Centro Municipal de Educação Infantil da Vila São Francisco

R: Euzébio de Queiroz, 1383
Fone: 3226-7764
CEP: 84.032-000
C.N.P.J.: 05.666.738/0001-06
Referência: Escola Municipal Carlos de Macedo
Diretora: Elisa L. Baptista de Mattos
Fone: 3226-7195 e 9107-6872

19 – Centro Municipal de Educação Infantil Anísio Teixeira (Casinha Feliz)

R: Francisco Ribas, 2990 Vila: Liane
Fone: 3238-5283
CEP: 84025-090
C.N.P.J.: 05.754.488/0001-66
Diretora: Eli Márcia da Silva Guarneri
Fone: 3228-8192 e 9124 – 52

20 – Centro Municipal de Educação Infantil de Olarias (São Judas Tadeu)

R: Operários, 845 Vila: Olarias
Fone: 3225-7465
CEP: 84035-210
C.N.P.J.: 05.694.144/0001-09
Referência: Escola Municipal Orival
Diretora: Eloísa Helena Gardinal
Fone: 3222-7773 e 9921-6313

²⁵ Este documento faz parte da Dissertação de Mestrado de Virginia de Souza

21 – Centro Municipal de Educação Infantil Hercília de Vasconcellos²⁶

R: Santos Dumont, 662 - Centro

Fone: 3025-3678

CEP: 84010-360

C.N.P.J.: 05.683.177/0001-53

Responsável: Denise do Rocio Mezzadri Lopes

Pedagoga: Carmen

Fone: 3028-1441 e 9971-5966

22 – Centro Municipal de Educação Infantil Joselfredo Cercal de Oliveira

R: Afonso Celso, Id 2300 Jardim Conceição – Neves Vila Mariana

Fone: 3226-0743

CEP: 84020-000

C.N.P.J.: 06.247.679/0001-02

Referência: Escola Municipal Ruth

Responsável: Maria Inês Sosnitzki

Fone: 3223-0432 e 9916-0255

23 – Centro Municipal de Educação Infantil Dr.Gabriel Bacila (Shangrilá)

R: Plácido Cardon s/nº Shangrilá

Fone: 3239-1629

CEP: 84060-290

C.N.P.J.: 06.195.377/0001-20

Referência: Escola Municipal Shirley A. Moura

Responsável: Silvia A Medeiros Rodrigues

Fone: 32247603 e 9982-6994

24 – Centro Municipal de Educação Infantil Paulo Freire

R: Cândido Borsato s/ nº Jardim Paraíso

Fone: 3235-3314

CEP: 84030-520

C.N.P.J.: 06.200.296/0001-70

Referência: Escola Municipal Ernesto Guimarães Vilela

Responsável: Margarete Beck

Fone: 9981-9797 e 3226-1177

25 – Centro Municipal de Educação Infantil Darcy Ribeiro

R: Aleixo Barszcs s/nº Campo Alegre

Fone: 3235-5081

CEP:

C.N.P.J.: 06.206.000/0001-29

Referência: Colégio Estadual Borell

Responsável: Beatriz Chiconato

Fone: 9971-2803

²⁶ Este documento faz parte da Dissertação de Mestrado de Virginia de Souza

26 – Centro Municipal de Educação Infantil João de Deus Flores de Paula²⁷

R: Antonio Taques, esquina com a Rua João Carlos Costa s/nº

Loteamento – San Martin

Fone:

CEP:

CNPJ: 07.089.819/0001-16

Responsável: Andréia Ares

Fone: 9978-4213

27 – Centro Municipal de Educação Infantil Odysséia Hilgenberg

R: Ana Rita, esquina com a Rua: Joaquim Meneleu de Almeida Torres

Vila Cel. Cláudio

Fone: 3224-5234

CEP: 84.026-160

Horário de Atendimento:

Responsável: Sandra Marisa Carneiro Gomes

Fone: 9925-0151

28 – Centro Municipal de Educação Infantil Santa Isabel

Rua: Miguel Couto, 269, Órfãs – São José

Fone: 3901-1805

CEP:

Responsável: Cláudia M. D. Stanczyk

Fone: 3236-6191 e 8404-8484

Pedagoga: Iara Palermo

29 – Centro Municipal de Educação Profª Sophia Adamowicz

Rua: Alziro Zarur, esquina com a Rua: Prof. Fábio Fanucchi, s/nº

Jardim Los Angeles – Bairro Boa Vista

CEP:

Fone: 3901-1805

Responsável: Adriana dos Anjos

Fone: 3238-7789

30 – Centro Municipal de Educação Infantil - Profa Iracema Machado Silva

Rua: Toledo, s/nº Loteamento Jardim Bela Vista do Paraíso

Bairro da Chapada

Fone: 3901-1546

Responsável: Marise Enviy

Fone- 3225-0167 e 9912-8464

31 - Centro Municipal de Educação Infantil Prof º Antônio Nunes Cottar

Rua: Dourado s/nº

Loteamento Alfredo Ribas Sobrinho

Fone: 3229-75-64

CEP:

C.N.P.J.:

Referência- Escola Municipal Agenoridas

Responsável: Paula Regina Ribeiro Rocheski

²⁷ Este documento faz parte da Dissertação de Mestrado de Virginia de Souza.

32 – Centro Municipal de Educação Infantil – Haydê Ercília Larocca²⁸

Rua: Américo Vespúcio, s/nº Jardim Cristo Rei

Fone: 3228 93 60 (escola ao lado)

CEP:

C.N.P.J.:

Referência: Escola Municipal Idália

Responsável: Josélia Januário Burginski

33 – Centro Municipal de Educação Infantil – Profª Maria da Graça Franke Minini

Rua: Palmas, s/nº

Fone: 3901-1942

C.N.P.J.:

Referência: Escola Municipal Major

Responsável: Simone Aparecida Uongblod

34 – Centro Municipal de Educação Infantil – Eloi Freitas de Oliveira

Rua:

Fone: 3901-3003

CEP:

C.N.P.J.:

Referência: Escola Jorge Dechant

Responsável: Sueli Aparecida Freitas Antunes

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

*Alteração feita em 05/04/07.

Fonte: Listagem dos CMEIs fornecida pela Secretaria Municipal de Educação – Ponta Grossa/PR.

²⁸ Este documento faz parte da Dissertação de Mestrado de Virginia de Souza.